



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2012

Goiânia
Março/2013



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de conta anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63, de 01/09/2010, Decisão Normativa TCU nº 119/2012, de 18/01/12, Decisão Normativa TCU nº 121, de 13/06/2012, Decisão Normativa TCU nº 124, de 05/12/2012, Portaria TCU nº 150, de 03/07/2012 e das orientações do órgão de controle interno nos termos da Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013.

Goiânia
Março/2013

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – RELATÓRIO DE GESTÃO

IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA

DN – DECISÃO NORMATIVA

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

AGU – ADVOCACIA - GERAL DA UNIÃO

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

UJ – UNIDADE JURISDICIONADA

PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

MJ – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DPRF – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

1ª SRPRF/GO – 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS

NUINT - NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA

NUCOM – NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO

NUAI – NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS

CADA – COMISSÃO DE ANÁLISE DE DEFESA DA AUTUAÇÃO

JARI – JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

DEL – DELEGACIA

SAF – SEÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

SPF – SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

SRH – SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

CR – CORREGEDORIA REGIONAL

NUSEG – NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS

NUPAT – NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

NUTEL – NÚCLEO DE TELEMÁTICA

NUDOC – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

NUOFI – NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

NMP – NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES

NOE – NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

CMR – CORPO DE MOTOCICLISTAS REGIONAL

NUCAP - NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO

NUAP – NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

NUAI – NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS

RENACH – REGISTRO NACIONAL DE CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO

RENAVAM – REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

AI – AUTO DE INFRAÇÃO

EDA – ENTERPRISE DIGITAL ASSISTANT (ASSISTENTE DIGITAL CORPORATIVO)

FETRAN – FESTIVAL TEMÁTICO PARA O TRÂNSITO

LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PLOA – PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PPA – PLANO PLURIANUAL

MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

UG – UNIDADE GESTORA

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SENASP – SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

SIASG – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

SICAF – SISTEMA DE CADASTRO UNIFICADO DE FORNECEDORES

SISCOM - SISTEMA DE MULTAS

UCC – UNIDADE DE COMPRA CENTRALIZADA

MPLS – MULTI PROTOCOL LABEL SWITCHING

VOIP – VOZ SOBRE IP (PROTOCOLO DE INTERNET)

PROSSERV - PROJETO SERVIDOR SAUDÁVEL, ESCOLHA RACIONAL E VIÁVEL

SINPRF/GO – SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS EM GOIÁS

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

QUADROS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	17
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	89
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	96
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	98
QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	99
QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	101
QUADRO A.4.14 – COMPLEMENTAR	102
QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	102
QUADRO A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES...	105
QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DO SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)	108
QUADRO A.5.10 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	108
QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	109
QUADRO A.5.12 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)	109
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	112
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	112
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ	113
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA	114
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	114

QUADRO A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS	115
QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO	116
QUADRO A.6.17 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	120
QUADRO A.6.18 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	121
QUADRO A.6.19 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	121
QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	126
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	127
QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	130
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	132
QUADRO A.10.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	132
QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	135
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADE E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	144
QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ	147

TABELAS

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS	32
TABELA 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	33
TABELA 3 – MACROPROCESSOS DE APOIO	38
TABELA 4 – PRINCIPAIS PARCEIROS	40
TABELA 5 – TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES	49
TABELA 6 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO	50
TABELA 7 – CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS	51
TABELA 8 – CRIANÇAS E ADOLESCENTES	51

TABELA 9 – CARGAS ROUBADAS E RECUPERADAS	52
TABELA 10 – ARMAS E MUNIÇÕES	52
TABELA 11 – CRIMES AMBIENTAIS	52
TABELA 12 – APREENSÕES DE DROGAS	53
TABELA 13 – MANUTENÇÃO PREDIAL DE BASES OPERACIONAIS	54
TABELA 14 – MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	54
TABELA 15 – VIATURAS NOVAS RECEBIDAS	55
TABELA 16 – ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO	55
TABELA 17 – ATIVIDADES DE APOIO À CAPACITAÇÃO	56
TABELA 18 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE TI	59
TABELA 19 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TI	59
TABELA 20 - METAS E REALIZAÇÕES DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	60
TABELA 21 – POLICIAIS PALESTRANTES	61
TABELA 22 – TIPOS DE PÚBLICO ALVO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE	62
TABELA 23 – COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS	63
TABELA 24 – COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	65
TABELA 25 – METAS DA ÁREA CORREICIONAL	67
TABELA 26 – RELATÓRIO CORREICIONAL	68
TABELA 27 – RESUMO DE PROCESSOS DISCIPLINARES	70
TABELA 28 – SERVIDORES DA UJ ATUANDO EM PAD/SAF	72
TABELA 29 – DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA ÁREA CORREICIONAL	72
TABELA 30 – EVOLUÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS	74
TABELA 31 – DENÚNCIAS AUTUADAS	75
TABELA 32 – PROCESSAMENTO E INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS	76
TABELA 33 – PROCESSOS DISCIPLINARES PENDENTES	78
TABELA 34 – AÇÕES DA CORREGEDORIA REGIONAL	78
TABELA 35 – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	79
TABELA 36 – PENALIDADES APLICADAS	79
TABELA 37 – DOCUMENTOS INTERNOS - ÁREA CORREICIONAL	81
TABELA 38 – METAS DA ÁREA CORREICIONAL PARA 2013	81
TABELA 39 – DOCUMENTOS PRODUZIDOS - ASSUNTOS INTERNOS	85
TABELA 40 – INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS	117
TABELA 41 – GRUPOS DE USO DE VIATURAS OFICIAIS	123

TABELA 42 – INFORMAÇÕES DE USO DAS VIATURAS OFICIAIS	124
TABELA 43 – VIATURAS NOVAS RECEBIDAS	125
TABELA 44 – METAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TI	128
TABELA 45 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE TI	129
TABELA 46 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TI	129
TABELA 47 – LICITAÇÃO COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	131
TABELA 48 – ACIDENTES, MORTOS E FERIDOS	148
TABELA 49 – DETALHAMENTO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO	149
TABELA 50 – DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELA ÁREA TÉCNICA DA UJ	151
TABELA 51 – META E RESULTADO DA ÁREA DE PROTOCOLO DA UJ	153
TABELA 52 – ATIVIDADES DE PROTOCOLO	153
TABELA 53 – DISPENSAS DE LICITAÇÃO	156
TABELA 54 – INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO	157
TABELA 55 – CONTRATOS CELEBRADOS PELA UJ	157
TABELA 56 – PREGÕES ELETRÔNICOS DEFLAGRADOS PELA UJ	162

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ESTRATÉGICO DA PRF – 2012 – 2020	20
GRÁFICO 2 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	66
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS POR DELEGACIA	72
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS	74
GRÁFICO 5 – ENTRADA DE PROCESSOS DISCIPLINARES – 2008 – 2012	76
GRÁFICO 6 – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES PENDENTES	78
GRÁFICO 7 – TIPOS DE GASTOS COM VIATURAS OFICIAIS	123
GRÁFICO 8 – GASTOS COM MANUTENÇÃO DA FROTA	124
GRÁFICO 9 – GASTOS COM CONSUMO DE COMBUSTÍVEL	124
GRÁFICO 10 – NÚMERO DE MORTOS	149
GRÁFICO 11 – NÚMERO DE FERIDOS	149
GRÁFICO 12 – NÚMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS	149

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro da Justiça
José Eduardo Cardozo

Secretária – Executiva
Márcia Pelegrini

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Paulo Machado

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretora Geral
Inspetora Maria Alice Nascimento Souza

1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente
Inspetor Júlio Sézar Gomes Ferreira

Seção de Policiamento e Fiscalização
Inspetor Álvaro de Resende Filho

Seção Administrativa e Financeira
Inspetor Marcelo Gomes Martins

Seção de Recursos Humanos
Inspetor Francislay Joseph Bendô

Corregedoria Regional
Inspetor Fabrício Rosa

Chefe do Núcleo de Apoio Técnico
Inspetor Ramon de Macedo Pereira Sobrinho

Chefe do Núcleo de Comunicação Social
Inspetor Newton Morais de Souza

Chefe do Núcleo de Inteligência
Inspetor Leonardo Lopes Peres

Chefe do Núcleo de Operações Especiais
Inspetor Vinícius Veiga Fleury

Chefe do Núcleo de Multas e Penalidades
Inspetor Cleosmar Alves da Silva

Chefe do Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária
Inspetor Jozi Oda

Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças
Inspetor Edvaldo Vieira Filho

Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material
Inspetor Roberto Ferreira Barbosa

Chefe do Núcleo de Documentação
Inspetor Jozi Oda Filho

Chefe do Núcleo de Serviços Gerais
Inspetor Wilton de Albuquerque Melo Jr

Chefe do Núcleo de Telemática
Inspetor Wanderley José da Silva Jr

Chefe do Núcleo de Administração de Pessoal
Inspetor Neivton Izidório da Rocha

Chefe do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal
Inspetor Helder Divino Camargo

Chefe do Núcleo de Assuntos Internos
Inspetor Kauê Tolentino Passos

MISSÃO INSTITUCIONAL
“Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais”

SUMÁRIO

PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 - CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO	16
1. PARTE A – Item 1, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	17
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	17
1.1.1. Relatório de Gestão Individual	17
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	18
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	22
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	33
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO	38
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS	40
2. PARTE A – Item 2, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	41
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	41
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	45
2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	49
2.4. INDICADORES	64
3. PARTE A - Item 3, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	65
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	65
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	66
3.3. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	66
3.3.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	66
3.3.2. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	67
3.3.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	67
3.3.4. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	67
3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO	67
3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	86
4. PARTE A - Item 4, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	86
4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ..86	
4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	88
4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	88
4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	89
4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	89
4.1.5. Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de	

Responsabilidade da UJ	96
4.1.6. Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	96
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	98
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	98
4.2.2. Programação de Despesas	98
4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes	98
4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital	99
4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	99
4.2.2.4. Análise Crítica	99
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa	99
4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa	100
4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários	100
4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	100
4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	101
4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	101
4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	101
4.2.4.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	102
4.2.4.2.3. Análise Crítica	103
5. PARTE A - Item 5, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012.....	105
5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	105
5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	105
5.1.2. Análise Crítica	105
5.2. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	105
5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	105
5.2.2. Análise Crítica	106
5.3. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	106
5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	107
5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	107
5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigente no Exercício de 2013 e seguintes	107
5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	107
5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	107
5.3.6. Análise Crítica	107
5.4. SUPRIMENTOS DE FUNDOS	107
5.4.1. Despesas Realizadas por Meio de Suprimentos de Fundos	107
5.4.1.1. Suprimentos de Fundos – Visão Geral	108

5.4.1.2.	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	108
5.4.1.3.	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	108
5.4.1.4.	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	109
5.4.1.5.	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	109
5.4.1.6.	Análise Crítica	109
5.5.	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	110
5.5.1.	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	110
5.5.2.	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	110
5.5.3.	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	110
5.5.4.	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas	110
5.5.5.	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	111
5.5.6.	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	111
5.5.7.	Comunicações à RFB	111
5.5.8.	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	111
5.5.9.	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal	111
5.5.10.	Fiscalizações Realizadas pela RFB	111
5.6.	GESTÃO DE PRECATÓRIOS	111
5.6.1.	Requisições e Precatórios da Administração Direta	111
5.6.2.	Requisições e Precatórios da Administração Indireta	111
5.6.3.	Análise Crítica	111
6.	PARTE A - Item 6, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	111
6.1.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	111
6.1.1.	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	112
6.1.1.1.	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada...112	
6.1.2.	Qualificação da Força de Trabalho	113
6.1.2.1.	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade...114	
6.1.2.2.	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	114
6.1.3.	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	115
6.1.4.	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	115
6.1.4.1.	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	115
6.1.4.2.	Demonstração das Origens das Pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada	115
6.1.5.	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	116
6.1.6.	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	116
6.1.7.	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	116
6.1.7.1.	Atos Sujeitos a Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC	116
6.1.7.2.	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	116
6.1.7.3.	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	117
6.1.8.	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	117
6.2.	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	119
6.2.1.	Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão ..120	

6.2.2. Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	120
6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	120
6.2.4. Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	120
6.2.5. Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	121
6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	121
7. PARTE A - Item 7, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	122
7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	122
7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	126
7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	126
7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	126
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	127
8. PARTE A - Item 8, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	128
8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	128
8.2. Análise Crítica	130
9. PARTE A - Item 9, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	130
9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	130
9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	132
10. PARTE A - Item 10, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	132
10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	132
10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	132
10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	135
10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	135
10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	143
10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA... 144	
10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTALECIDA NA LEI Nº 8.730/93	144
10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93	144
10.3.1.1. Análise Crítica	145
10.4. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	145
10.4.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	145

11. PARTE A - Item 11, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	146
11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	146
11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	146
11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	146
11.2.1. Declaração Plena	146
11.2.2. Declaração com Ressalva	146
11.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008	147
11.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976	147
11.5. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS	147
11.5.1. Composição Acionária do Capital Social como Investida	147
11.5.2. Composição Acionária da UJ como Investidora	147
11.6. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	148
12. PARTE A - Item 12, do ANEXO II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012	148
12.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	148
12.1.1. NURAM – Núcleo de Acidentes e Medicina Rodoviária – SPF	148
12.1.2. NUAT – Núcleo de Apoio Técnico – GABINETE.....	150
12.1.3. NUDOC – Núcleo de Documentação – SAF.....	153
12.1.4. NUINT – Núcleo de Inteligência – GABINETE	153
12.1.5. NMP – Núcleo de Multas e Penalidades – SPF	154
12.1.6. DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO REALIZADAS PELA UJ DURANTE O EXERCÍCIO	156
12.1.7. CONTRATOS CELEBRADOS NO EXERCÍCIO PELA UJ	157
12.1.8. PREGÕES ELETRÔNICOS DEFLAGRADOS PELA UJ NO EXERCÍCIO	162
ANEXOS	
ANEXO I – QUALIDADE TÉCNICA DA CORREGEDORIA	164
ANEXO II – ARRECADAÇÃO DE MULTAS - 2012	165
ANEXO III – ENTRADA E SAÍDA DE PROCESSOS – NMP – 2012	165
ANEXO IV – DADOS SOBRE AUTOS DE INFRAÇÃO – 2012.....	165

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com as Decisões Normativas TCU nº 119, de 18/01/12, nº 121, de 13/06/12, nº 124, de 05/12/12 e Portaria TCU nº 150, de 03/07/12, que deverão compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2012.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos programas 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, 2030 – Educação Básica, 2070 – Segurança Pública com Cidadania, 2075 – Transporte Rodoviário e 2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, no exercício de 2012. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exhibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2012 e os relatórios de atividades das diversas áreas da Administração Central do DPRF/MJ, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 1ª Superintendência de Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

1. PARTE A – ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012**1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA****1.1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

QUADRO A.1.1. - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL			
Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 000316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 1ª SRPRF/GO			
Código SIORG: 002820	Código LOA: 30107	Código SIAFI: 200121	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8421-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(062) 3216-8800	(062) 3216-8804	
Endereço eletrônico: sup.go@dprf.gov.br			
Página da Internet: www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua P23A - Lote 4 - S/Nº – Setor dos Funcionários – CEP 74543-380 – Goiânia/Goiás			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 144,II e § 2º da Constituição Federal e Art.20, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 que estipula as atribuições da Polícia Rodoviária Federal, Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, que cria o Regimento Interno do DPRF/MJ e suas Superintendências Regionais, Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, que cria a carreira de Policial Rodoviário Federal, alterada pelas Leis nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, 11.784/08, de 22 de setembro de 2008, e 12.269, de 21 de junho de 2010.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200121	Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200121		1	

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, pelo Decreto nº 1.655/95 e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02.08.2007. A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, referenciada pela Carta Magna de 1988, em seu Art. 144, estabelece como fator primordial o patrulhamento das rodovias federais, que se estende em mais de 61.000 km de vias nacionais sob sua circunscrição.

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

II - polícia rodoviária federal

...

2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.”

A seguir, dentro do Art. 1º da Portaria nº 1.375, de 02.08.2007, temos as finalidades da Unidade Jurisdicionada, a qual se subordina ao DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL/DPRF/MJ:

Art. 1º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o Art. 2º, Inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do Artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no Artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos,

objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em Lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do Artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;

XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança;

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

03.10.1995: A seguir, temos ainda outras atribuições da PRF constantes do Decreto nº 1.655, de

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

O elemento norteador dessas ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o planejamento estratégico, o qual ainda está em processo de finalização, mas seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa.

GRÁFICO 1 – MAPA ESTRATÉGICO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – 2012 - 2020



As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação, que contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências Regionais e 05 (cinco) Distritos, além de 147 (cento e quarenta e sete) sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 400 (quatrocentos) postos fixos de fiscalização, compreendendo uma estrutura que abrange todo o território nacional.

O desenvolvimento de suas atribuições constitucionais perpassa por duas principais vertentes: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades consoantes os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida. A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal insere-se no Sistema de Segurança Pública, com o Departamento de Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, e sua atuação no Estado de Goiás.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições decorre do modal rodoviário, tendo em vista que esta representa o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade das rodovias do país, de modo presente em todo o território nacional, atuando por vezes como única identificação do Governo Federal com a população.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando a preservação da incolumidade pública e a manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

A Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros roubados ou furtados e na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF, a atuação se insere em um conjunto de atribuições de prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade do cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do número de acidentes, em relação ao aumento da frota nacional, bem como dos danos decorrentes dos mesmos, evitando que vidas sejam perdidas.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, tendo impacto direto na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, entre outros. Assim, este órgão tem buscado ao longo dos anos uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, através da assistência direta e a orientação, através de campanhas educativas e ações junto àqueles que trafegam nas rodovias.

Nesse diapasão, é que o Departamento vem delineando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, aquelas que requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente. Nesse sentido, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados federados e entes do Governo Federal também implementem políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação da Instituição tem-se desenvolvido no intuito de

estabelecer ações integradas com os demais órgãos com a sociedade em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à sociedade, beneficiária de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O Organograma Funcional da UJ está organizado da seguinte forma, consoante a Portaria nº 1.375, de 02.08.2007:

1.3.1. Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal – SRPRF

1.3.1.1. Núcleo de Apoio Técnico - NUAT

1.3.1.2. Núcleo de Comunicação Social - NUCOM

1.3.1.3. Núcleo de Inteligência - NUINT

1.3.1.4. Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF

1.3.1.5. Núcleo de Operações Especiais - NOE

1.3.1.6. Núcleo de Multas e Penalidades - NMP

1.3.1.7. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - NURAM

1.3.1.8. Seção Administrativa e Financeira - SAF

1.3.1.9. Núcleo de Orçamento e Finanças - NUOFI

1.3.1.10. Núcleo de Patrimônio e Material - NUPAT

1.3.1.11. Núcleo de Documentação - NUDOC

1.3.1.12. Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG

1.3.1.13. Núcleo de Telemática - NUTEL

1.3.1.14. Seção de Recursos Humanos - SRH

1.3.1.15. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal - NUCAP

1.3.1.16. Núcleo de Administração de Pessoal - NUAP

1.3.1.17. Corregedoria Regional - CR

1.3.1.18. Núcleo de Assuntos Internos - NUAI

1.3.1.19. Delegacia de Polícia Rodoviária Federal - DelPRF

1.3.1.20. Núcleo de Policiamento e Fiscalização - NPF

A seguir, temos as competências e atribuições de cada área acima mencionada, consoante disposição contida na Portaria nº 1.375, de 02.08.2007:

Art. 75. Às Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-offício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;
VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;
VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;
VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;
IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutória nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;
X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e
XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;
II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;
III - prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;
IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;
V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;
VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e
VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;
II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;
III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;
IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;
V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e
VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;
II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;
III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;
IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;
V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;
VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade- fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;
VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;
VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de

atuação da Superintendência;

IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;

X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;

XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;

XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;

XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;

XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e

XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens,

controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;

III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;

IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;

V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;

VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e

VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

II - estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;

IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando

autorizado pelo superior hierárquico;

V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e

VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;

VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;

VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e

IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

a) atendimento pré-hospitalar e resgate

b) transporte inter-hospitalar;

c) transporte de órgãos;

d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;

e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;

f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;

g) atividades de medicina do tráfego;

h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;

i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina,

Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar;

supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências; e

XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;

III - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

IV - coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;

V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;

VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;

VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;

VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;

IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;

X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e

XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração

orçamentária e financeira;
II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;
III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;
IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;
V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;
VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;
VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;
VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;
IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;
X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;
XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;
XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e
XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;
II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;
III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;
IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;
V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;
VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;
VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;
VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;
IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;
X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;
XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e
XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;
II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e

indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;
III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;
IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;
V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;
VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;
VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e
VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;
II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;
III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;
IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;
V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;
VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;
VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;
VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;
IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;
X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e
XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;
II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;
III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;
IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;
V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e
VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:

a) concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) juntas médicas regionais.

III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV - auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União; e

X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-officio, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas de custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:

a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias de saúde;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) atividades de medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) Junta médica nacional;

m) juntas médicas regionais;

n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;

q) *proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;*

r) *representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV.*

XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 94. Às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;

III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;

IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina;

V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;

VI - zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;

VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;

VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;

IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e

X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

Ainda dentro do organograma funcional da 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL vinculam-se, além das Seções e Núcleos que compõem a sua estrutura administrativa, 07 (sete) Delegacias Regionais e 13 (treze) postos policiais espalhados ao longo das rodovias federais conforme localização a seguir:

TABELA 1 -DISTRIBUIÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS

DELEGACIA	MUNICÍPIO SEDE	ABRANGÊNCIA
1ª Delegacia PRF – GOIÂNIA	Goiânia	a) Posto PRF Leônidas Sisterolli – BR – 060 – saída para Brasília; b) Posto PRF João Batista de Lima – BR – 060 – saída para Rio Verde; c) Posto PRF Clayton Santos – BR – 153 – saída para São Paulo.
2ª Delegacia PRF – ANÁPOLIS	Anápolis	a) Posto PRF de Anápolis – BR – 060; b) Posto PRF de Jaraguá – BR – 153.
3ª Delegacia PRF – MORRINHOS	Morrinhos	a) Posto PRF de Morrinhos – BR – 153; b) Posto PRF de Itumbiara – BR – 153.
4ª Delegacia PRF – RIO VERDE	Rio Verde	a) Posto PRF de Rio Verde – BR – 060;

5ª Delegacia PRF – JATAÍ	Jataí	a) Posto PRF de Jataí – BR – 364; b) Posto PRF de São Simão – BR – 364;
6ª Delegacia PRF – CATALÃO	Catalão	a) Posto PRF de Catalão.
7ª Delegacia PRF – PORANGATU	Porangatu	a) Posto PRF de Uruaçu – BR – 153; b) Posto PRF de Porangatu – BR – 153.

Fonte: SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização – 1ª SRPRF/GO

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O quadro abaixo apresenta os dez principais macroprocessos finalísticos da Instituição. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070).

Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

No item 2, deste relatório, será tratado amiúde a estratégia de atuação. Portanto as informações no campo do quadro a seguir a sucinta e apenas traz linhas gerais.

TABELA 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Macroprocesso 1	ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades Do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
OG	0833
As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em Sede de defesa da autuação a análise foi efetuada pelas Comissões de Defesa da Autuação (CADA). Em caso de Recurso por penalidade já	

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
<p>imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI). Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas nos Postos de Fiscalização e em patrulhamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso a INTERNET. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias.</p>	
Macroprocesso 2	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
OG	0833
<p>Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na INTERNET. Esse levantamento organizado se faz com o emprego dos Núcleos de Inteligência. As invasões da faixa de domínio, quando ocorrem, são imediatamente notificadas a seus causadores e ao DNIT, procedendo-se ao embargo da obra.</p>	
Macroprocesso 3	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA
Cliente	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
Necessidades Do cliente	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
Produtos/ Serviços	Autorização para serviços de escolta e similares.
Resultados	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
OG	0833
<p>Foi designada uma Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, a qual restou incumbida os serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.</p>	
Macroprocesso 4	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO
Cliente	Usuários, população lindeira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Necessidades Do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
OG	0833
<p>Por intermédio da área de comunicação social da UJ, este recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos, etc. Quanto a informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as Operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e nesse momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor. A contratação dos serviços de clípage eletrônica (rastreamento de mídia televisiva) apoiou e muito a UJ no sentido de se manifestar sempre que a instituição PRF era provocada por terceiros, seja no sentido positivo ou negativo das ações da instituição, permitindo que a UJ pudesse esclarecer qualquer de suas ações e dar uma satisfação à sociedade.</p>	
Macroprocesso 5	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS
Cliente	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
Necessidades Do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
OG	0825, 0830, 0832, 0833
<p>As equipes de policiais escalados ao longo das rodovias federais goianas, no uso de suas atribuições, figuraram como fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, dentre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência da UJ recebeu e tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu informações de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir o efeito surpresa aos usuários da via ou mesmo evitá-las.</p>	
Macroprocesso 6	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Cliente	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
OG	0833
A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados), além das operações planejadas pelo órgão central que são difundidas para cada UJ e exigido o seu devido cumprimento.	
Macroprocesso 7	ESCOLTA E BATEDOR
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades Do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
OG	0833
A PRF integrou todos os trabalhos de segurança de dignitários em visita à sua circunscrição, em especial membros do Poder Judiciário. Esse trabalho foi realizado em parceria com as demais Instituições Polícias e de Inteligência.	
Macroprocesso 8	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários,

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
	bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
OG	0825; 0832; 0833
Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira (Operação Sentinela). Esse enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e a criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirados criminosos de circulação, bem como efetuada apreensão de drogas, veículos furtados/roubados, contrabando e o descaminho, dentre outros.	
Macroprocesso 9	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
Necessidades Do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
OG	0825; 0833.
A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho, mas teve atenção especial com a realização de operações específicas de fiscalização do transporte de produtos perigosos, em face do risco que o sinistro envolvendo os veículos que transportam tais substâncias traz ao meio ambiente e aos próprios usuários da via pública.	
Macroprocesso 10	COMANDO E CONTROLE
Cliente	Usuários da rodovia, população linceira, sociedade em geral
Necessidades Do cliente	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
OG	0825; 0833.
As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento.	

Fonte: 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás

Esse 10 (dez) macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via; fiscalização de trânsito; educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

O quadro abaixo apresenta os 04 (quatro) principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

TABELA 3 – MACROPROCESSOS DE APOIO

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Macroprocesso 1	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades Do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
OG	0825, 0830, 0833.
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular a prática saudáveis de alimentação e atividade física. A capacitação regional ficou um pouco prejudicada pelo baixo efetivo disponibilizado, vez que o órgão central empenhou muitos recursos e esforços para formação do contingente de novos policiais.	
Macroprocesso 2	APOIO LOGÍSTICO

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades Do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
OG	0825, 0830, 0833.
<p>Foi mantido o contrato de manutenção para toda a frota da UJ. O abastecimento continua sendo feito por meio do contrato nacional com a TICKET SERVIÇOS S.A, ficando um servidor da UJ responsável pelo controle, acompanhamento e fiscalização deste contrato de abastecimento. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial radares e etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Esteve vigente durante todo o ano contrato de limpeza e conservação das instalações físicas, bem como de vigilância e segurança armada. Foram celebrados outros dois contratos para manutenção dos equipamentos de rádio comunicação da UJ, bem como de No Breaks. Durante o exercício foram distribuídas viaturas novas para todas as Delegacias e recolhidas as mais antigas e antieconômicas para futuro leilão público.</p>	
Macroprocesso 3	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC
Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
Necessidades Do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
OG	0825, 0830, 0833.
<p>Foram contratados os serviços de manutenção predial (pequenos serviços) de 05 (cinco) Bases Operacionais. Foram contratados ainda as obras de reforma e adequação de outras 03 (três) Bases Operacionais. Realizou a confecção integral de todos os projetos necessários, memoriais descritivos, planilhas de custos e os respectivos cronogramas de desembolso visando a reforma e adequação da sede da 7ª Delegacia PRF de Porangatu/GO. Todas estas metas alcançadas serão executadas no início de janeiro de 2013, uma vez que foram contratadas no final de dezembro de 2012. Essas duas providências realizar-se-ão no exercício de 2013. Os serviços de tecnologia da informação foram bastante melhorados com aquisição de servidores de rede, notebooks, monitores, aquisição de licenças do Windows Server e a manutenção dos contratos existentes para Comunicação de Rede (Rede MPLS) e de Telefonia Fixa Local e LDN, aquisição dos serviço de telefonia móvel celular, manutenção dos serviços de transferência de dados via Palm Top.</p>	
Macroprocesso 4	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar ente o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão - usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
	clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em uma Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades Do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
OG	0825, 0830, 0833.
Este é um dos macroprocessos também conduzido pela UJ de forma bastante eficiente, pois já é tradição a eficiência da área responsável, bem como o rigor adequados em qualquer apuração face de eventual desvio de conduta por parte dos servidores da UJ, naturalmente, sem descuidar dos direitos e garantias constitucionais, fato que afasta qualquer eventual sentimento de impunidade. Mas também foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, AGS e entre outras.	

Fonte: 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás

1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

No exercício de 2012, a UJ contou com a colaboração de vários parceiros na execução dos seus objetivos estratégicos, atuando nas mais diversas áreas, quais sejam:

TABELA 4 – PRINCIPAIS PARCEIROS

ÓRGÃO PARCEIRO	ÁREA DE ATUAÇÃO
ASSOCIAÇÃO DOS CAMINHONEIROS DO ESTADO DE GOIÁS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
SENAT – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
PREFEITURAS MUNICIPAIS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
HDT – HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE	COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA	CAMPANHAS EDUCATIVAS
CBM – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	CAMPANHAS EDUCATIVAS
CMTC – COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO – ANÁPOLIS/GO	CAMPANHAS EDUCATIVAS
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS DE GOIÁS	CAMPANHAS EDUCATIVAS/COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS
DETRAN – GO	CAMPANHAS EDUCATIVAS
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS	OPERAÇÕES POLICIAIS/CAMPANHAS

	EDUCATIVAS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS	OPERAÇÕES POLICIAIS
CELG – CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS	CAMPANHAS EDUCATIVAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	OPERAÇÕES POLICIAIS EM APOIO AO CONTRABANDO E DESCAMINHO
MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM GOIÁS	OPERAÇÕES POLICIAIS
MPE – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EM GOIÁS	OPERAÇÕES POLICIAIS
MPE – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EM GOIÁS	PARCERIA QUE REDUNDOU NO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 009/2012. ELABORAÇÃO DO TCO – TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA POR PARTE DA PRF

Fonte: NUCOM – Núcleo de Comunicação Social – 1ª SRPRF/GO

2. PARTE A – ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

A abrangência do Plano de Ações da UJ compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada exercício financeiro em curso. O plano estratégico da UJ está estritamente vinculado com suas competências institucionais, legais ou normativas, principalmente aquelas previstas pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, pelo Decreto nº 1.655/95 e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2008, de 02 de agosto de 2007.

O plano estratégico da unidade está vinculado ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, onde a UJ executa seu orçamento através dos seguintes Programas de Governo: 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, 2030 – Educação Básica, 2070 – Segurança Pública com Cidadania, 2075 – Transporte Rodoviário e 2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça. Dentro dos mencionados programas estão inseridas várias ações de responsabilidade da UJ, as quais serão detalhadas em tópico específico do Relatório.

As rodovias e estradas federais representam um fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para redução do número de vítimas de acidentes de

trânsito, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda a necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização perante a população.

Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo do número de veículos em circulação, ao acréscimo do número de condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento das mercadorias em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade no país.

Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligações nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos.

O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal.

Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de um local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais, ela ocorre no seio de nossa sociedade.

O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois combaterá a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já interferirá na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator que se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de

inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 (três mil e quinhentos) municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui auto sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2012, a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A 1ª SRPRF/GO, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 2.851,5 Km de rodovias e estradas federais goianas, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: aumento no tráfego de veículos nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, abarrotando as rodovias federais, aumentando a probabilidade de acidentes.

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país.

Por mais um ano, a 1ª Superintendência de Polícia rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. O *Guia para Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil*, confeccionado anualmente pela Coordenação Geral de Operações do DPRF/MJ, também mereceu destaque. O trabalho de pesquisa teve a parceria da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda a malha viária federal em Goiás, identificou-se todos os pontos críticos para que haja o combate efetivo à exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a 1ª Superintendência de

Polícia Rodoviária Federal como aliada no emprego de ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público Federal.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial da 1ª SRPRF/GO são originárias do extinto DNER, hoje DNIT, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido, a 1ª SRPRF/GO, através de um plano de obras e reformas e diretrizes estabelecidas pelo próprio DPRF/MJ, promoveu gestões no sentido de executar um levantamento denominado *As Built*, através de empresa de engenharia e arquitetura visando a confecção de todos os projetos de engenharia e arquitetura, condição essencial para descentralização de recursos orçamentários para obras e reformas futuras.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a 1ª SRPRF/GO mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, Superintendências e sede do Departamento.

O ano de 2012 também ficou marcado pela continuidade do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a utilização dos computadores de mão (EDA's), com acesso à Internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitou ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os principais objetivos estratégicos traçados para a Unidade Jurisdicionada para o exercício de 2012 foram:

- a) DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E DE MORTOS;
- b) REFORÇAR AS AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE;
- c) MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA DAS BASES OPERACIONAIS, BEM COMO DE SEU APARELHAMENTO OPERACIONAL (ARMAMENTO, PARQUE DE

INFORMÁTICA, RÁDIO-COMUNICAÇÃO, VIATURAS, CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL, ETC)

d) INGRESSO DE NOVOS POLICIAIS E A NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE NOVOS CARGOS ADMINISTRATIVOS NOS QUADROS DO DPRF;

e) BUSCAR A TECNOLOGIA E INFORMATIZAÇÃO COMO UMA FERRAMENTA PARA MELHORIA DOS TRABALHOS POLICIAIS;

f) BUSCAR DESENVOLVER TRABALHOS JUNTO A COMUNIDADE;

As estratégias de atuação para que a Unidade Jurisdicionada pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos, foram:

a) DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E DE MORTOS

Utilização do Cartão Programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do Cartão Programa, que é um itinerário das tarefas que o policial realizará no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia, a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer onda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Entretanto, as limitações de efetivo, o grande número de acidentes e mortes em áreas urbanas, bem como a falta de manutenção/aferição nos equipamentos de controle de velocidade instalados pelo DNIT, motivo pelo qual diversos deles ficaram temporariamente desativados, impactaram negativamente na obtenção de melhores resultados durante 2012.

Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em rodovias duplicadas. Nesse tipo de rodovia, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

A utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, bem assim em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização.

b) REFORÇAR AS AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE

Capacitação dos policiais rodoviários federais nas ações de combate à criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

A capacitação permanente de servidores tanto na área Administrativa como de policiamento é imprescindível para que a 1ª SRPRF/GO seja capaz de atender à crescente demanda por serviços públicos. Desta forma, trabalhamos para identificar quais são as necessidades presentes e futuras de competências pessoais, obrigando-se continuamente a atualizar os conhecimentos desses servidores através da educação continuada. O resultado, além da maior especialização técnica, é a geração de satisfação pessoal, por meio da capacitação.

c) MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA DAS BASES OPERACIONAIS, BEM COMO DE SEU APARELHAMENTO OPERACIONAL (ARMAMENTO, PARQUE DE INFORMÁTICA, RÁDIO-COMUNICAÇÃO, VIATURAS, CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL, ETC)

Reformar e adequar as Bases Operacionais da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

As melhorias nas instalações físicas dos Postos Policiais, Delegacias e sede da Superintendência proporcionam uma melhor qualidade de vida no ambiente organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho. Consequentemente, os resultados nas atividades rotineiras da UJ são mais perceptíveis permitindo o atingimento das metas de satisfação do público interno.

Melhoria dos Sistemas Corporativos da 1ª SRPRF/GO

A melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação pelos computadores de mão (*Palm Top – EDA*).

d) INGRESSO DE NOVOS POLICIAIS E A NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE NOVOS CARGOS ADMINISTRATIVOS NOS QUADROS DO DPRF

Para que o desempenho da organização acompanhe esses níveis de exigência gerados pelo aumento e diversificação da demanda, fazem-se necessárias medidas de reestruturação de ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público.

Nessa esteira, o próprio Tribunal de Contas da União, em auditoria operacional que resultou no Acórdão nº 353/2006 - Plenário, corrobora com a necessidade de aumento do quadro de pessoal do DPRF/MJ, bem assim com a necessidade de investimentos estruturais com vistas a melhor equipar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Cabe ressaltar que atualmente só possuímos o cargo de Policial Rodoviário Federal, não dispomos de outros quadros administrativos necessários ao andamento dos serviços da Instituição, como: Peritos, Engenheiros, Advogados, Médicos, Especialista em Informática e Telecomunicações, e demais Administrativos de nível Médio para realizar os serviços meio da PRF. Os poucos servidores Administrativos existentes são os que foram cedidos por outros órgãos que foram extintos, os quais não poderão ser substituídos quando aposentarem, o que demandará ainda mais a retirada dos policiais da atividade fim para a área meio.

Assim, quase todos os trabalhos administrativos são desenvolvidos pelos próprios policiais que deveriam está na área-fim (o que causa grandes transtornos, pois são treinados para o trabalho operacional, e quando da vinda para a Administração, requer mais treinamento para nova área de atuação, assim se perde o aprendido na área operacional, ou se perde o aprendido na área Administrativo, pois muitos não se adaptam as exigências laborais administrativas, e pedem para retornar a sua atividade-fim, pela qual realizou o concurso).

Nos casos técnicos (telecomunicações e informática) são realizadas contratações de terceirizados para atender demandas que são contínuas e necessárias ao andamento da estrutura organizacional existente, cujas atribuições destes não são contempladas pelo Plano de Cargos e Salários da UJ.

Torna-se necessária a adequação da estrutura organizacional existente, para atender as frequentes mudanças na legislação, o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como para atender a demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta.

e) BUSCAR A TECNOLOGIA E INFORMATIZAÇÃO COMO UMA FERRAMENTA PARA MELHORIA DOS TRABALHOS POLICIAIS

É necessário buscar a tecnologia para minimizar o tempo gasto para execução dos trabalhos, bem como proporcionar melhorias na busca contra a criminalidade, com bons equipamentos, com a operacionalidade dos sistemas de informática e de comunicação, criação de banco de dados de criminosos, dentre outros.

f) BUSCAR DESENVOLVER TRABALHOS JUNTO A COMUNIDADE

Necessidade de palestras, campanhas educativas, manutenção do projeto Pé na Estrada, essas são ações que visam atingir principalmente os estudantes das escolas públicas e privadas, pois estes são os futuros motoristas no trânsito, buscando a conscientização da conduta tanto ao conduzir um veículo automotor como na vida, evitando acidentes de trânsito e também de cometer futuros delitos, principalmente relacionados ao trânsito.

Deve-se realizar alguns trabalhos junto aos motoristas das empresas de transporte de pessoas e de carga orientando-os sobre a importância das condutas desses profissionais ao conduzir seus veículos. Buscar através das mídias televisiva e jornalística demonstrar do papel da Polícia

Rodoviária Federal e a divulgação das ações positivas realizada no âmbito da UJ.

Essa proximidade com a sociedade visa resgatar a imagem da instituição policial e mostrar a importância de exercer sua cidadania, com os seus direitos e principalmente seus deveres como cidadão que deve buscar fazer sua parte, contribuindo para uma sociedade participativa e cooperativa, evitando a corrupção e buscando melhorias no tratamento pessoal e no trânsito.

2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

RESULTADO DAS AÇÕES PLANEJADAS

a) DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E DE MORTOS

Tanto em 2011, quanto em 2012, o objetivo principal das ações desenvolvidas pela seção foi a redução do número de acidentes e de mortos nas rodovias federais, com incremento da fiscalização, através do levantamento dos pontos críticos, com ênfase àqueles locais com maior probabilidade de ocorrências de acidentes graves e o direcionamento das ações com aumento de efetivo em dias e horários estatisticamente mais perigosos. Abaixo seguem os quadros acerca do demonstrativo da Taxa de Variação de Acidentes e de Mortos em 2012:

TABELA 5 – TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES E DE MORTOS - 20012

Taxa Variação de Acidentes		
Meta Anual Acidentes/ 1.000.000 veic	Realizado	Atingimento
84,04	77,31	91,99%
Fórmula do Cálculo		
O indicador Taxa de Variação de Acidentes será aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.		
Análise do Resultado Alcançado		
A diminuição dos acidentes durante o ano de 2012 foi alcançado graças a um conjunto de aspectos, tais como: melhor estado de conservação das rodovias; intervenções pontuais no traçado da via, em pontos com alto índice de acidentes; intensificação da fiscalização com os etilômetros; intensificação da fiscalização nos períodos de feriados e férias escolares; e instalações de vários radares fotográficos, principalmente na BR 060 e BR 153, com ênfase na região metropolitana da capital goiana. O resultado poderia ter sido melhor se não fosse pelo baixo efetivo de policiais rodoviários federais das Delegacias Regionais, com algumas aposentadorias e afastamentos por licenças médicas, bem como a vacância de policias que assumiram outros cargos públicos em função de aprovação em concurso público.		
Taxa Variação de Mortos		
Meta Anual Mortos/ 1.000.000 veic	Realizado	Atingimento
5,710	5,460	95,62%
Fórmula do Cálculo		
O indicador Taxa de Mortalidade será aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.		

Análise do Resultado Alcançado

Consequentemente aos resultados positivos de diminuição da taxa de acidentes, houve uma diminuição, também, na taxa de mortalidade, como havia de se esperar. A utilização dos radares influenciou muito na diminuição desta taxa, por promover a limitação da velocidade e por consequência a diminuição da gravidade do acidente.

Fonte: SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização – 1ª SRPRF/GO

No ano de 2012 passaram a funcionar, em sua totalidade, os radares fotográficos fixos, na BR-153 e BR-060, no trecho que consta entre os que mais ocorrem acidentes no país, BR153 entre os quilômetros 500 e 510, foram instalados 16 radares fixos e fechado um retorno, o qual era responsável por vários acidentes. Após essas medidas houve uma redução do número de acidentes e na gravidade dos acidentes.

A direção sob influência do álcool, foi enfrentada com êxito, devido ao grande aumento da fiscalização com etilômetro. Aos poucos, pode-se observar uma mudança de atitude dos usuários das rodovias, principalmente em períodos de feriados e férias escolares, visto que, mesmo aumentando o número de testes cerca de 400% em relação ao ano de 2011, aumentaram apenas 23% o número de autuações, consumando uma redução de aproximadamente 48% no número de prisões, conforme quadro abaixo:

TABELA 6 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO - 2012

	PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO							
	VEÍCULOS FISCALIZADOS	PESSOAS FISCALIZADAS	FISCALIZAÇÃO DE ALCOOLEMIA			TOTAL DE PROCEDIMENTOS	META	% ATINGIDA
			TOTAL DE TESTES	AUTUAÇÕES	PRISÕES			
2011	177.010	144.020	5.388	1.357	642	326.418	344.718	94,69
2012	233.334	133.865	27.561	1.679	309	394.760	347.480	113,61

Fonte: SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização – 1ª SRPRF/GO

Os esforços na área de fiscalização de trânsito têm como objetivo principal a garantia da incolumidade das pessoas, de seu patrimônio e a livre circulação pelas rodovias federais. Os atendimentos executados pelos policiais também caminham na direção de oferecer aos usuários das rodovias federais o devido apoio, quando vítima de sinistro ou de crime, pane no veículo, necessidade de orientação. Não deixando de lado os atendimentos executados àqueles cidadãos residentes às margens das rodovias, promovendo a segurança necessária para sua dignidade.

As ações de combate aos ilícitos penais, por sua vez, tem por condão de garantir a paz pública na medida em que tira de circulação pessoas que oferecem risco à sociedade, bem como busca apreender produtos oriundos de ações criminosas, tais como veículos e cargas roubadas, contrabando, descaminho, produtos ilegalmente retirados da fauna e da flora, drogas e afins, dentre outros.

Estas ações buscam também combater a exploração sexual contra crianças e adolescentes (ESCA) e o trabalho escravo, ainda existente no Brasil em algumas regiões. A PRF tem oferecido também uma importante e decisiva contribuição no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes, uma vez que tal ilícito tem sido verificado com maior intensidade, principalmente quando seu transporte ocorre também pelas rodovias e estradas federais.

Para atingir estes índices a 1ª SRPRF/GO utilizou das mesmas estratégias operacionais, dentre elas se destacam a continuidade das Operações Temáticas de Fiscalização (produtos perigosos, passageiros, excesso de peso, etc), onde esses eventos mesclam atividades de fiscalização com atividades de capacitação, ou seja, os policiais recebem treinamento específico que o capacita a difundir os conhecimentos no retorno à origem de lotação. A mesma metodologia é empregada no combate ao crime no âmbito das rodovias federais em Goiás.

b) REFORÇAR AS AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE

Os resultados alcançados em 2012 pela área operacional da UJ, com a realização de Operações Policiais de diversos tipos, bem como em relação ao combate das mais diversas formas de criminalidade praticadas nas rodovias, ficam disponibilizados conforme tabelas a seguir:

TABELA 7 - CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS – 2012

PESSOAS DETIDAS - 2012	
DETENÇÕES	QUANTIDADE
Assaltante de carga	13
Assaltante de ônibus	02
Estrangeiros	02
Mandados	43
Tráfico de Entorpecentes	59
Roubo/Furto de veículos	52
Contrabando/Descaminho	30
Crimes de trânsito	450
Crimes ambientais	20
Outros	188
TOTAL DE DETIDOS	859

Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário – 2012

TABELA 8 – CRIANÇAS E ADOLESCENTES - 2012

CRIANÇAS/ADOLESCENTES – 2012			
CRIANÇA/ADOLESCENTES VÍTIMAS DE CRIMES		CRIANÇA/ADOLESCENTE INFRATOR	
Criança	06	Criança encaminhada	13
Adolescente	20	Adolescente apreendido	117
TOTAL DE MENORES VÍTIMAS	26	TOTAL DE MENORES INFRATORES	130
Total de Ocorrências de Crime contra menores	09	Total de ocorrências de infração praticadas por menores	67
Total de Pessoas Envolvidas	13	Total de Pessoas Envolvidas	80

Total de Pessoas Detidas	08	Total de Pessoas Detidas	66
--------------------------	----	--------------------------	----

Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário – 2012

TABELA 9 – CARGAS ROUBADAS E RECUPERADAS - 2012

CARGAS ROUBADAS E RECUPERADAS - 2012					
Carga roubada	Und	Qtde	Carga Recuperada	Und	Qtde
Alimentos	Kilo	25.511	Alimentos	Kilo	00
Bebidas	Litro	00	Bebidas	Litro	00
CD/VHS/DVD	Caixa	00	CD/VHS/DVD	Caixa	00
Cigarro	Pacote	00	Cigarro	Pacote	00
Combustíveis	Litro	00	Combustíveis	Litro	00
Eletrônicos	Und	968	Eletrônicos	Und	968
Informática	Und	00	Informática	Und	00
Medicamentos	Und	00	Medicamentos	Und	00
Outras	Und	42.021	Outras	Und	3.510

Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário - 2012

TABELA 10 – ARMAS E MUNIÇÕES - 2012

ARMAS E MUNIÇÕES - 2012					
Armas	Und	Qtde	Munições	Und	Qtde
Revolver	Und	16	Calibre 22/32	Und	88
Pistola	Und	03	Calibre 38	Und	72
Espingarda	Und	04	Calibre 40	Und	00
Fabricação caseira	Und	00	Calibre 380	Und	29
Fuzil	Und	00	Calibre 762/308	Und	00
Submetralhadora	Und	00	Calibre 223/556	Und	00
Total Armas de Fogo	Und	23	Calibre 9mm	Und	00
Armas brancas	Und	03	Outras	Und	77
Outras armas	Und	02	TOTAL DE MUNIÇÕES APREENDIDAS		266
TOTAL GERAL DE ARMAS		28	TOTAL DE OCORRÊNCIAS		79
TOTAL DE OCORRÊNCIAS		25			

Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário - 2012

TABELA 11 – CRIMES AMBIENTAIS - 2012

CRIMES AMBIENTAIS - 2012		
Meio – Ambiente	Unidade	Quantidade

Animais silvestres	Und	14
Carvão	M3	501
Madeira	M3	34.292
Pescados	Kilo	00
Transporte Incorreto de Substâncias Tóxicas	-	00
Outros	Und	07
TOTAL DE OCORRÊNCIAS		
Dinheiro	Unidade	Quantidade
Dinheiro (real)	Valor	0,00
Dinheiro (euro)	Valor	0,00
Dinheiro (dólar)	Valor	0,00
Dinheiro (peso colombiano)	Valor	0,00
Explosivo	Unidade	Quantidade
Fogos de Artifício	Unidade	0
Dinamite	Kg	0

Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário – 2012

TABELA 12 – APREENSÕES DE DROGAS - 2012

APREENSÕES DE DROGAS - 2012					
Drogas	Und	Qtde	Contrabando	Und	Qtde
Anfetamina/Barbitúricos	Und	00	Bebidas	Litro	07
Haxixe	Und	00	CD/VHS/DVD	Und	3.263
Cocaína	Gramas	475.199	Cigarro	Pacote	31.012
Crack	Gramas	10	Combustíveis	Litro	00
Lança perfume	Frasco	10	Equipamentos de Informática	Und	792
Merla	Gramas	00	Eletrônicos	Und	635
Maconha	Gramas	3.689.943	Medicamentos	Und	360
Pés de maconha	Und	00	Pneus	Und	00
Outras	Und	85	Outras	Und	5.522
Diversos	Gramas	00	Diversos	Gramas	09
Total de Ocorrências		55	Total de Ocorrências		103

Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário - 2012

Embora com grandes restrições orçamentárias e o baixo efetivo de policiais, concluímos que o exercício de 2012 foi bastante proveitoso no que se refere à criminalidade nas rodovias federais goianas.

c) MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA DAS UNIDADES OPERACIONAIS, BEM COMO DE SEU APARELHAMENTO OPERACIONAL (ARMAMENTO, PARQUE DE INFORMÁTICA, RÁDIO-COMUNICAÇÃO, VIATURAS, CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL, ETC)

No exercício de 2012, por intermédio de um Pregão Eletrônico, foram contratadas as obras de reforma e adequação, bem como a manutenção predial das seguintes Bases Operacionais:

TABELA 13 – MANUTENÇÃO PREDIAL DE BASES OPERACIONAIS - 2012

ITEM	BASE OPERACIONAL	TIPO DE OBRA/SERVIÇO
1	Posto PRF de Anápolis	Serviço – Manutenção Predial
2	Posto PRF de Jaraguá	Serviço – Manutenção Predial
3	Posto PRF de Morrinhos e Itumbiara	Serviço – Manutenção Predial
4	Posto PRF de São Simão	Serviço – Manutenção Predial
5	Posto PRF Leônidas Sisterolli	Obra – Reforma e Adequação
6	Posto PRF de Jataí	Obra – Reforma e Adequação
7	Posto PRF de Catalão	Obra – Reforma e Adequação

Fonte: SAF – Seção de Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

Embora as contratações tenham ocorrido ao findar do exercício de 2012, o início dar-se-á em janeiro de 2013, motivo pelo qual os resultados desta meta só serão percebidos no exercício de 2013.

Ainda não sendo uma meta, mas não uma ação originada pela UJ, a construção do novo Posto PRF Clayton Santos, subordinado à 1ª Delegacia PRF – Goiânia, ocorreu às expensas da empreiteira que duplicou a BR – 153, saída para São Paulo. A obra foi acompanhada e fiscalizada pelo DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA – ESTRUTURA TERRESTRE.

Situação idêntica ocorreu com o novo Posto PRF de Rio Verde, subordinado à 4ª Delegacia PRF deste município, sendo a construção executada por empreiteira que promove a duplicação da BR – 060, saída para Rio Verde. Embora a obra tenha sido iniciada em 2012, sua conclusão ocorrerá ainda em 2013, quando os efeitos positivos desta meta serão sentidos.

No exercício de 2012, uma grande conquista na área de Rádio Comunicação foi o sucesso na contratação de uma empresa para dar manutenção corretiva e preventiva em todos os equipamentos de rádio comunicação da UJ (rádios portáteis, torres de comunicação, etc), com fornecimento de peças.

TABELA 14 – MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI - 2012

ITEM	TIPO DO SERVIÇO	VLR MENSAL ESTIMADO
5	Manutenção de Rádio e Torres de Comunicação	16.922,57

Fonte: Seção Administrativa e Financeira/1ª SRPRF/GO

Com relação a novas viaturas recebidas no exercício de 2012, chegou-se às seguintes aquisições feitas pelo nosso órgão central, por meio do Sistema de Registro de Preços:

TABELA 15 - VIATURAS NOVAS RECEBIDAS – 2012

Nº	PLACA	ANO	MARCA/MODELO
1	OGI-3612	2011/2012	FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX
2	OGI-3672	2011/2012	FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX
3	OGL-7614	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4
4	OGL-7664	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4
5	OGP-6151	2011/2012	PEUGEOT/BOXER M330M 23S
6	OGW-7685	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4
7	OGX-0995	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4
8	OGX-1055	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4
9	OMN-4927	2012/2013	RENAULT/MASTER11M3 25DCI

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

Na área de capacitação do Policial Rodoviário Federal e servidores do Quadro Administrativo, temos as seguintes ações desenvolvidas no exercício de 2012:

TABELA 16 - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO – 2012

CURSO	CARGA HORÁRIA (h/a)	PERÍODO	Nº DE PRFs CAPACITADOS	Nº DE ADM. CAPACITADOS	TOTAL SERVIDORES
Curso Básico de Processo Administrativo disciplinar CGU	20	27/02 a 02/03/2012	2	0	2
Curso de Instrutor Teórico Técnico e Prática de Direção Veicular	180	05/03 a 08/05/2012	2	0	2
Curso de Intervenção Rápida Ostensiva – CIRO da Polícia Militar de Goiás	60	19/03 a 13/05/2012	2	0	2
A Gerência e seus Desafios	40	07/05 a 18/05/2012	1	0	1
II Encontro de Corregedorias do Poder Executivo Federal	14	29/05 a 30/05/2012	2	0	2
Capacitação em Uso Diferenciado da Força	10	04/06/2012	8	0	8
Treinamento com a carabina Imbel MD-97, calibre 5,56	8	10/06 a 26/06/2012	9	0	9

Curso de redação Moderna de Documentos Jurídicos	16	30/08 a 31/08/2012	1	0	1
A Gerência e seus Desafios	40	07/05 a 18/05/2012	1	0	1
Curso de Capacitação com a Pistola PT 840 Taurus	8	18/09/2012	22	0	22
Técnicas de Abordagem e Defesa Policial – Mod. I Armamento, Tiro e Uso Seletivo da Força – Mod.II.	44	24/09 a 27/09/2012	24	0	24
I Fórum Cearense de Ciências Criminais, com a temática: A Reforma do Código Penal	20	18/10 a 20/10/2012	1	0	1
Curso de Instrutor de Teórico Técnico e Prática de Direção Veicular.	180	26/11 a 19/12/2012	2	0	2
Termo Circunstanciado de Ocorrência TCO	8	26/11 a 27/11/2012	1	0	1
TOTAL			78	0	78

Fonte: NUCAP – Núcleo de Capacitação – SRH/1ª SRPRF/GO.

A área de legislação e capacitação da UJ atuou no apoio a vários cursos nas mais variadas atividades, mas alguns, por serem de iniciativa da COEN - Coordenação de Ensino do DPRF/MJ, a UJ auxiliou com a propositura diárias, passagens aéreas e rodoviárias, reservas de viaturas e demais providências para que tudo ocorresse dentro da normalidade. Abaixo elencamos os cursos que atuamos como apoio:

TABELA 17 - ATIVIDADES DE APOIO À CAPACITAÇÃO – 2012

CURSO	CARGA HORÁRIA (h/a)	PERÍODO	Nº DE PRFs/ALUNOS PRFs CAPACITADOS	Nº DE ADM. CAPACITADOS	TOTAL SERVIDORES
Curso de Capacitação para os Chefes dos Núcleos de Orçamento e Finanças - NUOFI	40	06/02 a 10/02/2012	1	0	1
Curso de Formação para Motociclista Batedor Policial	250	18/03 a 14/04/2012	5	0	5
Curso de Formação de Gestores para o Desenvolvimento Profissional CFGPD/2012	96	19/03 a 30/03/2012	4	0	4
Apoio na Divisão de Concursos, Seleção e Processos - DISEPRO	120	26/03 a 30/03/2012	1	0	1
Curso de Formação de Instrutores/2012.1	120	16/04 a 04/05/2012	4	0	4

Curso de Formação de Instrutores/2012 (Alunos)	120	16/04 a 04/05/2012	5	0	5
Curso CFMBP/2012 2ª Turma	120	16/04 a 12/05/2012	1	0	1
I Workshop de Instrutores de Cursos de Especialização de interesse da Coordenação Geral de Operações	32	16/04 a 21/04/2012	1	0	1
III Curso de Técnicas Policiais de Fiscalização de Transportes (instrutores)	120	01/05 a 19/05/2012	1	0	1
III Curso de Técnicas Policiais de Fiscalização de Transportes (alunos)	120	01/05 a 19/05/2012	4	0	4
Curso de Formação para Motociclista Batedor Policial – CFBMP/2012 3ª turma	120	05/05 a 04/06/2012	1	0	1
Curso de Formação Profissional – PRF/2012.1	700	23/05 a 31/08/2012	260	0	260
XXII Técnicas Policiais de Combate ao Crime TPCC/2012	226	27/05 a 14/06/2012	5	0	5
Workshop: O olhar da PRF para os Direitos Humanos	20	27/06 a 29/06/2012	2	0	2
Curso de Mapeamento de Competências	40	31/07 a 10/08/2012	2	0	2
Apoio na Divisão de Concursos, Seleção e Processos – DISEPRO	32	20/08 a 24/08/2012	1	0	1
Curso de Formação Profissional/2012-1	120	30/08/2012	1	0	1
Treinamento em Sistema de Integração em Bases de Dados – IDSEG	64	09/09 a 22/09/2012	1	0	1
Curso de Formação Profissional – CFP/2012-2	70	24/09 a 21/12/2012	12	0	12
Curso de Formação Profissional – CFP 2012-2	700	30/09 a 21/10/2012	235	0	235

Curso Básico de Inteligência Policial – CBIP	64	10/10 a 20/10/2012	2	0	2
Curso de Formação Profissional - CFP/2012-2 e Workshop CVP	70	14/10 a 16/12/2012	2	0	2
Curso de Formação Profissional CFP/2012-2	700	17/10 a 17/10/2012	1	0	1
Ações de Educação para o Trânsito	56	20/10 a 28/10/2012	2	0	2
Curso de Formação de Instrutores DOA/2012	80	29/10 a 13/11/2012	1	0	1
Treinamento em Operações de Inteligência - TOI	40	11/11 a 15/11/2012	1	0	1
Treinamento Operacional de Inteligência – TOI	152	15/11 a 12/12/2012	1	0	1
Ações de Educação para o Trânsito – Projeto Gincana do Caminhoneiro	40	20/11 a 26/11/2012	2	0	2
Curso Básico de Inteligência Policial – 2ª Turma	44	05/12 a 16/12/2012	2	0	2
TOTAL			561	0	561

Fonte: NUCAP – Núcleo de Capacitação – SRH/1ª SRPRF/GO

d) INGRESSO DE NOVOS POLICIAIS E A NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE NOVOS CARGOS ADMINISTRATIVOS NOS QUADROS DO DPRF

Durante o exercício de 2012 houve o ingresso de 16 (dezesesseis) novos policiais oriundos do Curso de Formação realizado na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, última etapa de um Concurso Público pendente de finalização. Todavia, houve 03 (três) aposentadorias, sendo 01 (uma) voluntária e 02 (duas) compulsórias. A questão do efetivo tem sido um grande problema do órgão, que além de abarcar suas atribuições regimentais e constitucionais, ainda também colaborando com outros órgãos públicos no combate às mais diversidades modalidades de crime.

A UJ desenvolve atuações com a Receita Federal do Brasil (contrabando e descamiinho), Ministério do Trabalho (combate ao trabalho escravo), Ministério Público Federal e Estadual (operações policiais diversas e combate à prostituição infantil às margens das rodovias), Departamento de Polícia Federal (cumprimento de operações policiais em apoio a Polícia Federal). Desta feita, o baixo efetivo da UJ no Estado de Goiás tem sido um sério problema que somente vai ser equacionado com a realização de Concursos Públicos. Todavia, embora com uma defasagem em

seus quadros de recursos humanos, a UJ tem conseguido cumprir satisfatoriamente com as missões que lhe são impostas.

e) BUSCAR A TECNOLOGIA E INFORMATIZAÇÃO COMO UMA FERRAMENTA PARA MELHORIA DOS TRABALHOS POLICIAIS

Embora a gestão macrodesta meta seja exclusiva do órgão central, qual seja, o DPRF/MJ em Brasília, a UJ executou no exercício de 2012, as principais *aquisições de bens* na área da Tecnologia da Informação – TI, quais sejam:

TABELA 18 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE TI - 2012

ITEM	TIPO DO BEM	QTDE
1	Monitores TIPO I – marca/modelo: AOC/E950SWDA	46
2	Servidores de Rede Tipo II – HP/DL120	2
3	Servidores de Rede Tipo III – HP/DL380	1
4	Torre autoportante de 40 m para instalação junto ao Posto PRF Clayton Santos, sito a BR – 153, município de Hidrolândia/GO.	1
5	Licenças do Windows Server Standard 2012	4

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

No exercício de 2012, as principais *aquisições de serviços* na área da Tecnologia da Informação – TI, foram as seguintes:

TABELA 19 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TI - 2012

ITEM	TIPO DO SERVIÇO	VLR MENSAL ESTIMADO
1	Telefonia Móvel Celular	20.697,52(*)
2	Telefonia Móvel Celular – LDN	23.980,22(*)
3	Telefonia Fixa – LDN – Emergencial	1.333,14
4	Manutenção de No Breaks	3.574,47

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

(*) O gasto mensal médio para ambos os contratos está em R 1.400,00 e R\$ 1.600,00, respectivamente.

f) BUSCAR DESENVOLVER TRABALHOS JUNTO A COMUNIDADE

No exercício de 2012, a UJ buscou desenvolver trabalhos junto à sociedade iniciando-se por simples atividades, tais como:

- a) Elaboração e participação em solenidades oficiais, organizando, acompanhando ou representando o Superintendente Regional;
- b) Elaborando informativos, a exemplo do “PRF É NOTÍCIA”, onde divulgou as notícias mais importantes da 1ª SRPRF/GO;
- c) Divulgando, sugerindo pautas, acompanhando e orientando a coleta de

informações de interesse da corporação, nos principais meios de comunicação;

d) Treinando e acompanhando estagiários designados a estas atividades;

e) Participando de diversas entrevistas de rádio e televisão, divulgando positivamente o nome da corporação, em âmbito regional;

f) Trabalhando com a CIOP/1ª SRPRF/GO para que o nome da instituição fosse citado inúmeras vezes nos principais jornais do Estado de Goiás;

g) Prestando inúmeros atendimentos a usuários e à imprensa, pessoalmente, através da Internet ou via telefone;

h) Participando de diversos eventos e seminários ligados às atividades desenvolvidas pela corporação;

i) Participando efetivamente de todas as Operações Especiais, do calendário nacional do DPRF/MJ, desencadeadas pela área-fim (operacional) da 1ª SRPRF/GO;

j) Participando ativamente dos Comandos Médicos de Saúde preventivos desenvolvidos ao longo das rodovias e estradas federais, cujo o público-alvo foram, principalmente, os motoristas caminhoneiros;

k) Confeccionando “releases” das Operações Especiais realizadas pela 1ª SRPRF/GO para divulgação na imprensa falada e escrita;

l) Elaborando ofícios, memorandos e correspondências de estilo em nome da UJ;

m) Elaborando informativos com notícias e informações acerca das áreas administrativas, operacional, correicional e de recursos humanos para divulgação ao público interno da instituição; e

n) Selecionando e publicando na Intranet regional e Internet nacional, informações de destaque e relevância pra sociedade alusivas às atividades desenvolvidas no âmbito das Delegacias Regionais.

Em síntese, os principais objetivos da UJ quando a esta busca por desenvolver atividades junto à sociedade, foram:

TABELA 20 – METAS E REALIZAÇÕES DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - 2012

METAS	REALIZAÇÕES
1. Realização de palestras sobre educação para o trânsito junto às empresas privadas (transportadoras de cargas e valores, transporte coletivo intermunicipal e interestadual).	Alcançado com sucesso
2. Contratação de uma empresa especializada em assessoria em comunicação (clipping eletrônico)	Alcançado com sucesso
3. Promover uma aproximação maior perante as demais instituições de segurança pública.	Alcançado com sucesso
4. Ministras palestras educativas, principalmente em estabelecimentos educacionais, de todos os níveis de ensino, e aos usuários diretos das rodovias federais.	Alcançado com sucesso
5. Aproximação com emissoras de TV e rádio, concedendo entrevistas positivas sobre o trabalho realizado nas rodovias federais.	Alcançado com sucesso

Fonte: NUCOM – Núcleo de Comunicação Social – 1ª SRPRF/GO

A Polícia Rodoviária Federal, com CRET/GO – CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO, fez-se presente em agro - indústrias, congressos, feiras e ministrou campanhas e palestras educativas de trânsito em escolas, empresas de transporte de cargas e passageiros, órgãos públicos municipais, estaduais e empresas privadas durante a semana nacional de prevenção de acidentes, no Estado de Goiás.

O público-alvo das ações de educação de trânsito contempladas neste projeto foram todos os usuários das rodovias, ou seja motoristas, passageiros, pedestres, estudantes, etc. O objetivo das ações de educação de trânsito é transmitir ao público externo, usuários das vias urbanas e rurais, noções de direção defensiva, percepção de risco, inculcando o pensamento de que a obediência às normas de trânsito é fundamental para a segurança no trânsito, com o foco na prevenção de acidentes e preservação da vida.

Participaram ativamente das ações desenvolvidas junto à sociedade os seguintes Policiais Rodoviários Federais:

TABELA 21 – POLICIAIS PALESTRANTES - 2012

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
Geraldina Peixoto de Oliveira	1535424	7ª DELEGACIA
Jander Eustáquio B. Da Costa	1301337	NUCOM
Jesé Ferreira	1396033	7ª DELEGACIA
José Elzo Antônio	1201694	2ª DELEGACIA
Luiz Antônio Vieira	1071050	6ª DELEGACIA
Moisés Alves da Silva	1202713	5ª DELEGACIA
Newton Moraes Souza	1075761	NUCOM
Rubens Artur da Silva	1185276	1ª DELEGACIA
William de Araújo Teixeira	1070928	GABINETE
Angélica Borges	1184774	6ª DELEGACIA
João Paulo Santana	1480292	3ª DELEGACIA
Júlio César Gomes Ferreira	1076804	SUPERINTENDENTE

Fonte: NUCOM – Núcleo de Comunicação Social – 1ª SRPRF/GO

Interessante observar que os policiais constantes da tabela acima desenvolvem, muitas das vezes em seus horários de folga, atividades como palestrantes junto à instituições públicas, privadas, escolas, Centros de Formação de Condutores, empresas de transportes de carga e passageiros. Isso demonstra um grande comprometimento destes policiais e uma preocupação extra em aproximar ainda mais a instituição PRF junto à sociedade.

Uma ação muito positiva da UJ foi a manutenção no exercício de 2012 do Projeto Pé na Estrada, projeto este criado pela 1ª. SRPRF/GO e visa orientar os motoristas e auxiliar na formação de condutores conscientes e comprometidos com um trânsito cada vez mais seguro e com menos vítimas. Em seu quarto ano de existência, o projeto que percorre todos os postos da PRF no Estado, já alcançou cerca de 12.000 usuários das rodovias.

De acordo com pesquisas da Polícia Rodoviária Federal, os caminhoneiros representam diariamente cerca de 60 a 70% dos condutores que trafegam nas rodovias. Desses números, a cada quatro caminhoneiros um é usuário de álcool e/ou algum tipo de droga e ainda possuem algum tipo de problema de saúde, seja a hipertensão, colesterol e triglicérides altos, problemas de visão, obesidade, tabagismo, etc.

Basicamente, na execução do projeto, a Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias federais, aborda e convida os motoristas caminhoneiros para participar de uma palestra de conscientização sobre drogas, alcoolismo, pedofilia, valorização pessoal, dicas para conduzir melhor seus veículos e para trafegar com segurança.

O Projeto Pé na Estrada ainda contou com o apoio oriundo das diversas parcerias que a PRF firmou no decorrer do ano de 2012, parcerias firmadas perante a Associação dos Caminhoneiros em Goiás, Detran/GO, SEST/SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Trânsito, Corpo de Bombeiros Militar, hospitais e profissionais liberais de diversas áreas médicas, principalmente aquelas especialidades em que há uma demanda maior pelos serviços, tais como cardiologistas e oftalmologistas.

O Projeto Pé na Estrada atualmente percorre não só o Estado de Goiás, mas também o Brasil todo, por meio das diversas Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal nos Estados. A preocupação com o bom desenvolvimento e execução do projeto é tanta que a PRF/GO, conforme a região do Estado, procura mudar o tema a ser discutido com os motoristas, focando os principais problemas e dificuldades enfrentados por estes profissionais na região onde atuam. Como exemplo, citamos um problema muito grande encontrado na BR – 153, entre Anápolis e Porangatu, onde se verifica um alto consumo de bebidas alcoólicas e drogas por parte dos caminhoneiros, o que tem causado um alto índice de acidentes neste trecho de rodovia. Os resultados do projeto PÉ NA ESTRADA 2012 no Estado de Goiás poderão ser verificados na tabela a seguir.

TABELA 22 – TIPOS DE PÚBLICO ALVO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE – 2012

DELEGACIA	LOCAL	USUÁRIOS RODOVIAS	ESTUDANTES FUNDAMENTAL	ESTUDANTES ENS MÉDIO	ESTUDANTES ENS SUPERIOR	OUTROS	TOTAL
5 - JATAÍ	P 01	281	60	0	0	52	393
	P 02	0	0	0	0	0	0
	P 03	213	0	71	99	112	495
		494	60	71	99	164	888
7 - PORANGATÚ	P 01	332	0	0	0	40	372
	P 02	561	180	0	0	161	902
		893	180	0	0	201	1274
2 - ANÁPOLIS	P 01	425	144	0	86	32	687
	P 02	349	0	171	0	49	569
		774	144	171	86	81	1256
6 - CATALÃO	P 01	364	160	0	0	0	524
		364	160	0	0	0	524
4 - RIO VERDE	P 01	314	0	0	0	0	314
		314	0	0	0	0	314
3 - MORRINHOS	P 01	367	0	0	0	0	367
	P 02	401	31	0	0	0	432
		768	31	0	0	0	799
1 - GOIÂNIA	P 02	147	521	0	0	80	748
		147	521	0	0	80	748

DELEGACIA	GOIANIA	ANÁPOLIS	MORRINHOS	RIO VERDE	JATAÍ	CATALÃO	PORANGATU
EST FUND	521	144	31	0	60	160	180
EST MED	0	171	0	0	71	0	0
EST SUP	0	86	0	0	99	0	0
USUÁRIOS	147	774	768	314	494	364	893
TOT POR DELEGACIA	668	1175	799	314	724	524	1073
TOT POR CATEGORIA		3754	1096	242	185	526	5803

Fonte: NUCOM – Núcleo de Comunicação Social – 1ª SRPRF/GO

Outra importante atividade desenvolvida pela UJ com o objetivo de buscar uma maior aproximação com a sociedade foi o desenvolvimento dos chamados COMANDOS DE SAÚDE. Ao todo foram realizados 03 (três) Comandos de Saúde nos meses de maio, agosto e novembro, utilizando um efetivo policial de 58 policiais, com apoio de 60 colaboradores externos, sendo examinados 446 motoristas que trafegam pelas rodovias federais goianas.

TABELA 23 - COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS – 2012

MODALIDADE DE EXAME (*)	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	TOTAIS	Variação (%) (**)
	23/05/2012	22/08/2012	28/11/2012		
Efetivo de PRFs	18	20	20	58	-
Efetivo Externo	20	20	20	60	-
Motoristas Examinados	142	147	157	446	-
Acima do Peso	98	102	99	299	67,04%
Circunferência Abdominal	76	83	78	237	53,13%
Gordura Corporal	62	47	48	157	35,20%
Hipertriglicédeos	00	00	00	209	46,86%
Hiperglicemia	27	12	10	49	10,98%
Hipertensos	43	45	36	124	27,80%
Carga Horária Excessiva	75	88	76	239	53,58%
Medicamentos Impróprios	0	17	25	42	9,41%
Etilismo	66	51	78	195	43,72%
Acuidade Auditiva	04	17	05	26	5,82%
Tabagismo	27	25	45	119	26,68%
Acuidade Visual	28	46	45	119	26,68%
Visão Estereoscópica (não)	05	01	00	06	1,34%
Visão Cromática	01	00	00	01	0,22%
Ofuscamento	00	08	00	08	1,79%
Campimetria	00	05	00	05	1,12%
Envolvidos em Acidentes	32	31	31	94	21,07%
Força Manual D	25	19	04	48	10,76%
Força Manual E	22	18	05	45	10,08%
Hipercolesterolemia	14	19	00	33	7,39%
Grau de Sonolência	01	10	00	11	2,46%
Tontura/Desmaio	3	01	2	06	1,34%
Intercorrências	06	08	14	28	6,27%

Fonte: NURAM - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 1ª SRPRF/GO

Observações Importantes:

(*) - Os motoristas examinados podem ser enquadrados em mais de um fator de risco. Algumas modalidades de exame deixaram de ser realizados pela carência de equipamento adequado.

(**) – A variação percentual foi obtida dividindo-se o número total de cada modalidade de exame pelo total de Motoristas Examinados multiplicando o índice por 100.

Ex.: Número de Motoristas Hipertensos/ Número de Motoristas Acima do Peso = $(299/446) \times 100 = 67,04\%$

De maneira geral, as principais ações foram executadas visando o atingimento das metas estabelecidas, as quais entendemos que foram atingidas, embora ainda com as restrições orçamentárias e financeiras e as de recursos humanos. Os impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da UJ deram-se principalmente quanto à diminuição da Taxa de Variação de Acidentes e da Taxa de Variação de Mortos.

2.4. INDICADORES

PROGRAMA 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Para o Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS, da TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS e do COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS – CAIF.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 1.000.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações/DPRF/MJ. Foi estipulada a meta de 5,71 mortes para cada 1.000.000 de veículos, obtendo-se o resultado de 5,46 mortes, ou seja, 95,62% de atingimento. No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 1.000.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/DPRF/MJ.

Foi estipulada a meta de 84,04 acidentes para cada 1.000.000 de veículos, obtendo-se o resultado de 77,31 acidentes, ou seja, 91,99% de atingimento. A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ.

Já com relação ao COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS - CAIF das Bases Operacionais, foi criado para verificar se as instalações físicas da UJ, ou seja, os postos policiais, também denominados de Bases Operacionais, estão adequados quanto à sua estrutura física, estrutura de Tecnologia da Informação (computadores, rádios comunicadores, torres de comunicação, rede de comunicação, etc) e quanto ao número de viaturas policiais existentes para o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais.

Considera-se adequado fisicamente o posto policial com nota entre 8 e 10, parcialmente adequado com nota entre 5 e 7 e inadequado com nota entre 0 a 4. Assim o CAIF/GO da 1ª SRPRF/GO ficou da seguinte forma no exercício de 2012:

TABELA 24 - COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS – CAIF

CAIF – COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS														
		Postos Adequados Fisicamente				SOMA PONTOS/4	Postos Adequados Quanto a TI				Postos com Viaturas Adequadas			
		Espaço Físico	Aspecto Externo	Instalações	Infra Estrutura		Equip Informática	Rede DPRF/Internet	Sistema de Rádio	SOMA PONTOS/3	Qtde Suficiente?	Idade Adequada?	SOMA PONTOS/2	
1ª Del – GO	PST 01 LEONIDAS SISTEROLI	8	7	7	7	7,25	8	7	8	7,67	7	8	7,50	
1ª Del – GO	PST 02 – GUAPÓ	8	7	8	7	7,50	8	7	8	7,67	7	8	7,50	
1ª Del – GO	PST 03 – CLEYTON SANTOS	4	2	4	3	3,25	8	7	8	7,67	7	8	7,50	
2ª Del – GO	PST 01 ANÁPOLIS	4	4	4	3	3,75	8	7	8	7,67	7	8	7,50	
2ª Del – GO	PST 02 – JARAGUÁ	8	7	8	7	7,50	8	7	8	7,67	7	8	7,50	
3ª Del – GO	PST 01 MORRINHOS	10	10	8	8	9,00	8	7	8	7,67	8	8	8,00	
3ª Del – GO	PST 02 ITUMBIARA	10	10	8	8	9,00	8	7	8	7,67	8	8	8,00	
4ª Del – GO	PST 01 – RIO VERDE	4	4	4	3	3,75	8	7	8	7,67	8	8	8,00	
5ª Del – GO	PST 01 – JATAÍ	7	7	5	7	6,50	8	7	8	7,67	8	8	8,00	
5ª Del – GO	PST 02 – SÃO SIMÃO	4	4	4	3	3,75	8	7	8	7,67	8	8	8,00	
5ª Del – GO	PST 03 – SANTA RITA ARAGUAIA	3	2	3	3	2,75	8	7	8	7,67	8	8	8,00	
6ª Del – GO	PST 01 – CATALÃO	7	8	6	7	7,00	8	7	8	7,67	8	8	8,00	
7ª Del – GO	PST 01 PORANGATU	4	3	4	4	3,75	8	7	8	7,67	8	8	8,00	
7ª Del – GO	PST 02 – URUAÇU	4	3	4	6	4,25	8	7	8	7,67	8	8	8,00	
						5,64					7,67			7,82

CAIF	70,44
-------------	--------------

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

PROGRAMA 2112 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

Não há indicador.

PROGRAMA 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Não há indicador.

PROGRAMA 2030 – EDUCAÇÃO BÁSICA

Não há indicador.

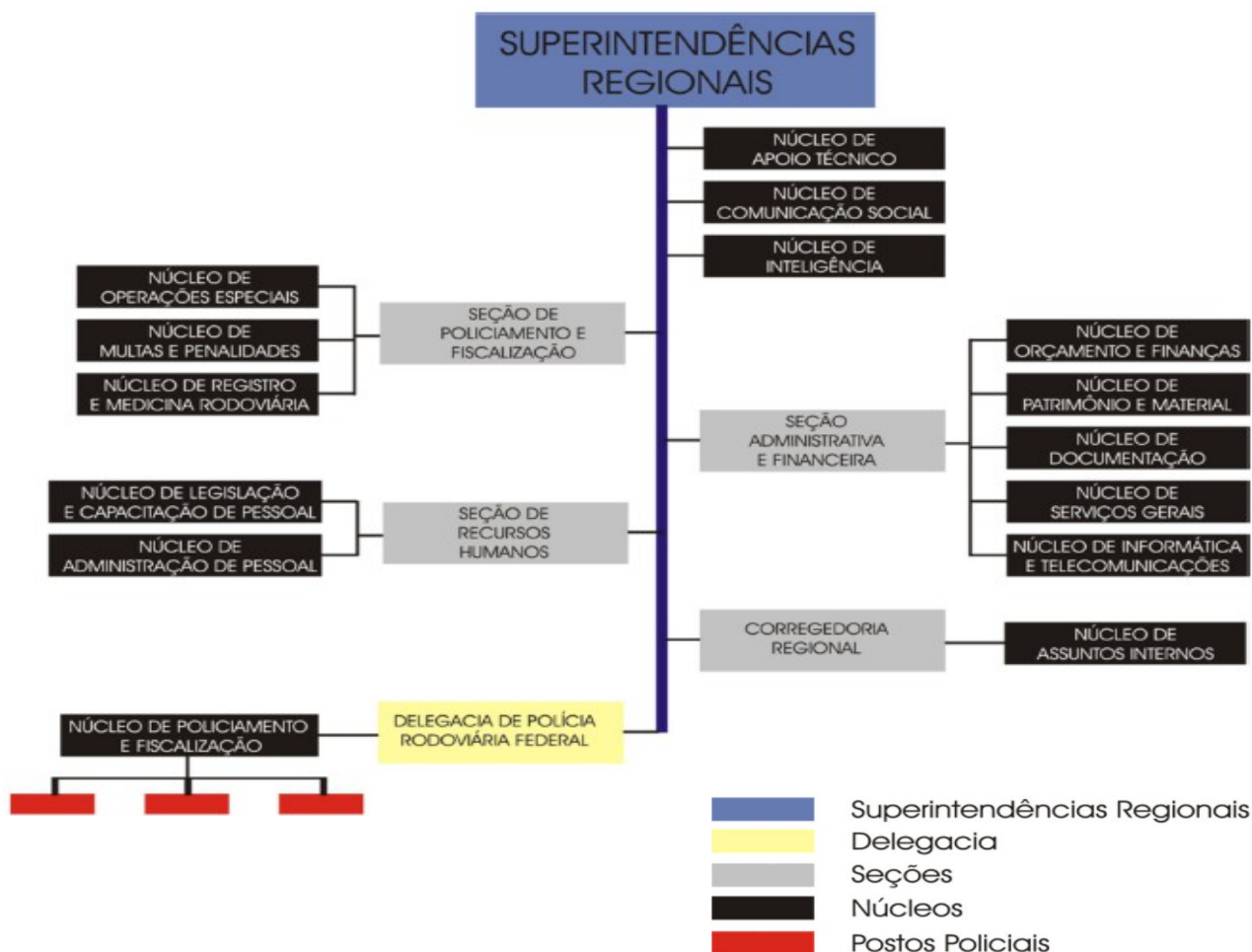
PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

Não há indicador.

3. PARTE A – ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Estrutura de Governança da UJ é baseada no seguinte esquema organizacional:

GRÁFICO 2 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

No âmbito da estrutura de governança da UJ, contamos com o apoio da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU/GO, como órgão de controle interno e do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, como órgão de controle externo.

3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2012, motivo pelo não preenchimento do Quadro A.3.1. A UJ não possui em sua estrutura uma área encarregada especificamente do acompanhamento do sistema de controle interno, esta estruturação se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, através da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MJ.

3.3. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

Não se aplica à UJ.

3.3.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Não se aplica à UJ.

3.3.2. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS

Não se aplica à UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.3.2.

3.3.3. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS

Não se aplica à UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.3.3.

3.3.4. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

Não se aplica à UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.3.4.

3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO

Em relação a estrutura e Sistema de Correição da Unidade Jurisdicionada, todos os nossos trabalhos são pautados com base nas atribuições constantes do Art. 92 da Portaria nº1.375-MJ, de 2 de agosto de 2007, que instituiu o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

A Corregedoria Regional tem como finalidade principal zelar pela boa conduta ética e moral de todos servidores, no uso de suas atribuições, em efetivo serviço, para que a lisura do serviço público seja perene e indeclinável.

Assim, deve realizar ações preventivas e repressivas, coibir quaisquer ilícitos que possam ser praticados por servidores lotados na Regional. Também deve reagir aos desvios de condutas detectados pela administração ou particulares, por meio de procedimentos administrativos disciplinares, apurando a prática de possíveis ilícitos, o que pode culminar na aplicação de penalidades ao servidor infrator, buscando manter um estado de legalidade dos servidores para com a Administração.

A Corregedoria Regional, empenhada em desempenhar suas atribuições regimentais e cumprir de forma eficaz e eficiente sua missão institucional, buscou estabelecer as seguintes metas e seus resultados no decorrer do exercício de 2012.

TABELA 25 – METAS DA ÁREA CORREICIONAL - 2012

METAS	RESULTADOS
1) MANTER ATUALIZADO O MAPA CARTORIAL.	ÊXITO
2) REDUZIR O NÚMERO DE OCORRÊNCIAS GERADORAS DE AÇÕES DE CORREIÇÃO (QUANTIFICADAS PELO NÚMERO DE ENTRADA DE PROCEDIMENTOS AUTUADOS DE NATUREZA CORREICIONAL ENVOLVENDO SERVIDORES DO DPRF) EM NO MÍNIMO 10% ATÉ O FINAL DE 2012.	SEM ÊXITO

3) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – PARTE 1	ÊXITO
4) MELHORAR O NÍVEL DE SUPORTE LOGÍSTICO E DE RECURSOS HUMANOS.	ÊXITO
5) REDUZIR O NÚMERO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES PENDENTES NAS CORREGEDORIAS EM, NO MÍNIMO, 20% ATÉ O FINAL DE 2012.	SEM ÊXITO
6) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – PARTE 2	ÊXITO
7) ORGANIZAR TREINAMENTOS DE SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NA ÁREA CORREICIONAL DE FORMA A QUE O BANCO DE TALENTOS CORRESPONDA A, PELO MENOS, 10% DO EFETIVO TOTAL DA REGIONAL.	ÊXITO
8) PROMOVER O APROVEITAMENTO, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE, NO MÍNIMO, 50% DO EFETIVO CAPACITADO DESDE OS DOIS EXERCÍCIOS ANTERIORES.	SEM ÊXITO
9) MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA GESTÃO BUROCRÁTICA	ÊXITO

Fonte: CR – Corregedoria Regional – 1ª SRPRF/GO

A execução das metas acima estabelecidas, implica no melhor esclarecimento e definição do que realmente representam dentro das ações desencadeadas pela Corregedoria Regional no exercício de 2012, como exposto a seguir:

1) MANTER ATUALIZADO O MAPA CARTORIAL, ELABORAR O RELATÓRIO CORREICIONAL, CONTROLAR A ENTRADA E SAÍDA DOS PROCESSOS, ATUALIZAR O BANCO DE TALENTOS E CONTROLAR A ENTRADA E SAÍDA DE RECURSOS.

O Mapa Cartorial é uma importante ferramenta de controle da seção e que visa divulgar, de forma detalhada e em números, a evolução dos resultados decorrentes das ações implementadas pela seção nas rotinas de trabalho.

Dentro do Mapa Cartorial encontramos informações valiosas tais como o *Relatório Correicional, a Planilha de Levantamentos de Processos, Tipos de Infração Disciplinar, Situação do Processo, Processos por Delegacia e os Tipos de Processos, Banco de Talentos, Entrada e Saída de Recursos (atividades da regional ou de outra regional) e o Desempenho das Ações (Macro - Objetivos)*. A seguir, dados do Mapa Cartorial de Dezembro/2012 e o acumulado de 2012.

TABELA 26 - RELATÓRIO CORREICIONAL

SITUAÇÃO EM 31/12/2012

PROCESSOS	
Nº Processos no Início do Exercício - (01/01/12)	12
Processos na Unidade no Mês Vigente - (31/12/12)	15

ENTRADA DE PROCESSOS			
Denúncias/Representações Autuadas	22		
Denúncias/Representações Recebidas Outras Unidades	0		
Denúncias/Representações Recebidas Com de Ética	0		
Processos Desapensados	0		
Processos Desarquivados por Fatos Novos	0		
Outras Entradas de Processos (inclusive processos encontrados)	10		
TOTAL	32		
PROCESSOS INSTAURADOS			
Sindicância Administrativa Inquisitorial	0		
Sindicância Administrativa Disciplinar	4		
Processo Administrativo Disciplinar	3		
TOTAL	7		
PROCESSOS ENCERRADOS SEM INSTAURAÇÃO			
Processos Arquivados por Falta de Objeto	13		
Processos Arquivados por Litispendência	0		
Remetidos a Outras Unidades	0		
Processos Apensados	0		
TOTAL	13		
PROCESSOS ENCERRADOS COM INSTAURAÇÃO			
Processos Arquivados sem Punição	3		
Processos Encerrados com Punição, Prescritos ou Não	6		
Processos Instaurados Encaminhados a Outras Unidades	0		
Processos Apensados	0		
Processos com Nulidade	0		
Processos com Relatório Parcial (Sobrestado)	0		
SAD sem Punição que Resultaram em PAD	0		
SAI que resultaram em SAD ou PAD	0		
TOTAL	9		
PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE PROCESSOS			
ORIGEM DA DENÚNCIA OU REPRESENTAÇÃO	QTDE	TIPO DE INFRAÇÃO	QTDE
Denúncias ou Representações Externas	5	Acidente de Viatura	2
Denúncias ou Representações Internas	10	Corrupção/Concussão/ Extorsão – Art. 117, IX	2
TOTAL	15	Extravio de Arma de	1

		Fogo/Identidade Funcional	
SITUAÇÃO DO PROCESSO	QTDE	Extravio/Dano em Veículos Retidos	2
Aguardando Diligências Preliminares	10	Falta de Urbanidade/Abuso de Autoridade	1
Aguardando Análise	3	Insubordinação/Descumprimento de Ordem	1
Aguardando Instauração	0	Ofensa Física em Serviço -Art. 132, VII	0
Instaurado	2	Processos Relacionados à Improdutividade do Serviço	1
SAI, SAD ou PAD Aguardando Julgamento (Sup ou CG)	0	Outros	5
SAI, SAD ou PAD (Aguardando Julgamento na CJ-MJ)	0	TOTAL	15
Outros (especificar em Observações)	0		
TOTAL	15		

Fonte: Corregedoria Regional - 1ª SRPRF/GO

TIPO DE PROCESSO	QTDE	DELEGACIA	TOTAL DE PROCESSOS
Denúncias Internas – Servidor x Servidor	0	1ª Delegacia	4
Denúncias Internas – Servidor x Patrimônio	9	2ª Delegacia	1
Denúncias Internas – Servidor x Desempenho	2	3ª Delegacia	1
Denúncias Externas – Servidor x Usuário	3	4ª Delegacia	0
Outros	1	5ª Delegacia	0
TOTAL	15	6ª Delegacia	1
		7ª Delegacia	5
		Sede	3
		TOTAL	15

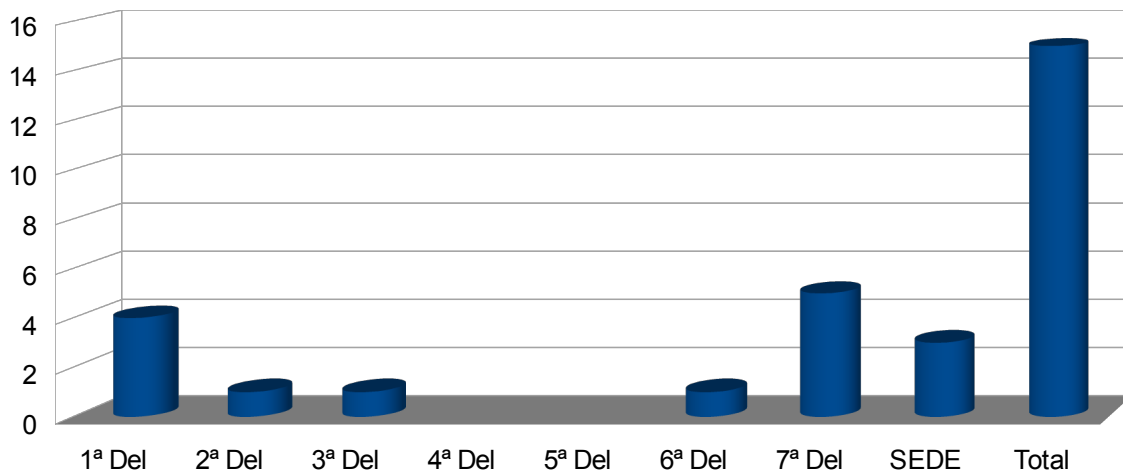
Fonte: Corregedoria Regional - 1ª SRPRF/GO

TABELA 27 - RESUMO DE PROCESSOS DISCIPLINARES - 2012

Nº PROCESSO	ORIGEM DA DENÚNCIA OU REPRESENTAÇÃO	SITUAÇÃO DO PROCESSO	TIPO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	TIPO DE PROCESSO	LOCAL DA INFRAÇÃO
08662001742/10-51	Externa	Aguardando Diligências	Corrupção/Concussão/Extorsão – Art. 117, IX	Servidor x Usuário	3ª Del

		Preliminares			
08662000047/12-33	Externa	Aguardando Diligências Preliminares	Conduta inadequada, incompatível com moralidade	Servidor x Usuário	6ª Del
08662003032/12-27	Interna	Aguardando Diligências Preliminares	Outros – extravio de bem patrimoniado	Servidor x Patrimônio	1ª Del
08662005921/12-29	Interna	Aguardando Diligências Preliminares	Outros – extravio de bem patrimoniado	Servidor x Patrimônio	1ª Del
08662005912/12-38	Interna	Aguardando Diligências Preliminares	Ocorrência com disparo de arma de fogo com vítima	Servidor x Usuário	SEDE (NOE)
08662005868/12-66	Interna	Aguardando Diligências Preliminares	Ocorrência com disparo de arma de fogo com vítima	Servidor x Usuário	7ª Del
08662006754/12-33	Externa	Aguardando Diligências Preliminares	Outros – Uso irregular de viatura	Servidor x Usuário	7ª Del
08662006755/12-88	Externa	Aguardando Diligências Preliminares	Outros – Disparo de Taser	Servidor x Usuário	7ª Del
08662006731/12-29	Interna	Aguardando Diligências Preliminares	Acidente com Viatura	Servidor x Patrimônio	SEDE (NUIINT)
08662007194/12-34	Interna	Instaurado - PAD	Descumprimento de norma	Servidor x Desempenho	1ª Del
08662007550/12-10	Interna	Instaurado – PAD	Atraso em BAT/falta ao serviço	Servidor x Desempenho	2ª Del
08662007578/12-57	Interna	Em análise – Exame de admissibilidade	Ocorrência com disparo de arma de fogo com vítima	Servidor x Usuário	1ª Del
08662008203/12-12	Interna	Em análise – exame de admissibilidade	Acidente com Viatura	Servidor x Patrimônio	7ª Del
08662008204/12-59	Interna	Aguardando Diligências Preliminares	Extravio de Identidade Funcional	Servidor x Patrimônio	7ª Del
08662009195/12-13	Interna	Em análise – Exame de admissibilidade	Outros – Prestar falsas declarações à imprensa	Servidor x Usuário	SEDE (NUCOM)

Fonte: CR - Corregedoria Regional - 1ª SRPRF/GO

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS POR DELEGACIA – 2012**TABELA 28 - SERVIDORES DA UJ ATUANDO EM PAD/SAD**

Nome do Servidor	Matrícula	Local de Atuação
CÉLIO CONSTANTINO DA COSTA	1070909	Diversos
CLODOALDO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR	1071072	Diversos
JANAÍNA DIAS LEMES	1481208	1ª SRPRF/GO
IVONE PINTO CALDEIRA	1071118	Diversos
MÚCIO CÉVOLA ESMERALDO LIMA	1301788	Diversos
RAFAEL MONFERRARI MARTINS	1464326	1ª SRPRF/GO
RODRIGO OLIVEIRA DOS REIS	1515150	1ª SRPRF/GO
TOTAL DE SERVIDORES UTILIZADOS EM PADs/SADs DURANTE TODO O ANO DE 2012		14

Fonte: Corregedoria Regional-1ª SRPRF/GO

TABELA 29 - DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA ÁREA CORREICIONAL

ATIVIDADES PRÓPRIAS			ATIVIDADES DE OUTRAS REGIONAIS			
TOTAL PASSAGENS	SALDO DIÁRIAS	SALDO PASSAGENS	TOTAL DIÁRIAS	TOTAL PASSAGENS	SALDO DIÁRIAS	SALDO PASSAGENS
R\$ 0,00	-R\$ 487,10	R\$ 0,00	R\$ 123.942,12	R\$ 42.486,91	-R\$ 496,64	-R\$ 3.497,13
DADES PRÓPRIAS	-R\$ 487,10		SALDO ATIVIDADES DE OUTRAS REGIONAIS		-R\$ 3.993,77	

Controle de Entrada de Recursos 2012									
Total de recebimentos	Atividades Próprias		PASSAGEM	Atividades de Outra Regional		NC	PSD (se houver)	SERVIDOR	DESTINO
	DIÁRIA	PASSAGEM		DIÁRIA	PASSAGEM				
	RS 9.158,54	RS 0,00		RS 123.445,48	RS 38.989,78				
Data do Recebimento	Finalidade do Recurso	DIÁRIA	PASSAGEM	Origem do Recurso	Autorização				
		RS 9.158,54		RS 162.435,26					
10/01/12	Atividades de Outra Regional	RS 2.409,05		CG	005/2012	108/2012	1	Múcio Cévola	18º SR/MA
16/01/12	Atividades de Outra Regional	RS 2.945,13	RS 5.214,78	CG	014/2012	227/2012	2	Constantino, Calvo e Caldeira	09º SR/RS
18/01/12	Atividades de Outra Regional	RS 6.851,72	RS 4.000,00	CG	021/2012	266/2012	3	Constantino e Caldeira	05º DR/RR
23/01/12	Atividades de Outra Regional	RS 1.975,90		CG	028/2012	353/2012	4	Clodoaldo, Jairo e Queiroz	02º DR/TO
26/01/12	Atividades de Outra Regional	RS 5.714,18		CG	040/2012	447/2012	5	Múcio Cévola	18º SR/MA
30/01/12	Atividades Próprias	RS 2.041,08		CG	050/2012	524/2012	6	Barcelos, Fabrício e Jairo	01º SR/GO
01/02/12	Atividades de Outra Regional	RS 2.019,35		CG	052/2012	566/2012	7	Evangelista	DPRF/DF
10/02/12	Atividades de Outra Regional	RS 8.561,48	RS 6.302,00	CG	065 e 075/12	758 e 761/12	9, 10, 11 e 12	Constantino, Clodoaldo, Jairo, Queiroz, Evangelista e Barcelos	Diversos
15/02/12	Atividades de Outra Regional	RS 224,20		CG	Estorno	Estorno		Evangelista	1º SR/GO
16/02/12	Atividades Próprias	RS 5.000,00		1º SR/GO	098/2012	923/2012		Custeio Regional	1º SR/GO
05/03/12	Atividades de Outra Regional	RS 10.004,25	RS 3.914,00	CG	154/2012	1476/12	13/14	Múcio Cévola, Caldeira e Calvo	Diversos
07/03/12	Atividades de Outra Regional	RS 460,04		CG	Estorno	Estorno		Múcio Cévola	1º SR/GO
28/03/12	Atividades Próprias	RS 74,68		CG	Estorno	Estorno		Rodrigo Reis	1º SR/GO
29/03/12	Atividades de Outra Regional	RS 5.655,12	RS 600,00	CG	216/2012	2284/12	16 (13)	Múcio Cévola	18º SR/MA
29/03/12	Atividades Próprias	RS 708,00		1º SR/GO	228/2012	2284/12	15	Monferrari, Kauê, Júlia e Fabrício	1º SR/GO
02/04/12	Atividades de Outra Regional	RS 4.353,14	RS 5.300,00	CG	232/2012	2394/12	17	Caldeira e Calvo	Diversos
03/04/12	Atividades de Outra Regional	RS 1.110,10	RS 2.000,00	CG	236/2012	2488/12	18	Caldeira e Calvo	12º SR/ES
03/04/12	Atividades de Outra Regional	RS 7.750,74		CG	238/2012	2505/12	20	Clodoaldo, Jairo e Queiroz	Diversos
09/04/12	Atividades de Outra Regional	RS 729,43		CG	253/2012	2672/12	21	Evangelista	1º DR/DF
12/04/12	Atividades de Outra Regional	RS 2.659,62	RS 3.400,00	CG	264/2012	2781/12	23	Constantino e Caldeira	5º DR/RR
16/04/12	Atividades de Outra Regional	RS 2.104,57	RS 1.500,00	CG	270/2012	2877/12	22	Evangelista	17º SR/PI
17/04/12	Atividades de Outra Regional	RS 475,72		CG	281/2012	2930/12	24	Constantino e Clodoaldo	5º SR/MG
09/05/12	Atividades de Outra Regional	RS 5.549,55	RS 215,00	CG	322/2012	3710/2012	27	Richard Lagares	CG
14/05/12	Atividades Próprias	RS 298,72		1º SR/GO	344/2012	3892/2012	28	Kauê e Fabrício	1º SR/GO
18/05/12	Atividades Próprias	RS 951,44		1º SR/GO	357/2012	4086/12	29	Fabrício e Monferrari	1º SR/GO
23/05/12	Atividades de Outra Regional	RS 196,56		CG	361/2012	4253/12	30	Caldeira e Calvo	CG
10/07/12	Atividades de Outra Regional	RS 5.708,70	RS 400,00	CG	478/2012	5268/12	36	Múcio Cévola	18º SR/MA
17/07/12	Atividades de Outra Regional	RS 1.703,37	RS 1.700,00	CG	495/2012	5357/12	37	Caldeira	18º SR/MA
25/07/12	Atividades de Outra Regional	RS 1.500,00		CG	511/2012	5606/12	39	Júlio Posse	CG
03/08/12	Atividades de Outra Regional	RS 1.857,22		CG	528	5779/12	40	Constantino e Caldeira	5º DR/RR
14/08/12	Atividades de Outra Regional	RS 7.967,11		CG	550	6076/12	41 e 42	Constantino, Caldeira, Clodoaldo e Múcio	Diversos
15/08/12	Atividades de Outra Regional	RS 3.519,66		CG	559	6106/12	43	Júlio Posse	CG
04/09/12	Atividades de Outra Regional	RS 7.967,11	RS 4.444,00	CG	550	6643/12	41 e 42	Constantino, Caldeira, Clodoaldo e Múcio	Diversos
19/09/12	Atividades de Outra Regional	RS 3.825,00		CG	607	6941/12	46	Júlio Posse	CG
24/09/12	Atividades de Outra Regional	RS 3.387,63		CG	614	7017/12	47	Constantino, Caldeira e Clodoaldo	CG
26/09/12	Atividades de Outra Regional	RS 589,68		CG	616	7087/12	45	Constantino, Caldeira e Clodoaldo	CG
28/09/12	Atividades Próprias	RS 23,60						Caldeira	Devolução parcial de diária
28/09/12	Atividades Próprias	RS 23,60						Clodoaldo	Devolução parcial de diária
28/09/12	Atividades Próprias	RS 23,60						Constantino	Devolução parcial de diária
08/10/12	Atividades de Outra Regional	RS 1.549,53		CG	629	7314/12	49	Múcio Cévola	18º SR/MA
22/10/12	Atividades de Outra Regional	RS 6.052,02		CG	658	7826/12	50	Constantino, Caldeira e Clodoaldo	CG
01/11/12	Atividades de Outra Regional	RS 3.628,48		CG	667	7992/12	48	Júlio Posse	CG
26/11/12	Atividades de Outra Regional	RS 2.440,12		CG	683	8501/12	52	Júlio Posse	CG
20/12/12	Atividades Próprias	RS 13,82		CG				Clodoaldo	Devolução parcial de diária

Fonte: CR – Corregedoria Regional – 1ª SRPRF/GO

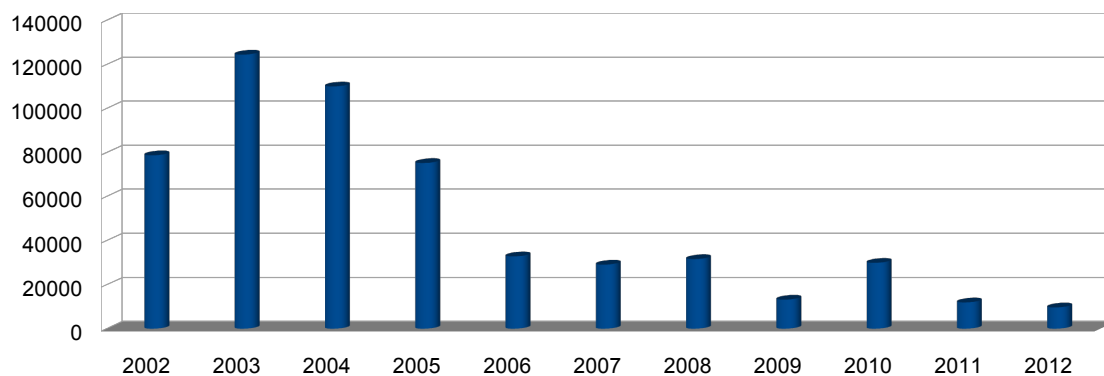
Para uma melhor compreensão, Atividades Próprias são aquelas atividades desenvolvidas pela Corregedoria Regional da 1ª SRPRF/GO no atendimento das demandas internas, com processos administrativos disciplinares, sindicâncias, diligências, AGS (Avaliações Gerenciais de Serviço), etc, com recursos oriundos do DPRF/MJ para serem dispendidos no interesse da Regional.

Atividades de Outras Regionais são aquelas oriundas tanto do DPRF/MJ como de outras Superintendências, onde disponibilizamos mão de obra para acudir demandas externas, com recursos oriundos específicos do DPRF/MJ, sem a utilização dos recursos ou de sua parte destinados à 1ª SRPRF/GO. Percebe-se, pelo exposto, que o atendimento a demandas externas tem sido corriqueiro e, até mesmo, bastante superior ao atendimento das próprias demandas internas.

TABELA 30 – EVOLUÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS

ANO	RECURSOS DISPONIBILIZADOS – ATIVIDADES PRÓPRIAS (R\$)	VARIAÇÃO (%)
2001	R\$ 46.563,04	-
2002	R\$ 78.702,52	(+) 69,02%
2003	R\$ 124.397,94	(+) 58,06%
2004	R\$ 109.966,22	(-) 11,60%
2005	R\$ 75.224,05	(-) 31,59%
2006	R\$ 32.819,34	(-) 56,37%
2007	R\$ 29.058,32	(-) 13,71%
2008	R\$ 31.599,40	(+) 8,74%
2009	R\$ 13.181,14	(-) 58,28%
2010	R\$ 29.904,63	(+) 126,87%
2011	R\$ 11.938,48	(-) 60,01%
2012	R\$ 9.158,54	(-) 23,28%

Fonte: CR - Corregedoria Regional – 1ª SRPRF/GO

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS – 2002 – 2012

Comparando-se o exercício de 2012 com o de 2011, verificamos que houve um sensível decréscimo na disponibilização de recursos na ordem de 23,28%, e ainda mais significativo se comparado com o ano de 2010, de 69,37%. Além disso, a constante disponibilização de mão de obra para atendimento de demandas do nosso órgão central em Brasília, DPRF/MJ, por diversas ocasiões deixou a Seção sem efetivo para cumprimento de suas próprias atribuições, incluindo as visitas correicionais ordinárias.

A rigor, embora a demanda em sede de Processos Administrativos Disciplinares - PAD ou Sindicância Administrativas Disciplinares - SAD tenha sido menor em relação ao ano anterior, a atividade correicional restou enormemente prejudicada no tocante ao andamento das diligências preliminares cujas as atribuições são do Núcleo de Assuntos Internos - NUAJ, sob subordina-

ção da Corregedoria Regional. O motivo desta situação foi a falta de efetivo para conduzir as diligências, uma vez que, embora atualmente haja 04 (quatro) servidores lotados no NUAJ, durante praticamente todo o exercício de 2012 permaneceram somente 03 (três) servidores, sendo que 02 (dois) deles são policiais instrutores e permaneceram por mais de 03 (três) meses à disposição da Coordenação de Ensino do DPRF/MJ ministrando aulas para os Cursos de Formação de novos policiais concursados.

Em relação ao outro servidor, o mesmo é constantemente convocado pela Corregedoria Geral/DPRF/MJ e DFAI/CG/DPRF/MJ para o cumprimento de missões a pedido do DPRF/MJ. Todos eles, durante praticamente todo o exercício de 2012, também tiveram que desenvolver as atividades da CRIS – Comissão Regional de Investigação Social visando cumprir os cronogramas das etapas do último Concurso Público para admissão de novos policiais, já que 02 (duas) turmas de novos policiais submeteram-se ao Curso de Formação Policial que ocorreu na cidade de Goiânia/GO.

Portanto, o planejamento de diligências que demandavam viagens e deslocamentos não se realizou a contento no ano de 2012, mas já se encontram no planejamento de 2013 para retomada.

2) REDUZIR O NÚMERO DE OCORRÊNCIAS GERADORAS DE AÇÕES DE CORREIÇÃO (QUANTIFICADAS PELO NÚMERO DE ENTRADA DE PROCEDIMENTOS AUTUADOS DE NATUREZA CORREICIONAL ENVOLVENDO SERVIDORES DO DPRF) EM NO MÍNIMO 10% ATÉ O FINAL DE 2011.

TABELA 31 – DENÚNCIAS AUTUADAS – 2011 - 2012

Unidade	Denúncias Autuadas em 2011 Acumuladas Mensalmente												Variação 2011-2012
	JAN/11	FEV/11	MAR/11	ABR/11	MAI/11	JUN/11	JUL/11	AGO/11	SET/11	OUT/11	NOV/11	DEZ/11	
1ª SR/GO	2	4	6	10	14	15	15	19	21	24	26	26	15,38%
Números absolutos	2	2	2	4	4	1	0	4	2	3	2	0	

Unidade	Denúncias Autuadas em 2012 Acumuladas Mensalmente												Meta Individual da Regional
	JAN/12	FEV/12	MAR/12	ABR/12	MAI/12	JUN/12	JUL/12	AGO/12	SET/12	OUT/12	NOV/12	DEZ/12	
1ª SR/GO	2	2	3	6	8	8	12	12	16	22	25	30	-10,00%
Números absolutos	2	0	1	3	2	0	4	0	4	6	3	5	

Variação acumulada mensalmente	0,00%	-50,00%	-50,00%	-40,00%	-42,86%	-46,67%	-20,00%	-36,84%	-23,81%	-8,33%	-3,85%	15,38%	Meta Atingida?
Denúncias por servidor	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,04	0,06	0,07	0,08	NÃO

Fonte: CR – Corregedoria Regional – 1ª SRPRF/GO

Durante o exercício de 2012 entraram 30 (trinta) processos na Corregedoria Regional, sendo a maior parte oriunda de denúncias ou representações de usuários das vias públicas. No exercício de 2011, findou-se o ano com 26 (vinte e seis) processos que deram entrada na seção, ou seja, houve um pequeno aumento da ordem de 15,38%, ou 04 (quatro) processos em números absolutos. Considerando a larga divulgação de meios eletrônicos como a Internet e o nosso Portal Ouvidoria (www.dprf.gov.br), acredita-se que tal aumento de denúncias e consequentemente de processos é perfeitamente normal.

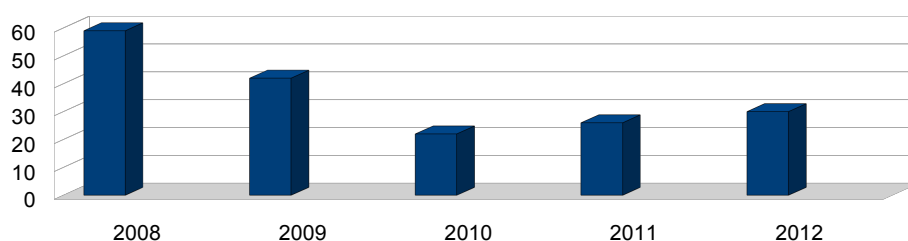
Assim, embora tenha havido um acréscimo na entrada de processos, a exemplo do ano anterior, não houve qualquer anormalidade que indique problemas relevantes. Nesta comparação, houve 0,08 (zero vírgula zero oito) processos para cada servidor, em todo o ano, média consi-

deravelmente baixa. Analisando-se os procedimentos pendentes, que totalizam 15 (quinze), a relação é ainda menor, de 0,03 (zero vírgula zero três) processos para cada servidor.

Há de se ressaltar que grande parte das reclamações/denúncias advindas de usuários da rodovia, objetivavam, na verdade, apenas a anulação dos procedimentos adotados pelos policiais, tais como a aplicação de multas, retenção ou mesmo prisões de usuários.

Portanto, embora a meta não tenha sido atingida, a situação ainda é considerada favorável.

GRÁFICO 5 - ENTRADA DE PROCESSOS DISCIPLINARES – 2008/2012



3) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – Parte 1.

TABELA 32 – PROCESSAMENTO E INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS

Unidade	Processamento 2012													
	1ª SR/GO	JAN/12	FEV/12	MAR/12	ABR/12	MAI/12	JUN/12	JUL/12	AGO/12	SET/12	OUT/12	NOV/12	DEZ/12	Total
Entradas		2	0	1	3	2	0	4	0	4	6	3	5	30
Saídas		5	0	2	2	3	1	3	3	1	0	0	2	22
Saldo		-3	0	-1	1	-1	-1	1	-3	3	6	3	3	8

Unidade	Instaurações 2012													
	1ª SR/GO	JAN/12	FEV/12	MAR/12	ABR/12	MAI/12	JUN/12	JUL/12	AGO/12	SET/12	OUT/12	NOV/12	DEZ/12	Total
SAI		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SAD		2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	4
PAD		0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	3
Total		2	0	0	1	1	0	0	0	0	3	0	0	7

Fonte: CR – Corregedoria Regional – 1ª SRPRF/GO

No ano de 2012, 30 (trinta) processos deram entrada em nossos registros, tendo saído outros 27 (vinte e sete), dentre os quais, alguns remanescentes de exercícios anteriores. Deste total de saídas, 18 (dezoito) foram arquivados por falta de objeto, 1 (um) PAD julgado, bem como 8 (oito) sindicâncias, das quais 2 (duas) foram arquivadas e outras 6 (seis) onde houve aplicação de penalidade, sendo 1 (uma) delas prescrita. Ressaltamos que, dos processos autônomos instaurados em nossa regional no ano de 2012, foram iniciados 03 (três) PADs e 04 (quatro) Sindicâncias, todas punitivas.

Vale lembrar também que todos os procedimentos instaurados são submetidos a uma avaliação prévia que consiste no recebimento, análise, diligências preliminares, onde se verificada a

possível irregularidade funcional, há a confecção de uma Informação contendo o juízo de admissibilidade que sugere ou não a designação de comissão para instauração do procedimento apuratório.

Considerando a proporção entre o volume de entrada de processos em relação ao quadro de recursos humanos da seção e ao banco de talentos, acreditamos que a Corregedoria Regional da 1ª SRPRF/GO possui um nível muito bom de qualidade técnica.

4) MELHORAR O NÍVEL DE SUPORTE LOGÍSTICO E DE RECURSOS HUMANOS.

Tal meta não vinha sendo atingida nos anos anteriores, uma vez que as maiores carências da Corregedoria Regional referiam-se ao reduzido espaço físico e efetivo humano. Contamos com apenas com 02 (duas) salas com 18,7 m² e 19,78m², utilizadas, respectivamente pela Corregedoria Regional e pelo Núcleo de Assuntos Internos, onde 06 (seis) policiais desempenhavam suas atribuições num espaço total de 38,48m², ou seja, 6,40m² para cada um.

Atualmente contamos também com outros 03 (três) servidores que estão à disposição da Corregedoria-Geral, ficando responsáveis somente por processos administrativos oriundos do DPRF/MJ e que colaboram eventualmente com processos da 1ª SRPRF/GO.

Embora, em anos anteriores houvesse sido estipulada a meta de 10 (dez) servidores alocados na Corregedoria Regional, atualmente contamos com 06 (seis) efetivos, mais 03 (três) em colaboração permanente, sendo um deles o Chefe Substituto do NUAI, onde tal número se mostra satisfatório.

No entanto, como já mencionado, não há espaço físico ideal para desenvolvimento dos trabalhos. Embora tenha sido disponibilizada temporariamente uma sala antes ocupada pela SRH – Seção de Recursos Humanos para que as Comissões e colaboradores permanentes pudessem desenvolver suas rotinas de trabalho na condução dos processos disciplinares, tal espaço apresenta condições limitadas.

Além disto, a sala está cedida em caráter provisório, já que a função gratificada de chefe titular da SRH ocupa-se vago e momentaneamente vem sendo exercido pelo chefe substituto da função, ou seja, assim que for nomeado o chefe titular para a função, a sala deverá ser ocupada por este.

O baixo efetivo policial vem contribuindo para dificultar a composição de Comissões Disciplinares, devido à dificuldade de se retirar o servidor de suas atividades policiais rotineiras para atuar na área correicional, sem que haja prejuízo na atividade fim. Os equipamentos presentes na seção, embora fora do número ideal, têm atendido à demanda, com algumas necessidades pontuais.

Resumindo, no tocante à meta estipulada, podemos concluir que houve considerável êxito, já que aumentamos o efetivo da seção e conseguimos, ainda que provisoriamente, mais uma sala. No entanto, há que se envidar esforços para se conseguir um espaço físico maior destinado às comissões de processos disciplinares e outras demandas da seção, incluindo aí a condução de audiências por sistema de videoconferência.

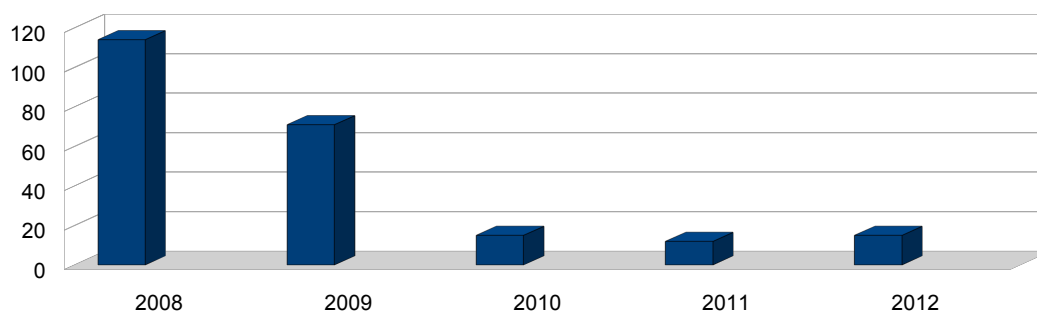
5) REDUZIR O NÚMERO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES PENDENTES NAS CORREGEDORIAS EM, NO MÍNIMO, 20% ATÉ O FINAL DE 2012.

TABELA 33 – PROCESSOS DISCIPLINARES PENDENTES

	31/dez/2011	JAN/12	FEV/12	MAR/12	ABR/12	MAI/12	JUN/12	JUL/12	AGO/12	SET/12	OUT/12	NOV/12	DEZ/12
Varição em relação ao dia 31/dez/11	-25,00%	-25,00%	-8,33%	-8,33%	-8,33%	-25,00%	8,33%	-25,00%	0,00%	16,67%	33,33%	25,00%	
1ª SR/GO	12	9	9	11	11	11	9	13	9	12	14	16	15
Processos por servidor	0,03												

Fonte: CR – Corregedoria Regional – 1ª SRORF/GO

Considerando que em 31 de dezembro de 2011 tínhamos 12 (doze) procedimentos disciplinares pendentes e que em 31 de dezembro de 2012 chegamos a 15 (quinze), a meta não foi cumprida à risca, porém não significa um aumento alarmante, sobretudo, se comparado com outras regionais. Alia-se a isto, a constante ausência de servidores do NUIAI para procederem às diligências preliminares de forma satisfatória, como já explicitado. Cabe lembrar que em anos anteriores o número de procedimentos pendentes era bem superior (72 em 2009 e 114 em 2008).

GRÁFICO 6 - PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES PENDENTES – 2008 - 2012

Outro dado significativo é que os poucos recursos mencionados foram usados, conforme atribuições regimentais, em três frentes:

TABELA 34 – AÇÕES DA CORREGEDORIA REGIONAL – 2012

ATIVIDADE	META
Ação Preventiva	Reuniões com o efetivo, visando esclarecer dúvidas e orientar os servidores. Estivemos presentes em reuniões em todas as Delegacias, realizando palestras e apresentações com o efetivo. Inclusive, foram publicadas 4 edições do nosso Boletim Correccional, onde expusemos nossas atividades e dirimimos dúvidas comuns do efetivo. Tal iniciativa recebeu elogios de diversas áreas no DPRF, inclusive de outras regionais.
Ação de Supervisão	Inspeções nos locais de trabalho (delegacias, postos e equipes de ronda) conforme diretrizes do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS). Desenvolvida a contento.
Ação Apuratória e Investigativa	Instrução de procedimentos disciplinares e investigações em busca de autoria e materialidade de possíveis irregularidades disciplinares. Bastante prejudicada pela constante ausência dos servidores do NUIAI, convocados para diversas frentes de trabalhos extras (CRIS/Curso de Formação/Operações, etc).

Fonte: CR – Corregedoria Regional – 1ª SRPRF/GO

Os dois primeiros itens acima foram regularmente cumpridos. Apenas as ações investigativas, em sede diligências preliminares, sofreram prejuízos em virtude do pequeno efetivo à disposição da Regional, conforme já anteriormente mencionado.

6) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – Parte 2.

Verificar o ANEXO I deste Relatório de Gestão.

Em função do efetivo de recursos humanos lotados na Corregedoria Regional, acreditamos que o índice de aproveitamento das ações da seção estão dentro daquilo que se espera, pois contamos um baixo número de procedimentos a serem analisados, diligenciados ou instaurados. A seguir temos um quadro demonstrativo dos procedimentos disciplinares de 2012, comparando-os com os de 2011:

TABELA 35 – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES – 2011 – 2012

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - 2011	QTDE	PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - 2012	QTDE
Sindicâncias instauradas em 2011	13	Sindicâncias instauradas em 2012	4
Processos Adm Disciplinares instaurados em 2011.	0	Processos Adm Disciplinares instaurados em 2012.	3
Sindicâncias remanescentes de 2010 concluídas em 2011.	1	Sindicâncias remanescentes de 2011 concluídas em 2012.	4
Processos Adm Disciplinares remanescentes de 2010 concluídos em 2011.	2	Processos Adm Disciplinares remanescentes de 2011 concluídos em 2012.	0
Processos Adm Disciplinares concluídos em 2011.	2	Processos Adm Disciplinares concluídos em 2012.	1
Sindicâncias concluídas em 2011.	10	Sindicâncias concluídas em 2012.	8
Execução de Carta Precatória em 2011.	2	Execução de Carta Precatória em 2012.	3

Fonte: CR - Corregedoria Regional - 1ª SRPRF/GO

Também é importante citar que foram cumpridas 03 (duas) Cartas Precatórias, desonerando a União dos custos do deslocamento de comissões processantes oriundas de outra Regional.

TABELA 36 – PENALIDADES APLICADAS - 2011-2012

PENALIDADES APLICADAS 2011	QTDE	PENALIDADES APLICADAS 2012	QTDE
Arquivamento	16	Arquivamento	18
Advertência	6	Advertência	3
Suspensão	2	Suspensão	2

PENALIDADES APLICADAS 2011	QTDE	PENALIDADES APLICADAS 2012	QTDE
Demissão	0	Demissão	0
Cassação de Aposentadoria	0	Cassação de Aposentadoria	0

Fonte: CR - Corregedoria Regional - 1ª SRPRF/GO

7) ORGANIZAR TREINAMENTOS DE SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NA ÁREA CORREICIONAL DE FORMA A QUE O BANCO DE TALENTOS CORRESPONDA A, PELO MENOS, 10% DO EFETIVO TOTAL DA REGIONAL.

Numa autoavaliação, nota-se que a 1ª SRPRF/GO possui 48 (quarenta e oito) servidores no Banco de Talentos, ou seja, 13% do efetivo total da Regional. Somente em 2012 foram treinados ou atualizados 14 (quatorze) servidores, quantidade superior à dos anos anteriores. Foi realizada gestão junto à CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO para possibilitar capacitação para membros de PAD/SAD em Goiânia/GO, eliminando custos com diárias, passagens aéreas, desgaste de viaturas, combustível, etc, desonerando a União e ainda dando cumprimento à meta de ter ao menos 10% dos servidores capacitados para atuarem em processos administrativos, algo que não vinha sendo atingido nos últimos anos.

8) PROMOVER O APROVEITAMENTO, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE, NO MÍNIMO, 50% DO EFETIVO CAPACITADO DESDE OS DOIS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Tal meta não foi atingida, já que houve o aproveitamento de 23 (vinte e três) servidores ao longo dos últimos 2 anos, e totalizamos 48 (quarenta e oito) servidores capacitados. No entanto, há de se considerar a grande quantidade de servidores capacitados este ano (quatorze), e que ficamos a apenas um servidor de atingir a meta de 50% de utilização do efetivo capacitado. Assim sendo, consideramos esta meta com índice satisfatório de cumprimento.

Há de se esclarecer que outros servidores, capacitados ou não em anos anteriores, foram aproveitados em 2012. Não podemos deixar de destacar a participação de 8 (oito) policiais rodoviários federais da 1ª SRPRF/GO em comissões designadas pelo DPRF/MJ para atuarem em outros Estados da Federação, inclusive em Brasília/DF, são eles: CÉLIO CONSTANTINO DA COSTA, ROGÉRIO DIAS EVANGELISTA MODANÊS, MARCELO QUEIROZ DA SILVA, JAIRO BRAGA, ALEXANDRE CALVO DE BASTOS GOMES (já exonerado), IVONE PINTO CALDEIRA, MÚCIO CÉVOLA ESMERALDO LIMA, e CLODOALDO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR. Ressalte-se, também, que o PRF REINALDO EVANGELISTA esteve cedido, durante quase todo o ano de 2012, para o Ministério da Justiça, onde compôs Comissões processantes sob designação do Ministro de Justiça ou Secretário Executivo do MJ. Em meados de 2012, o servidor voltou a cumprir lotação na 4ª Delegacia Regional da PRF em Rio Verde/GO.

Cumpra esclarecer ainda que a Corregedoria encerrou 2012 com um passivo de 15 (quinze) procedimentos em situação de diligências preliminares, análise, instaurados e em andamento. Assim, considerando a citada demanda processual, o efetivo de 48 (quarenta e oito) servidores participantes do Banco de Talentos é mais do que suficiente para comporem comissões disciplinares. No entanto, é de se ressaltar que boa parte dos componentes do banco de talentos que têm experiência para presidir comissão de procedimento disciplinar, estão à disposição do DPRF, atuando

em comissões fora de nossa regional, refletindo dificuldade para procurar nomeação de presidentes de PAD/SAD com experiência na função.

É importante também salientar que, em função do baixo efetivo da regional, ao todo 369 (trezentos e sessenta e nove) servidores, incluindo os administrativos, a seção tem evitado com por comissões com servidores de uma única Delegacia Regional, com o intuito de minimizar o prejuízo causado à atividade finalística daquela unidade. Tem-se buscado mesclar servidores de várias delegacias ou mesmo da sede da Superintendência, fato este que impede a utilização de todo o Banco de Talentos. Desta forma, busca-se manter, quase que inalterada, as rotinas de trabalho dos policiais nas rodovias federais.

9) MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA GESTÃO BUROCRÁTICA.

Durante o exercício de 2012 a Corregedoria Regional, a título de conhecimento, promoveu as seguintes atividades burocráticas:

TABELA 37 – DOCUMENTOS INTERNOS - ÁREA CORREICIONAL

ITEM	TIPO	QUANTIDADE
1	TERMOS DE AUTUAÇÃO	36
2	MEMORANDOS EXPEDIDOS	76
3	OFÍCIOS EXPEDIDOS	19
4	INFORMAÇÕES	36
5	DESPACHOS	51
6	CERTIDÕES APOSENTADORIA	5
7	CERTIDÕES DISCIPLINARES	85
8	DECISÕES	7

Fonte: CR – Corregedoria Regional – 1ª SRPRF/GO

Considerando o volume de procedimentos, denúncias e demais responsabilidades da Corregedoria Regional, pode-se considerar bastante satisfatória a gestão burocrática de nossa Seção, sobretudo por conseguirmos efetivar uma servidora especializada na área cartorária, o que trouxe enorme agilidade e controle de nossas ações.

Além do que foi planejado e executado pela Corregedoria Regional durante o exercício de 2012, foram estipuladas as mesmas metas para o exercício de 2013, uma vez que suas execuções trouxeram benefícios à gestão da seção.

TABELA 38 - METAS DA ÁREA CORREICIONAL PARA 2013

META
1) MANTER ATUALIZADO O MAPA CARTORIAL.

2) REDUZIR O NÚMERO DE OCORRÊNCIAS GERADORAS DE AÇÕES DE CORREIÇÃO (QUANTIFICADAS PELO NÚMERO DE ENTRADA DE PROCEDIMENTOS AUTUADOS DE NATUREZA CORREICIONAL ENVOLVENDO SERVIDORES DO DPRF) EM NO MÍNIMO 10% ATÉ O FINAL DE 2012.
3) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – PARTE 1
4) MELHORAR O NÍVEL DE SUPORTE LOGÍSTICO E DE RECURSOS HUMANOS.
5) REDUZIR O NÚMERO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES PENDENTES NAS CORREGEDORIAS EM ATÉ 10 % ATÉ O FINAL DE 2012.
6) MELHORAR OS ÍNDICES DE NÍVEL DE QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS – PARTE 2
7) ORGANIZAR TREINAMENTOS DE SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NA ÁREA CORREICIONAL DE FORMA A QUE O BANCO DE TALENTOS CORRESPONDA A, PELO MENOS, 10% DO EFETIVO TOTAL DA REGIONAL.
8) PROMOVER O APROVEITAMENTO, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE, NO MÍNIMO, 50% DO EFETIVO CAPACITADO DESDE OS DOIS EXERCÍCIOS ANTERIORES.
9) MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA GESTÃO BUROCRÁTICA

Fonte: CR – Corregedoria Regional – 1ª SRPRF/GO

Abaixo seguem outras metas em nível de micro-objetivos:

a) INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Continuar utilizando o sistema de instrução atual, em que primeiramente é realizada uma análise de admissibilidade, onde, de acordo com o que consta dos autos, os mesmos podem originar procedimento disciplinar autônomo, serem arquivados, ou ser solicitada a realização de demais diligências, no âmbito do Núcleo de Assuntos Internos, a fim de colher indícios de autoria e materialidade de alguma irregularidade funcional.

Quando necessária a instauração de procedimentos disciplinares, vislumbramos a formação de comissões com membros com treinamento e/ou experiência na área, buscando mesclar a utilização de todos os membros capacitados no âmbito de nossa regional. A composição das comissões leva em conta a melhor aplicação dos recursos disponíveis, seja vislumbrando economia em concessão de diárias, equilíbrio no sentido de não desfaltar o efetivo de uma seção ou delegacia, bem como na melhor distribuição logística para que a comissão tenha disponível toda a estrutura que necessitar para o desenvolvimento do apuratório.

b) INSPEÇÃO

Por intermédio dos chefes de Delegacias e Núcleos, continuaremos a realizar o programa de AGS – AVALIAÇÃO GERENCIAL DE SERVIÇO em todos os Postos Policiais das Delegacias. A intenção é dar continuidade ao desenvolvimento do planejamento do ano anterior, quando estivemos presentes em todos os feriados prolongados com operações desencadeadas pelo DPRF/MJ, e ainda cumprimos UMA considerável quantidade de AGS, cujos números serão

expostos quando abordada a atuação do NUAÍ – NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS, área vinculada à Corregedoria Regional – CR.

Paralelamente, a CR e o Núcleo de Assuntos Internos estará, dentro do possível, promovendo inspeções nos locais de trabalho dos servidores e dando seguimento às diligências preliminares necessárias à instrução processual.

Também planejamos continuar a participar de reuniões periódicas nas Delegacias, nas quais abordaremos as diretrizes correicionais e faremos estudos de casos, fomentando a ética profissional entre os servidores.

c) OPERAÇÕES E DILIGÊNCIAS

Pretendemos otimizar o número de operações e diligências no sentido de investigarmos condutas possivelmente irregulares realizadas por servidores da 1ª SRPRF/GO e atendermos a demanda existente na Regional.

d) INSTRUÇÃO E TREINAMENTO

Intencionamos realizar reuniões com os servidores participantes de comissões processantes para discutir os trabalhos a serem executados e os já executados, erros e acertos cometidos, procedimentos e resultados, buscando o aprimoramento dos trabalhos.

Há também a previsão de treinamento de novos servidores, que deverão participar de cursos de formação de membros de PAD, geralmente disponibilizados pela CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, bem como buscaremos disponibilizar o treinamento avançado na condução de PAD, para atualização e aprimoramento dos servidores que já possuem o treinamento básico.

e) BOLETINS CORRECIONAIS

Em 2012 foram publicadas 04 (quatro) edições do Boletim Correccional, iniciativa da Corregedoria Regional, onde abordamos temas que geram dúvidas ao efetivo de servidores da UJ, tais como: uso correto do uniforme (fardamento), o que fazer em caso de prisão de autoridades, abordagem a estrangeiros e conflitos de interesse. Também expusemos todas as estatísticas acerca da atuação da Corregedoria Regional, como recebimento de denúncias, números de processos autuados e finalizados. A iniciativa gerou uma série de elogios e buscaremos dar continuidade no exercício de 2013.

Ainda dentro da Corregedoria Regional, encontra-se o Núcleo de Assuntos Internos – NUAÍ, cujas atribuições constam do Art. 93 da Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 93, conforme segue:

- I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;*
- II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;*

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;
IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;
V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e
VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.”

Em relação ao quantitativo de colaboradores, o Núcleo de Assuntos Internos – NUAÍ, durante quase todo o exercício de 2012, dispôs de um efetivo de 03 (três) servidores para desenvolver suas atividades. Apenas no final de 2012, foi removido outro servidor para compor o NUAÍ, assumindo a função de chefe substituto. No entanto, este mesmo servidor está constantemente à disposição do DPRF/MJ compondo cerca de 10 (dez) Comissões de Processos Disciplinares, atuando mais propriamente como colaborador da UJ do que como servidor à inteira disposição do núcleo. De certa forma, significa uma melhoria em relação ao ano anterior, mas ainda não se pode qualificar como ideal.

Quanto a logística, o NUAÍ dispõe apenas de uma sala sendo necessário mais uma sala para distribuição ideal de seu efetivo e equipamentos de trabalho.

No que se refere aos materiais disponíveis para o desempenho de suas atividades, no ano de 2008 houve a autuação do processo nº 08.662.007.816/2008-48 para aquisição de equipamentos necessários para o melhor andamento dos trabalhos por parte do núcleo, porém, até a presente data, não foram adquiridos todos os itens solicitados.

Outra dificuldade encontrada no NUAÍ foi o fato de que tanto o chefe do núcleo como o seu substituto e outro servidor, são também instrutores do DPRF/MJ e foram constantemente convocados para ministrarem Cursos, sobretudo porque em 2012 ocorreram 02 (dois) Cursos de Formação Profissional - CFP para novos Policiais Rodoviários Federais em Goiânia/GO. Também em virtudes destes CFPs, houve a nomeação de uma Comissão Regional de Investigação Social - CRIS, que é responsável por levantar todo o histórico (cível e criminal) dos candidatos a futuros policiais que se submeteram ao CFP. Tais levantamentos demandam uma enorme quantidade de atividades fora do NUAÍ. Todos os membros do NUAÍ atuaram em colaboração com a CRIS, compondo inclusive a presidência da referida Comissão.

Assim, foi bastante comum a ausência dos servidores do NUAÍ, sempre atuando em convocações ou missões externas, e, deste modo, deixamos de atuar a contento na realização de diligências preliminares e investigações dos processos inerentes à nossa regional, atividades estas inerentes às atribuições do núcleo.

No entanto, em relação às AGS – Avaliações Gerenciais de Serviço, o NUAÍ, em conjunto com todos os servidores da Corregedoria Regional, conseguiu realizar ao todo 49 (quarenta e nove) RIC - Relatórios de Inspeção Correccional, que são as visitas realizadas por servidores da CR/NUAÍ. Nestas inspeções, foram auditados 127 (cento e vinte e sete) servidores, quase a metade de todo o efetivo operacional lotado no Estado. Considerando a meta inicial de 30 (trinta) RICs, a ação foi cumprida com louvor.

Após cobrarmos em reuniões com os chefes de Delegacia, recebemos ainda 114 (cento e quatorze) RAG - Relatórios de Avaliação Gerencial, que são inspeções realizadas pelos chefes de Delegacia e dos respectivos Núcleos de Policiamento e Fiscalização. Nestes RAGs, foram auditados 269 (duzentos e sessenta e nove) servidores.

Por estes números, podemos considerar o total cumprimento à IN nº 02/2011, que instituiu o AGS – AVALIAÇÃO GERENCIAL DE SERVIÇO e suas regulamentações. Excelentes resultados foram obtidos, culminando com uma série de anotações nas Fichas Individuais dos Servidores, que foram devidamente implementadas na Superintendência no exercício de 2012. Ainda foram expedidos diversos Memorandos demonstrando as irregularidades e demandando ações das áreas responsáveis.

Durante o ano de 2012, servidores lotados no NUIAI auxiliaram à Corregedoria Geral e à Corregedoria Regional em diversas atividades, atuando na condução de procedimentos administrativos disciplinares, sindicâncias, diligências preliminares, investigações sociais, cursos de formação, inspeções correicionais e operações de inteligência correicional.

Além de suas atividades regimentais, os servidores do Núcleo de Assuntos Internos e da Corregedoria Regional, durante o ano de 2012, auxiliaram também a Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF, o Núcleo de Operações Especiais – NOE e outros órgãos públicos na execução de suas atividades de segurança pública, atuando ao todo em 23 (vinte e três) Operações Policiais diversas por todo o território nacional.

No ano de 2012, durante as atividades envolvendo servidores do NUIAI e da CR, foram extraídos os seguintes documentos:

TABELA 39 – DOCUMENTOS PRODUZIDOS - ASSUNTOS INTERNOS

DOCUMENTOS PRODUZIDOS/EXPEDIDOS	2011	2012
Relatório de Atividades do NUIAI	9	2
Memorandos Expedidos	43	47
Ofícios Expedidos	4	112
Despachos	39	27
Autos de Infração e Notificação da Autuação da PRF	70	144
Autos de Infração e Notificação da Autuação da ANTT	0	0
Documentos de Retenção/Remoção de Veículo - DRV	1	4
Documentos de Notificação e Recolhimento de CNH – DNRC	0	3
Recibos de Recolhimento de CRV/CRLV – RRC	0	4
Boletins de Ocorrências Policiais – BOP	0	7
Participação em Apreensão de Mercadorias Irregulares	0	3
Prisão/Detenção de pessoas	0	5
Apreensão de Menores	0	0

Auxílio a Usuários	0	2
Atendimento de Acidente de Trânsito	0	1

Fonte: NUI - Núcleo de Assuntos Internos – 1ª SRPRF/GO

Enfim, considerando-se o efetivo da Corregedoria Regional, aliado aos recursos limitados, consideramos que o exercício de 2012 foi extremamente produtivo do ponto de vista correicional. Alie-se a isso o grande compromisso dos policiais rodoviários federais goianos no cumprimento de suas atribuições o que, de certa forma, colaborou e muito para que as interferências da área correicional ocorressem da melhor forma possível, traduzindo-se no baixo número de procedimentos pendentes de apuração no final do exercício.

Não podemos deixar de mencionar os estreitos laços de trabalho da Corregedoria Regional em Goiás com a Corregedoria Geral do DPRF/MJ em Brasília, o qual contou, irrestritamente, com apoio em diversas situações, sobretudo na disponibilização de servidores para cumprimento de missões diversas e participação em vários procedimentos administrativos disciplinares em todo o Brasil.

Também por este fato, espera-se a contemplação de um volume maior de recursos, tanto humanos como financeiros, tendentes a possibilitar não só a manutenção do bom nível de trabalho desenvolvido durante o ano, mas seu constante desenvolvimento e melhoria, a fim de tornar ainda melhores as estatísticas das ações da Corregedoria Regional.

3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

A Portaria nº 1.043/2007 da CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO regulamenta a obrigatoriedade do uso do CGU - PAD, sistema de gerenciamento de processos disciplinares no âmbito do poder executivo federal.

Conforme os prazos estipulados pelo referido instrumento normativo, informamos que no tocante aos procedimentos disciplinares, todos os processos que originaram nomeação de comissão autônoma estão devidamente cadastrados no sistema, não restando nenhuma pendência. O que pode ocorrer é uma pequena demora na atualização do “*status*” dos procedimentos disciplinares em curso, ainda em poder das comissões, não finalizados e entregues à Corregedoria Regional com os relatórios parciais ou finais. Somente os servidores lotados na seção possuem senha de acesso ao sistema CGU – PAD para atualização das etapas de cada procedimento, o que não é exigido das comissões tais atualizações cadastrais. Somente com a entrega dos relatórios parciais ou finais, os servidores lotados na Corregedoria Regional atualizam as etapas de cada procedimento administrativo no sistema.

Quanto a esta normativa, a Corregedoria Regional da 1ª SPRF/GO está, no momento, em perfeita sintonia quanto ao seu fiel cumprimento.

4. PARTE A – ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Neste tópico vamos apresentar os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados pela gestão relativamente aos programas, objetivos, iniciativas e ações de responsabilidade da UJ ou do conjunto de UJ que compõe o Relatório de Gestão. As despesas da 1ª SRPRF/GO foram distribuídas, no exercício de 2012, em Ações Orçamentárias pertencentes a Programas e Ações de Governo:

PROGRAMAS DE GOVERNO

PROGRAMA	2070	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA
PROGRAMA	2112	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIODA JUSTIÇA
PROGRAMA	0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
PROGRAMA	0663	SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

AÇÕES DE GOVERNO

AÇÃO	14M3	AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA A CARGO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RIO + 20
AÇÃO	200G	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS E DELEGACIAS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
AÇÃO	20IC	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS – ENFAFRON
AÇÃO	2524	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
AÇÃO	2723	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS
AÇÃO	2816	SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
AÇÃO	8623	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
AÇÃO	8698	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
AÇÃO	86A1	PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
AÇÃO	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

A 1ª SRPRF/GO, como uma unidade descentralizada do DPRF/MJ, mesmo nas Ações Orçamentárias geridas por esse órgão, tem um papel mais de execução orçamentária do que propriamente de decisão na aplicação dos recursos financeiros. A 1ª SRPRF/GO, como uma Unidade Gestora – UG, não possui nenhum Programa ou Ação sob sua responsabilidade direta.

Os Coordenadores das Ações Orçamentárias do DPRF/MJ, todos lotados na sede do órgão em Brasília, costumam adotar estratégias diferentes para aplicação dos recursos financeiros por eles geridos e a 1ª SRPRF/GO, embora sempre apresente demandas e sugestões, fica submetida a essas estratégias.

Neste ponto, podemos citar algumas diferentes estratégias utilizadas pelos Coordenadores das Ações Orçamentárias, para aplicação dos recursos financeiros do DPRF/MJ, incluindo aqueles destinados a diárias e passagens aéreas:

- a) Descentralização proporcional dos recursos financeiros para que cada regional os aplique da forma que melhor decidir;
- b) Descentralização dos recursos financeiros conforme as regionais forem apresentando suas demandas e essas forem sendo acatadas;
- c) Descentralização dos recursos financeiros para que cada regional simplesmente os execute conforme decisão do Coordenador da Ação Orçamentária, em geral tomada de forma participativa;
- d) Compras e contratações são efetuadas de forma centralizada pelo DPRF ou por alguma regional selecionada, para todo o país ou para uma determinada região;
- e) Uma regional realiza um registro de preços e outras regionais aderem ou participam deste registro, conforme suas necessidades ou conforme decisão do Coordenador da Ação Orçamentária, normalmente tomada também de forma participativa.

Em geral, as Coordenações de cada área do DPRF (COORDENAÇÃO GERAL DE OPERAÇÕES, COORDENARAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS, CORREGEDORIA GERAL, COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO e COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO) convocam seus correspondentes em cada Superintendência Regional, uma ou duas vezes ao ano, para juntos discutirem, dentre outros assuntos, a melhor forma aplicação dos recursos financeiros. Isso tem se tornado cada vez mais comum, embora ainda não seja uma regra, fazendo com que as decisões sobre a melhor alocação dos recursos públicos sejam oriundas de decisões participativas e coesas.

Diante dessas informações, acreditamos que a análise da participação da 1ª SRPRF/GO nos Programas de Governo, deve ser feita tendo por base o Relatório de Gestão do DPRF/MJ (órgão central), uma vez que esse último traz uma visão mais global de cada Programa e de cada Ação Orçamentária, bem como é elaborado pelos próprios coordenadores, os quais, efetivamente, detêm as informações globais sobre os recursos financeiros e sua aplicação.

Mesmo assim, optamos por apresentar neste relatório os dados básicos dos Programas e Ações nos quais a 1ª SRPRF/GO teve participação em 2012, com o objetivo de demonstrar, mesmo que de forma limitada, os resultados advindos da aplicação dos recursos públicos.

4.1.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à UJ, pois diversas UOs, entre elas o Ministério da Justiça, Ministério da Educação e Ministério dos Transportes são os órgãos responsáveis pelos Programas 0663, 2030, 2070 e 2075, conforme Anexo da Lei nº 12.593/2012.

4.1.2. INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica a UJ.

4.1.3. INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.

Não se aplica a UJ.

4.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.

No exercício de 2012 houve a execução de AÇÕES vinculadas a programas temáticos relativos aos seguintes PROGRAMAS: 2070 e 0663. Dentro de cada Ação, informaremos apenas as principais metas no exercício.

PROGRAMA 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação da Ação						
Código	2524 - CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora-aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino a distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.					
Iniciativa	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União.					
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
94.061,55	94.061,55	94.061,55	94.061,55	-	-	94.061,55
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Capacitação de Servidores	Servidor	78	78	-	-

2	Diárias	Servidor	-	-	77.707,13	100%
3	Passagens Aéreas	Servidor	-	-	13.304,42	100%
4	SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	Servidor	2	2	1.800,00	100%
5	R.A. - Figueiredo	Servidor	1	1	1.250,00	100%

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Identificação da Ação						
Código	2723 - POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS					
Descrição	Composição e manutenção de equipes de saúde e unidades de suporte básico de vida e unidades de suporte avançado de vida, destinadas a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignatários e a outros órgãos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, estudos e investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, realização de comandos de saúde nas rodovias federais e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada. Aquisição de materiais e equipamentos relacionados a finalidade da ação. Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães; Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação. Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.012.139,88	2.012.139,88	2.012.139,88	2.012.139,88	-	389.302,20	1.622.837,68
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Manutenção de Etilômetros	Equipamento	-	-	11.250,00	100%
2	Manutenção Motocicletas	Motocicleta	-	-	9.949,15	100%
3	Abastecimento da Frota	Viatura	-	-	792.004,77	100%
4	Aquisição de Pneus	Pneu	-	-	65.015,15	100%
5	Aquisição de Material Permanente	Unidade	-	-	18.524,98	100%
6	Diárias	Servidor	-	-	456.882,75	100%
7	Aquisição de Coletes Balísticos Masculinos	Unidade	28	28	15.773,00	100%

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Identificação da Ação						
Código		2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Descrição		Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos/Sistemas utilizados nas operações de inteligência.				
Iniciativa		03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial.				
Unidade Responsável		1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
63.208,94	63.208,94	63.208,94	63.208,94	-	-	63.208,94
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Diárias	Servidor	-	-	60.720,00	100%
2	Passagens Aéreas	Servidor	-	-	2.488,94	100%

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Identificação da Ação						
Código		8623 – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Descrição		Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.				

Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.424.894,87	1.424.894,87	1.424.894,87	-	-	1.424.894,87	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Reforma/Adequação – Posto PRF Leônidas Sisterolli	Posto	100%	0,00%	484.212,69	0,00%
2	Reforma/Adequação – Posto PRF de Jataí e Catalão	Posto	100%	0,00%	940.682,18	0,00%

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Identificação da Ação						
Código	AÇÃO 8698 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

1.035.676,41	1.035.676,41	1.035.676,41	1.035.676,41	-	119.189,51	916.486,90
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Locação de Impressoras	Equipamento	37	37	47.457,60	100%
2	Telefonia Fixa – LOCAL e LDN	Linha	100	100	112.855,55	100%
3	Telefonia Celular e Transferência de Dados – Palm Top	Linha	42	42	28.054,31	100%
4	Rede de Dados - Frame Relay	Linha	-	-	641.815,80	100%
5	Manutenção Rádio Comunicação e de No Breaks	Equipamento	-	-	64.930,40	100%
6	Aquisição de Torre de Comunicação	Torre	1	1	72.999,00	100%
7	Aquisição de Licença Windows Server	Licença	4	4	8.188,00	100%
8	Aquisição de Monitores	Monitor	46	46	11.750,70	100%
9	Aquisição de Servidores	Servidor	3	3	29.000,00	100%

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Identificação da Ação			
Código	86A1 – PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão de obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.		
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.		
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS		
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.219,38	6.219,38	6.219,38	6.219,38	-	-	6.219,38
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Diárias	Servidor	-	-	6.219,38	100%

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Identificação da Ação						
Código	200G - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS E DELEGACIAS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Descrição	Construção e ampliação de postos e delegacias que dão suporte direto ao desenvolvimento das atividades da Instituição, dotando-as de instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a adequada integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
251.674,47	251.674,47	251.674,47	-	-	251.674,47	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Reforma/Adequação – Posto PRF Leônidas Sisterolli	Posto	100%	0,00%	35.446,65	0,00
2	Reforma/Adequação – Posto PRF de Jataí e Catalão	Posto	100%	0,00%	216.227,82	0,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Identificação da Ação	
Código	20IC - ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON
Descrição	Realização de operações em áreas de fronteiras, por meio da aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança Pública nas fronteiras brasileiras (aquisição de scanners veiculares, sistema de monitoramento e

	controle, sistemas de inteligência e interceptação de sinais; veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações e videoconferência; mobiliário e materiais diversos para atividades a serem realizadas nas fronteiras; reforma e construção de bases policiais e Delegacias de Polícia existentes em área de fronteira; construção de próprios nacionais residenciais).					
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.					
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
134.622,04	134.622,04	134.622,04	134.622,04	-	-	134.622,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Diárias	Servidor	-	-	121.629,96	100%
2	Passagens Aéreas	Servidor	-	-	12.992,08	100%

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Identificação da Ação						
Código	14M3 - AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, A CARGO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONFERÊNCIA RIO+20					
Descrição	Apoio a Evento Internacional					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
296.079,12	296.079,12	296.079,12	296.079,12	0,00	0,00	296.079,12
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Diárias	Servidor	-	-	287.663,31	100%
2	Passagens Aéreas	Servidor	-	-	8.415,81	100%

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

4.1.5. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.

Não se aplica à UJ, pois diversas UOs, entre elas o Ministério da Justiça, é um dos órgãos responsáveis pelos Programas 0089 e 2112, conforme Anexo da Lei nº 12.593/2012.

4.1.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.

No exercício de 2012 houve a execução de AÇÕES vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços relativos aos seguintes PROGRAMAS: 2112 e 0089. Dentro de cada Ação, informaremos apenas as principais metas no exercício.

PROGRAMA 2112 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
Identificação da Ação	
Código	2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.113.353,07	3.113.353,07	3.113.353,07	3.113.353,07	-	651.885,08	2.461.467,99
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Diárias	Servidor	-	-	385.367,94	100%
2	Energia elétrica	Kw	-	-	374.989,21	100%
3	Água e esgoto	m3	-	-	42.162,28	100%
4	Malote e Serviços Postais	Kg	-	-	51.555,83	100%
5	Licenciamento da Frota	Viatura	-	-	612,92	100%
6	Ajuda de custo – remoção <i>ex-officio</i>	Servidor	2	2	40.813,29	100%
7	Passagens Aéreas	Servidor	-	-	54.436,80	100%
8	Manutenção Ar Condicionado	Equipamento	-	-	5.134,45	100%
9	Publicação de matérias DOU	Matéria	-	-	16.783,56	100%
10	Suprimento de Fundos	Servidor	-	-	615,97	100%
11	Vigilância e Segurança Armada	Vigilante	16	16	410.934,61	100%
12	Limpeza, Asseio e Conservação, encarregado e copeira	34 Servente 1 copeira 1 encarregada	36	36	769.986,19	100%
13	Aquisição de Mobiliário	Móvel	-	-	224.109,96	100%
20	Serviços de detetização	Serviço	-	-	11.939,80	100%
22	Adequação de projetos de engenharia	Serviço	-	-	6.182,40	100%
23	Aquisição de veículo tipo Furgão	Veículo	1	1	90.000,00	0,00
24	Aquisição de serviço de clipagem eletrônica	Serviço	-	-	3.530,67	100%
25	Aquisição de aparelho de ar condicionado split	Equipamento	8	8	25.296,36	100%
26	Técnico em Informática	Técnico	2	2	96.230,44	100%
27	Técnico em Telecomunicações	Técnico	1	1	41.512,20	100%
28	Receptionistas	Receptionista	3	3	43.256,40	100%
29	Manutenção Predial	Posto	5	5	170.380,36	0,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Identificação da Ação						
Código	0181 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS					
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.					
Unidade Responsável	1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
42.176,56	42.176,56	42.176,56	42.176,56	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica.						

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA**4.2.1. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ**

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	30107	200.109

Fonte: NUOFI – Núcleo de Orçamento e Finança - 1ª SRPRF/GO

4.2.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, pois esta não é uma Unidade Orçamentária – UO.

4.2.2.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, pois esta não é uma Unidade Orçamentária – UO, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.8.

4.2.2.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, pois esta não é uma Unidade Orçamentária – UO, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.9.

4.2.2.3. RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, pois esta não é uma Unidade Orçamentária – UO, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.10.

4.2.2.4. ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, pois esta não é uma Unidade Orçamentária – UO, motivo da não elaboração da análise.

4.2.3. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA						VALORES EM R\$ 1,00		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	---	---	---	---	---	---	
	Recebidos	200109	---	---	30107 - 0612221122000001	---	---	2.732.797,94
			---	---	30107 - 06128207025240001	---	---	94.061,55
			---	---	30107 - 06181066314M30033	---	---	296.079,12
			---	---	30107 - 06181207020IC0001	---	---	134.622,04
			---	---	30107 - 06181207027230001	---	---	1.993.614,90
			---	---	30107 - 06181207086230001	---	---	1.424.894,87
			---	---	30107 - 06181207086980001	---	---	913.738,71
			---	---	30107 - 06181207086A10001	---	---	6.219,38
			---	---	30107 - 06183207028160001	---	---	63.208,94
			---	---	30107 - 09272008901810001	42.176,56	---	---
			---	---	26290 - 12368203020RM0001	---	---	713,58

Movimentação Externa	Concedidos	---	---	39250 - 26125207523460001	---	---	445.667,22	
		---	---	---	---	---	---	
Movimentação Externa	Recebidos	---	---	---	---	---	---	
	---	---	---	---	---	---	---	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	---	---	---	---	---	---	
	Recebidos	200109	---	---	30107 - 06122211220000001	380.555,13	---	---
			---	---	30107 - 061812070200G0001	251.674,47	---	---
			---	---	30107 - 06181207027230001	18.524,98	---	---
			---	---	30107 - 06181207086980001	121.937,70	---	---
Movimentação Externa	Concedidos	---	---	---	---	---	---	
Movimentação Externa	Recebidos	---	---	---	---	---	---	

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

4.2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ:
 - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:
 - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;

4.2.4.1. EXECUÇÃO DA DESPESA COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Visa o tópico demonstrar a execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação.

4.2.4.1.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Não se aplica a UJ, pois esta não é Unidade Orçamentária, portanto, somente recebe créditos por movimentação, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.12, conforme orientação constante do Item 4.2.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA, da Parte A – Anexo II

da DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

4.2.4.1.2. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Não se aplica a UJ, pois esta não é Unidade Orçamentária, portanto, somente recebe créditos por movimentação, motivo do não preenchimento do Quadro A.4.13, conforme orientação constante do Item 4.2.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA, da Parte A – Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

4.2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

Visa o tópico demonstrar a execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos.

4.2.4.2.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO				Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2012	2011	2012	2011	
1. Modalidade de Licitação (I+m+n+o+p+q)	4.018.618,75	3.690.617,97	4.018.618,75	3.670.357,05	
a) Convite	---	---	---	---	
b) Tomada de Preços	---	---	---	---	
c) Concorrência	---	---	---	---	
d) Pregão	4.018.618,75	3.690.617,97	4.018.618,75	3.670.357,05	
e) Concurso	---	---	---	---	
f) Consulta	---	---	---	---	
2. Contratações Diretas (r+s)	498.784,87	632.003,08	498.784,87	632.003,08	
g) Dispensa	367.792,68	463.556,60	367.792,68	463.556,60	
h) Inexigibilidade	130.992,19	168.446,48	130.992,19	168.446,48	
3. Regime de Execução Especial	1.180,97	2.189,00	1.180,97	2.189,00	
i) Suprimento de Fundos	1.180,97	2.189,00	1.180,97	2.189,00	
4. Pagamento de Pessoal (u+v)	1.463.017,90	974.065,94	1.463.017,90	974.065,94	
j) Pagamento em Folha	42.176,56	21.088,28	42.176,56	21.088,28	

k) Diárias	1.420.841,34	952.977,66	1.420.841,34	952.977,66
5. Outros	64.562,49	135.516,29	64.562,49	135.516,29
6. Total (7+8+9+10+11)	6.046.164,98	5.434.392,28	6.046.164,98	5.414.131,36

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Quadro Complementar ao A.4.14	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
Registro de Preços (SRP) executado dentro da Modalidade de Licitação: Pregão	1.321.856,63	1.253.720,32	1.321.856,63	1.253.720,32

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

4.2.4.2.2. DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO								Valores em R\$ 1,00	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
1º - Outros Benefícios Assistenciais	42.176,56	21.088,28	42.176,56	21.088,28	---	---	42.176,56	21.088,28	
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---	
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---	
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---	
2 – Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---	
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---	
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---	
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---	
3 – Outras Despesas Correntes									
30 - Material de Consumo	1.639.407,54	1.811.804,53	1.288.869,00	1.333.179,44	349.998,54	478.625,09	1.288.869,00	1.333.179,44	

39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.536.555,14	1.616.394,88	1.690.963,83	1.447.505,80	1.845.591,31	168.889,08	1.690.963,83	1.429.929,27
37 - Locação de Mão De obra	1.354.472,52	1.249.335,55	1.212.203,36	1.149.489,32	142.269,16	99.846,23	1.212.203,36	1.146.804,93
Demais elementos do grupo	1.575.183,05	1.452.730,92	1.573.508,97	1.450.562,24	1.674,08	2.168,68	1.573.508,97	1.450.562,24
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
52 – Equip. e Material Permanente - Op. Intra-Orc.	512.829,81	759.030,61	238.443,26	32.567,20	274.386,55	726.463,41	238.443,26	32.567,20
51 – Obras e Instalações – Op. Int. Orc.	251.674,47	---	---	---	251.674,47	---	---	---
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.188,00	---	---	---	8.188,00	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal								

4.2.4.2.3. ANÁLISE CRÍTICA

A análise crítica será proferida analisando as seguintes questões:

Alterações significativas ocorridas no exercício

Verifica-se que houve acréscimo significativo no montante empenhado em 2012 para o item DESPESAS CORRENTES, em relação ao ano de 2011. Veja que quanto ao Grupo de Despesa 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e 37 - Locação de Mão De obra houve aumento nos valores empenhados. Conseqüentemente houve em 2012 um acréscimo no montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados em relação a 2011. Tal fato principalmente em função das descentralizações de recursos financeiros para empenho próximo do encerramento do exercício, no mês de dezembro, ocasionando um aumento no volume de despesas inscritas em restos a pagar.

Na realidade o aumento nos valores empenhados, principalmente para o Grupo de Despesa 37 – Locação de Mão de Obra, deve-se principalmente aos reajustes contratuais concedidos em função das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT.

Contingenciamento no exercício

Houve contingenciamento tanto orçamentário como financeiro, gerando dificuldades na gestão, principalmente dos contratos em vigor, muitos dos quais tiveram atraso na sua execução orçamentária e financeira, ocasionando ainda prejuízo aos desembolsos feitos às diversas empresas contratadas para atividades de custeio. As principais demandas, principalmente para atendimento de contratos de natureza contínua, dentre os quais destacamos locação de mão de obra e manutenção da frota, foram atendidas na totalidade, embora, boa parte dos recursos tenha sido descentralizada no mês de dezembro de 2012. Mesmo assim, procuramos efetuar a liquidação e os pagamentos ainda dentro do exercício, evitando ou diminuindo o volume de empenhos inscritos em restos a pagar.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Dentre as situações de caráter negativo que afetaram a execução orçamentária e financeira da 1ª SRPRF/GO, pode-se citar o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros ocorridos no exercício de 2012. Embora tais contingenciamentos tenham sido menos impactantes do que o ocorrido em 2011, não deixou de proporcionar alguns transtornos à Administração, principalmente quanto aos atrasos na liquidação e pagamento das despesas de custeio, principalmente as de caráter continuado.

Tais atrasos não deixaram de criar um certo constrangimento aos gestores financeiros da UJ e criam uma imagem extremamente desfavorável da instituição e até mesmo da Administração Pública perante os fornecedores e a sociedade em geral. As gestões e fiscalizações contratuais ficam prejudicadas de certa forma, pois a exigência constante pela boa execução dos contratos continuados encontram um entrave muito grande quando os fornecedores alertam que estão sendo cobrados e até mesmo apenados com sanções administrativas e seus pagamentos encontram-se atrasados por vezes em até 2 meses.

Referente aos eventos positivos ocorridos no exercício de 2012, destaca-se o atendimento das demandas regionais principalmente quanto às despesas de investimento com obras de reformas/adequações e custeio com serviços de manutenções prediais pontuais.

5. PARTE A – ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012**5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS**

O objetivo do tópico é o de obter informações quantitativas sobre o reconhecimento pelas UJ de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com o objetivo de analisar a gestão desses passivos pelas UJ no exercício de referência do relatório de gestão.

5.1.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.1.

5.1.2. ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica a UJ, motivo da não emissão da análise.

5.2. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O objetivo específico do tópico é obter informações quantitativas sobre o pagamento de Restos a Pagar (RP) dos exercícios anteriores, de modo a analisar a gestão e os impactos dessas despesas financeiras no exercício.

5.2.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	20.260,92	---	20.260,92	---
2010	---	---	---	---
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.475.992,49	61.342,66	1.250.667,83	163.982,00
2010	---	---	---	---
Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal				

5.2.2. ANÁLISE CRÍTICA

Como pode ser observado no quadro anterior, um valor significativo do orçamento executado por esta UJ foi inscrito em restos a pagar devido principalmente à execução orçamentária acima da média na iminência do encerramento do exercício. Entretanto, cabe ressaltar, que a UJ executou as despesas conforme descentralização da unidade orçamentária.

A existência dos valores inscritos deve-se ao fato de que os fornecedores não apresentaram as notas fiscais fatura tempestivamente, como é o caso dos empenhos referentes a serviços de telecomunicações e também ao fato dos empenhos ocorridos às vésperas do encerramento do prazo limite para empenho, ocasionando a inscrição destes valores em Restos a Pagar, uma vez que os beneficiários destes empenhos não conseguiriam executar seus compromissos ainda dentro do exercício financeiro em curso.

Tais situações tem se evidenciado ano após ano. O Saldo a Pagar em 31/12/2012 fica assim discriminado:

NOTA DE EMPENHO	EMPRESA	TIPO DE PRODUTO/SERVIÇO	VALOR
2011NE800597	Orbitel Telecomunicações e Informática Ltda	Enlace de Dados – Rádio Digital Ponto a Ponto	48.500,00
2011NE800598	Orbitel Telecomunicações e Informática Ltda	Treinamento Técnico Operacional – Enlace de Dados	500,00
2011NE800608	Diana Paolucci SA Ind e Comércio	Aquisição de Calças Operacionais	43.532,72
2011NE800617	Colup Ind e Comércio de Uniformes	Aquisição de Gandolas	48.452,88
2011NE800643	Diana Paolucci SA Ind e Comércio	Aquisição de Calças Operacionais	10.883,18
2011NE800644	Colup Ind e Comércio de Uniformes	Aquisição de Gandolas	12.113,22
TOTAL			163.982,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Há eventos positivos e negativos nos processos de inscrição de despesas em restos a pagar. Como evento negativo se pode citar o volume de contratações e o consequente número de empresas que não cumprem as obrigações firmadas, cujas situações são apuradas em processos próprios e acabam gerando transtornos para a administração. O fator positivo é a possibilidade de se licitar num determinado período do ano e, pela peculiaridade do material ou do serviço, conseguir recebê-los no exercício seguinte, não deixando de ser adquirido o bem ou o serviço.

5.3. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

O objetivo do tópico é o de obter informações sobre as transferências realizadas pela UJ, no exercício de referência do Relatório de Gestão, mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, de modo a se avaliar as ações de controle e acompanhamento efetuadas pela UJ sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

Assim, o objetivo desses pedidos de informações é fazer com a UJ demonstre o

controle que tem sobre os recursos repassados, o cumprimento dos objetivos desses repasses, a regularidade da execução dos objetos, o controle sobre as prestações de contas pelos convenientes e as análises e verificações que o concedente deve fazer para garantir a efetividade da política pública conduzida por intermédio das transferências.

5.3.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.3.

5.3.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.4.

5.3.3. INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.5.

5.3.4. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.6.

5.3.5. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.7.

5.3.6. ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica a UJ, motivo da não emissão de análise crítica.

5.4. SUPRIMENTO DE FUNDOS

O objetivo deste tópico é o de obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de suprimento de fundos, contas Tipo B e Cartões de Crédito Corporativo (CPGF), utilizados por Unidade Gestora (UG) vinculada à Jurisdicionada (UJ) apresentadora do relatório de gestão, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise sucinta da evolução dos gastos efetuados por essas modalidades de pagamento.

5.4.1. DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

A despesa realizada por meio de suprimento de fundos deverá ser demonstrada por meio de quatro (4) demonstrativos: o primeiro deverá evidenciar o montante de despesas realizadas por meio do suprimento de fundos, discriminando-se entre as despesas efetuadas por meio de utilização da Conta Tipo “B” e as efetuadas por meio do CPGF; o segundo detalhará despesa realizada por meio da concessão de suprimento de fundos para ser efetuada por meio da utilização

da conta-corrente Tipo “B”; o terceiro evidenciará a despesa realizada com a utilização do cartão de crédito (CPGF); o quarto, por fim, demonstrará a evolução da utilização do suprimento de fundos ao longo do tempo, segregando-se as despesas realizadas via CPGF e Conta Tipo “B”.

5.4.1.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)					VALORES EM R\$ 1,00
Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		
			CPGF		Total Geral
			Saque	Fatura	
200121	1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/GO	---	---	1.180,97	1.180,97
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		---	---	1.180,97	1.180,97

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

5.4.1.2. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”

Não houve ocorrências durante o exercício de 2012.

5.4.1.3. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR					Valores em R\$ 1,00	
Código da UG 1	200121	Limite de Utilização da UG		50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
LYZANDRO ONASSES RIVELINO CABRAL	509.135.571-53	8.000,00	0,00	258,66	258,66	
CESAR JOSE DE OLIVEIRA	598.196.691-20	8.000,00	0,00	850,00	850,00	
ROGERIO DIAS EVANGELISTA MODANES	759.402.991-72	8.000,00	0,00	72,31	72,31	
Total Utilizado pela UG			0,00	1.180,97	1.180,97	
Código da UG 2:	---	Limite de Utilização da UG:	---			
---	---	---	---	---	---	
---	---	---	---	---	---	
Total Utilizado pela UG			0,00	1.180,97	1.180,97	

Total Utilizado pela UJ	0,00	1.180,97	1.180,97
Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal			

5.4.1.4. UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO CRÉDITO CORPORATIVO PELA UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)							Valores em R\$ 1,00
Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	-	-	-	-	4	1.180,97	1.180,97
2011	-	-	-	-	8	2.189,00	2.189,00
2010	-	-	-	-	15	6.633,38	6.633,38
Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal							

5.4.1.5. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)											Valores em R\$ 1,00	
Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
PC Aguardando Análise	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
PC em Análise	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
PC não Aprovadas	---	---	---	---	---	---	1	395,00	---	---	---	---
PC Aprovadas	---	---	---	---	---	---	4	1.180,97	9	2.189,00	8	6.633,38
Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal												

5.4.1.6. ANÁLISE CRÍTICA

O Suprimento de Fundos, na modalidade Cartão de Pagamentos do Governo Federal, tem se revelado um importante instrumento na gestão das despesas consideradas de pequeno vulto. A estrutura predial da 1ª SRPRF/GO compreende uma sede administrativa em Goiânia/GO, 01 (uma) Delegacia Metropolitana, 06 (seis) Delegacias Regionais e 13 (treze) postos policiais a elas subordinados, todos distribuídos de forma estratégica ao longo das rodovias federais goianas.

Toda essa estrutura gera um dispêndio em sua manutenção e conservação, muitas das vezes, amparada apenas pelo uso correto do Cartão Corporativo. Embora estejamos com uma licitação em fase final para ser divulgada, cujo objeto visa a contratação de uma empresa especializada na manutenção e conservação predial, o uso do CPGF ainda constitui um valioso instrumento de gestão pública, desde que bem utilizado.

Em princípio, visando assegurar, de forma razoável, o gerenciamento e aplicação dos recursos aplicados por meio de Suprimento de Fundos, desenvolvemos a logística simples em que o uso do Cartão Corporativo, deve, a exemplo das dispensas e inexigibilidades de licitação, ser uma exceção e não uma regra. Na sede da UJ em Goiânia existe um portador do cartão, bem como 07 (sete) portadores do mesmo cartão para uso nas Delegacias Regionais, as quais abarcam também seus postos policiais.

A cada necessidade de uso do cartão, os gestores da área administrativa e financeira são consultados sobre a possibilidade do cartão para aquele tipo de despesa. A exemplo deste controle citamos que no exercício de 2012, apesar do baixo uso do cartão de pagamentos, houve uma prestação de contas não aprovada pelo Ordenador de Despesas, cuja irregularidade foi a realização de despesa diversa da classificação orçamentária determinada e empenhada, bem como a data de emissão da nota fiscal pertinente em período posterior ao de aplicação do valor. O suprido foi o PRF CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA, CPF nº 598.196.691-20, PCSF nº 03/2012, cuja despesa foi pequeno vulto e o período de aplicação de 04/04/12 a 31/05/12. O prazo para prestação de contas foi de 01/06/12 a 30/06/12, conforme o processo nº 08662002401/2012-64. As providências tomadas para regularização da situação foi a emissão de GRU ao servidor e, após a restituição do valor aos cofres públicos, foi feito o acerto contábil no SIAFI (2012GD000027).

5.5. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

O objetivo do tópico é o de obter um panorama geral acerca das renúncias de receitas geridas pela UJ, viabilizando o exame acerca de sua legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e efetividade.

5.5.1. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.13.

5.5.2. VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.14.

5.5.3. CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento dos Quadros A.5.15 e A.5.16.

5.5.4. BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA – PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento dos Quadros A.5.17 e A.5.18.

5.5.5. PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento dos Quadros A.5.19.

5.5.6. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento dos Quadros A.5.20.

5.5.7. COMUNICAÇÕES À RFB

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento dos Quadros A.5.21.

5.5.8. INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento dos Quadros A.5.22.

5.5.9. DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento dos Quadros A.5.23.

5.5.10. FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB

Não se aplica a UJ.

5.6. GESTÃO DE PRECATÓRIOS

O objetivo do tópico é o de obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de Precatórios encaminhados à fazenda pública federal pelo Poder Judiciário, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise da sistemática prevista no Art. 100 da Constituição Federal de 1988.

5.6.1. REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.24.

5.6.2. REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.5.25.

5.6.3. ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica a UJ, motivo da não emissão da análise crítica.

6. PARTE A – ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012**6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS**

O objetivo do tópico é o de obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica, evidenciando, inclusive, a conformidade dos registros dos atos de pessoal e os controles da UJ para coibir a acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva	-	-
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	371	371	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	371	371	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	371	371	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	371	371		

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

6.1.1.1. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-

2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	8
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	6
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	5
4.1. Doença em Pessoa da Família	2
4.2. Capacitação	3
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	18
Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos – 1ª SRPRF/GO	

6.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-

1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	32	-	7	8
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	32	-	7	8
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	33	-	-	-
Fonte: NUAP - Núcleo de Administração de Pessoal – SRH/1ª SRPRF/GO				

6.1.2.1. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	32	126	122	47	10
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	32	126	122	47	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	16	16	1	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	-	-
2.3. Funções Gratificadas	1	16	15	1	-
3. Totais (1+2)	33	142	138	48	10
Fonte: NUAP - Núcleo de Administração de Pessoal – SRH/1ª SRPRF/GO					

6.1.2.2. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12									
Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	7	163	155	13	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	7	163	155	13	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	33	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	-	-	-	-	-	1	-	-	-

Superior									
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	32	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	7	163	188	13	-	-
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									
Fonte: NUAP - Núcleo de Administração de Pessoal – SRH/1ª SRPRF/GO									

6.1.3. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Não se aplica a UJ, tendo em vista que todas as informações concernentes a valores são centralizados e quantificados pela UJ 200230 a qual somos subordinados, motivo pelo não preenchimento do Quadro A.6.6.

6.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Neste tópico, as informações sobre o Quadro de Servidores Inativos devem ser prestadas considerando dois quadros a seguir: o primeiro, compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo, a composição do quadro dos instituidores de pensão.

6.1.4.1. CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	206	3
1.1. Voluntária	183	1
1.2. Compulsória	5	2
1.3. Invalidez Permanente	18	-
1.4. Outras	-	-
2. Proporcional	6	-
2.1. Voluntária	5	-
2.2. Compulsória	-	-
2.3. Invalidez Permanente	1	-
2.4. Outras	-	-
3. Totais (1+2)	212	3
Fonte: NUAP - Núcleo de Administração de Pessoal – SRH/1ª SRPRF/GO		

6.1.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	69	-
1.1. Integral	41	-
1.2. Proporcional	28	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	69	-
Fonte: NUAP - Núcleo de Administração de Pessoal – SRH/1ª SRPRF/GO		

6.1.5. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Não houve ocorrências no exercício de 2012.

6.1.6. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Não houve ocorrências no exercício de 2012.

6.1.7. INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

Neste tópico constam as informações sobre os atos de pessoal devem ser prestadas somente pelas Unidades Jurisdicionadas que tenham na sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do Art. 71, Inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

6.1.7.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.6.9. ao A.6.11. Tanto os atos sujeitos ao *registro* quanto à *comunicação* não se aplicam a UJ. tendo em vista que os processos passíveis destes atos são remetidos ao nosso órgão central em Brasília/DF para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

6.1.7.2. ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO

Não houve ocorrências no exercício de 2012, motivo do não preenchimento do Quadro A.6.12.

6.1.7.3. INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS

Não se aplica a UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.6.13.

6.1.8. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

A UJ que seja responsável por área de recursos humanos, ou que tenha entre as UJ consolidadas uma com essa responsabilidade, deve informar os indicadores dos quais se utiliza para tal gerenciamento. As UJ que não tenham indicadores desenvolvidos para a área de pessoal devem fazer constar essa informação no Relatório de Gestão e informar se há previsão de desenvolvê-los.

Os indicadores deverão ser informados de modo a explicitar os padrões utilizados, os objetos mensurados, os objetivos e metas fixados e, por fim, as conclusões quantitativas e qualitativas daí decorrentes sobre a gestão de recursos humanos. Em especial, mas sem prejuízo de outros indicadores que a UJ tenha desenvolvido e considere adequado informar, interessam aqueles que tratem dos seguintes temas, caso o órgão os tenha construído:

- Absenteísmo;
- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;
- Rotatividade (*turnover*);
- Educação Continuada;
- Disciplina; e
- Aposentadoria *versus* Reposição do Quadro.

TABELA 40 – INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS

ABSENTEÍSMO			
<p>Ter servidores nem sempre significa tê-los trabalhando durante todos os momentos do horário de trabalho. As ausências dos servidores ao trabalho provocam distorções quando se refere ao volume e disponibilidade ou atraso de trabalho. Essas ausências são as faltas ou atrasos ao trabalho. O absentismo é a principal consequência. O oposto do absentismo é a presença, relacionada com o tempo em que o funcionário está no trabalho. O absentismo ou ausentismo é a frequência ou duração de tempo de trabalho perdido quando os empregados não vão ao trabalho. O absentismo constitui a soma dos períodos em que os funcionários se encontram ausentes do trabalho, seja ela por falta ou algum motivo de atraso.</p>			
<p>As causas e consequências das ausências foram intensamente estudadas através de pesquisas que mostraram que o absentismo é afetado pela capacidade profissional das pessoas e pela sua motivação para o trabalho, além de fatores internos e externos ao trabalho.</p>			
<p>A motivação para a assiduidade é afetada pelas práticas organizacionais, como por exemplo, recompensas e punições ao absentismo. As organizações bem-sucedidas estão incentivando a presença e desestimulando as ausências ao trabalho através de práticas gerenciais e culturais que privilegiam a participação, ao mesmo tempo em que desenvolvem atitudes, valores e objetivos dos funcionários favoráveis à participação, gerando assim maior satisfação da parte dos funcionários.</p>			
<p>Foi verificado no exercício de 2012 um número significativo de licenças e afastamentos médicos conforme detalhamento a seguir:</p>			
Local	Nº de Afastamentos	Total Dias Afastados	Total de Servidores

1ª Delegacia PRF - Goiânia	56	1161	24
4ª Delegacia – Rio Verde	16	384	10
5ª Delegacia - Jataí	12	369	6
SPF/1ª SRPRF/GO	8	378	2
3ª Delegacia – Morrinhos	10	238	6
2ª Delegacia – Anápolis	5	83	2
Sede – 1ª SRPRF/GO	7	540	2
NUSEG/1ª SRPRF/GO	7	90	4
NMP/1ª SRPRF/GO	6	58	3
NOE/1ª SRPRF/GO	5	167	2
6ª Delegacia – Catalão	4	94	2
7ª Delegacia – Porangatu	3	16	2
NUAI/1ª SRPRF/GO	3	31	1
CR/1ª SRPRF/GO	3	32	3
SAF/1ª SRRF/GO	3	158	2
NURAM/1ª SRPRF/GO	2	45	1
SRH/1ª SRPRF/GO	2	28	1

ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

Não foi diagnosticada nenhuma doença em servidor advinda de suas atribuições funcionais. O PROSSERV – PROGRAMA DE SAÚDE DO SERVIDOR, mais conhecido por “Patrulha da Saúde”, tem a finalidade de atingir o público interno, traçando o perfil de saúde e psicossocial dos servidores, através da história clínica (horas de trabalho dia, envolvimento em acidente, doenças preexistentes, uso de medicação); exame físico (peso, altura, IMC, pressão arterial) e exames complementares (glicemia, colesterol, triglicerídeos, acuidade visual, acuidade auditiva, força manual e outros).

Promovem campanhas educativas preventivas (obesidade, diabetes, hipertensão arterial, DST, vacinação etc). Este projeto teve início na 1ªSRPRF/GO em 17/01/2008, promovendo visitas a todos Postos e Delegacias PRF's da 1ª SRPRF/GO e teve uma excelente aceitação e apoio por parte dos servidores, sendo mantido atualmente.

Com esta bateria de exames realizados nos servidores da 1ª SRPRF/GO, juntamente com o acompanhamento da equipe de saúde composta por 01 (um) médico, (01) biomédico e 01 (uma) enfermeira, conseguimos detectar que alguns servidores realmente necessitavam de um acompanhamento psicológico e ate mesmo o afastamento do serviço para um tratamento especializado.

Foi realizado o programa Patrulha da Saúde nesta regional, de forma não satisfatória, em razão de não termos recebidos as tiras para a realização dos exames de Triglicerídeo e Glicemia suficientes para atendermos a nossa demanda, contudo, conseguimos atender apenas duas Delegacias Regionais (Morrinhos e Rio Verde) e seus respectivos postos com material que restou de outros eventos.

Foi coordenada pela equipe Patrulha da Saúde, em parceria com a Secretaria da Saúde do Estado de Goiás, através da Gerência de Imunizações e Rede de Frio, a vacinação (Vacina Antiviral - Influenza H1N1 e Febre Amarela), em 455 pessoas, sendo alunos policiais e Instrutores do CFP 2012-1, estagiários, terceirizados e servidores lotados na Sede da 1ª SRPRF/GO, conforme Ofício nº 1105/GAB/2012 (170).

ROTATIVIDADE (*turnover*)

Em termos de rotatividade de pessoal na sede da 1ª SRPRF/GO, em 2012, chegou-se ao índice de 18,18%. Ocorreram 20 (vinte) remoções internas para um efetivo de 110 (cento e dez) servidores. Ressaltamos que nem todas essas remoções redundaram em saída ou entrada nos quadros da Sede Administrativa da UJ, mas sim uma forma de remanejamento interno entre as diversas áreas da Administração da UJ, buscando sempre o melhor perfil de servidor que atenda às necessidades da área demandante.

EDUCAÇÃO CONTINUADA

A Educação Continuada representa o conceito de que *"nunca é cedo ou tarde demais para se aprender"*, uma filosofia que tem sido adotada por uma vasta gama de organizações diferentes, inclusive organizações públicas. A educação continuada é atitudinal, ou seja, as pessoas podem e devem estar abertas a novas ideias, decisões, habilidades ou comportamentos. A educação continuada atira porta afora o axioma de que *"não se ensinam novos truques a um cachorro velho"*. A educação continuada vê as pessoas como capazes de aproveitar oportunidades de aprendizado em todas as idades e em numerosos contextos: no trabalho, em casa e através de atividades de lazer, não apenas através de canais formais tais como escolas e universidades.

Neste sentido, no exercício de 2012, no mês de abril, procurou-se, dentro das condições, dar continuidade a capacitação na UJ, iniciando-se pelos preparativos para início do Curso de Formação Policial 2012-1, realizado na Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás. Neste evento de formação e capacitação do novo policial, foram convocados a maioria dos instrutores de nossa regional para fazerem parte do quadro de coordenadores e instrutores do CFP 2012-1, que durou até o dia 24 de agosto de 2012, logo após, tivemos dois meses sem curso de formação, foi durante este período que conseguimos dar continuidade aos módulos I e II, mas logo em seguida, já no dia 24 de setembro, começaram as convocações de nossos instrutores para o CFP 2012 2, que se encerrou em 21 de dezembro de 2012.

Quanto aos recursos recebidos em 2012 para a capacitação de servidores, estes foram insuficientes para atendimento das demandas por capacitação, motivo pelo qual deixou-se de colocar em prática vários projetos que estavam em análise. Em resumo, 80% da capacitação nos Módulos de Atualização, exigidos pela COEN – COORDENAÇÃO DE ENSINO, não foram atingidos pelos seguintes impedimentos: *falta de recursos financeiros, de recursos humanos*, (cessão de todos os instrutores da UJ para os Cursos de Formação Policial 2012-1 e 2, por um período de aproximadamente oito meses) e de *recursos materiais*. Devido a estas dificuldades deixamos de atender as exigências da Portaria Interministerial nº 4226, de dezembro de 2010.

Todavia, algumas ações de capacitação no exercício de 2012 foram realizadas consoante se verá na PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

DISCIPLINA

Com relação ao aspecto disciplinar, no exercício de 2012, foram advertidos 03 (três) servidores e 02 (dois) foram punidos com suspensão, onde a todos foram assegurados o contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei 8.112/90. Nenhum servidor foi demitido ou teve cassação de aposentadoria. No aspecto disciplinar a UJ, por intermédio da Corregedoria Regional, tem demonstrado boas práticas gerenciais, conforme consta da PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012, deste Relatório de Gestão.

APOSENTADORIA VERSUS REPOSIÇÃO DO QUADRO

Durante o exercício de 2012 houve o ingresso de 16 (dezesesseis) novos policiais oriundos do Curso de Formação realizado na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, última etapa de um Concurso Público pendente de finalização. Todavia, houve 03 (três) aposentadorias, sendo 01 (uma) voluntária e 02 (duas) compulsórias.

Fonte: SRH – Seção de Recursos Humanos – 1ª SRPRF/GO

6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada devem ser tratadas considerando os cinco quadros a seguir. O primeiro trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade; o segundo trata da relação dos empregados

terceirizados substituídos; o terceiro contempla os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais; o quarto trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o quinto trata da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

6.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não houve ocorrências no exercício de 2012, motivo do não preenchimento do Quadro A.6.14.

6.2.2. INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Não houve ocorrências no exercício de 2012, motivo do não preenchimento do Quadro A.6.15.

6.2.3. AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não houve ocorrências no exercício de 2012, motivo do não preenchimento do Quadro A.6.16.

6.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA													
Unidade Contratante													
Nome: 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO													
UG/Gestão: 200121/00001							CNPJ: 00.394.494/0116-85						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	S		M		F		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	10/2011	08.837.257/0001-04	23/05/11	22/05/13	-	-	9	9	-	-	P
2010	L	O	13/2010	11.443.028/0001-10	23/06/10	22/06/13	-	-	-	-	34	34	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais – 1ª SRPRF/GO

6.2.5. INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante

Nome: 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO

UG/Gestão: 200121

CNPJ: 00.394.494/0116-85

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	S		M		F		
							P	C	P	C	P	C	
2009	7	O	14/2009	01.209.928/0001-43	04/01/10	03/01/14	-	-	1	1	-	-	P
2009	3	O	15/2009	00.588.581/0002-63	04/01/10	03/01/14	-	-	2	2	-	-	P
2009	5	O	13/2009	09.328.844/0001-30	04/01/10	03/01/13	-	-	3	3	-	-	E

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais – 1ª SRPRF/GO

6.2.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	5	5	5	-

1.1. Área Fim	-	-	-	-	-
1.2. Área Meio	-	5	5	5	-
2. Nível Médio	-	36	37	34	-
2.1. Área Fim	-	-	-	-	-
2.2. Área Meio	-	36	37	34	-
3. Total (1+2)	-	41	42	39	R\$ 169.245,38
Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos – 1ª SRPRF/GO					

7. PARTE A – ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Neste subitem o gestor deverá evidenciar a forma pela qual a UJ realiza a gestão da frota de veículos sob sua responsabilidade. A UJ promove a gestão apenas da frota de veículos próprios, não havendo terceirização de veículos.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

DECRETO Nº 6403 DE 17 DE MARÇO DE 2008 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 - SLTI MPOG - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 – DPRF - Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências; e

PORTARIA Nº 84, DE 05 DE JUNHO DE 2012 – 1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS – Dispõe sobre a classificação de viaturas e disciplina sua utilização, no âmbito da 1.ª SRPRF/GO.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Nos termos do artigo 144, § 2º da Constituição da República e artigo 20, incisos II e IV, da Lei 9.503/97, compete a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, executando-se operações relacionadas com a segurança pública, visando preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.

Impõe-se à PRF, ainda, efetuar o levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas. Neste sentido, a viatura policial é o principal instrumento de trabalho do Policial Rodoviário Federal na consecução destes objetivos.

A disponibilidade de viaturas em boas condições de segurança não só impacta na preservação da integridade física de seus servidores, mas, principalmente, na qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

c) Quantidade de veículos, custos associados à sua gestão, média anual de quilômetros rodados e idade média da frota

c1) Total de veículos em uso ou na responsabilidade desta 1.ª SRPRF-GO, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhe foi dada pela Portaria nº 84, de 05 de junho de 2012 – 1.ª SRPRF:

TABELA 41 – GRUPOS DE USO DE VIATURAS OFICIAIS

GRUPO	QUANTIDADE
SERVIÇOS ESPECIAIS CARACTERIZADAS	117
SERVIÇOS ESPECIAIS DESCARACTERIZADAS	23
SERVIÇOS ESPECIAIS RESERVADAS	8
TRANSPORTE INSTITUCIONAL	2
1ª SRPRF-GO	150

Fonte: NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais – 1ª SRPRF/GO

No que se refere à frota pertencente a 1.ª SRPRF/GO, em 2011 contávamos com 131 (cento e trinta) veículos oficiais, entre carros, motos, caminhões, vans e reboques. Em 2012, totalizamos 150 (cento e cinquenta) veículos, o que representou um acréscimo de 14,5 % da frota regional. Este aumento se deve ao recebimento de 09 (nove) viaturas novas (0 KM) e 10 (dez) viaturas recebidas pela Superintendência de Goiás por outras regionais.

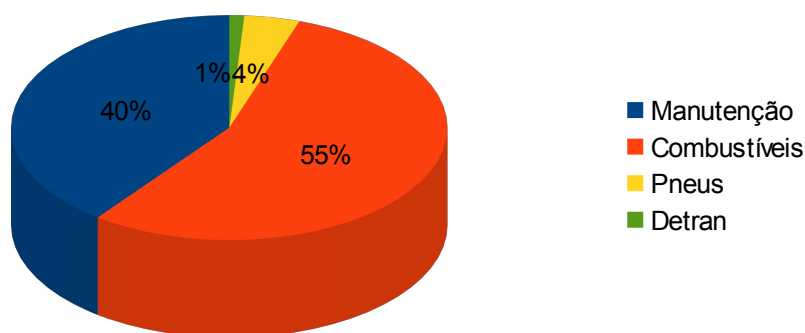
c2) Custos associados à gestão da frota

Total gasto na gestão da frota regional: R\$ 1.468.536,61. O total da execução orçamentária e financeira em 2012 ficou em R\$ 1.468.536,61 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos).

Este custo, refere-se ao gasto total de gestão da frota, abrangendo valores dispendidos com combustíveis, lubrificantes, revisões periódicas, manutenções mecânicas e elétricas corretivas, aquisição de pneus, recuperação de veículos acidentados e seguro DPVAT.

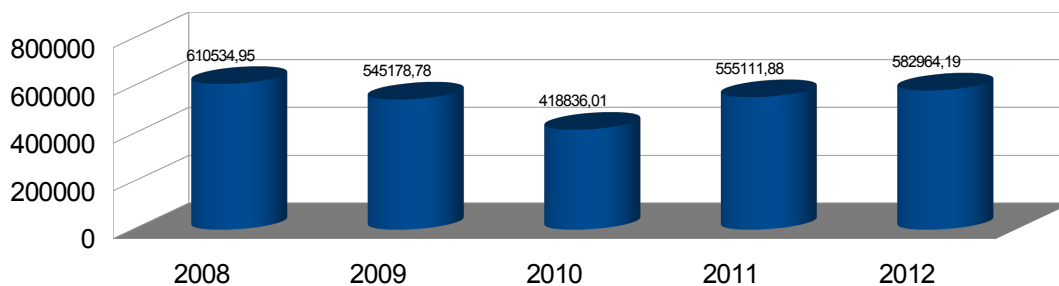
Deste total, o gráfico a seguir ilustra o fracionamento percentual dos gastos:

GRÁFICO 7 – TIPOS DE GASTOS COM VIATURAS OFICIAIS

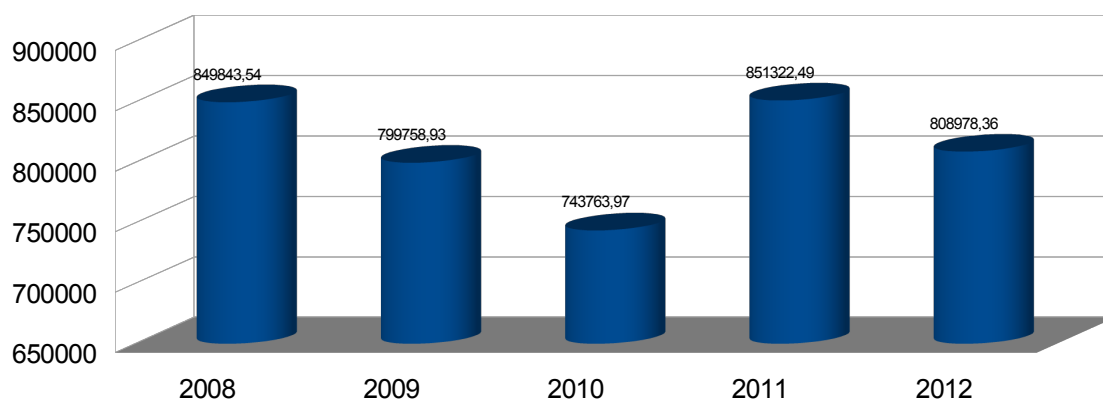


A seguir, especificaremos a evolução do gasto com manutenção preventiva e corretiva (peças e serviços mecânicos). Custo total de manutenção (peças e serviços) em 2012: R\$

582.964,39.

GRÁFICO 8 - GASTOS COM MANUTENÇÃO DA FROTA

A seguir, especificaremos a evolução dos gastos de consumo de combustível da frota regional. Custo total de consumo de combustível em 2012: R\$ 808.978,36.

GRÁFICO 9 - GASTOS COM CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

c3) Quantidade de veículos, média anual de quilômetros rodados e idade média da frota

TABELA 42 – INFORMAÇÕES DE USO DAS VIATURAS OFICIAIS

GRUPO	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA	KM RODADOS/ANO	MÉDIA KM RODADOS VTR/GRUPO/ANO
SERVIÇOS ESPECIAIS CARACTERIZADAS	117	8	2.096.366	17.918
SERVIÇOS ESPECIAIS DESCARACTERIZADAS	23	2	274.705	11.944
SERVIÇOS ESPECIAIS RESERVADAS	8	4	89.708	11.214
TRANSPORTE INSTITUCIONAL	2	3	37.919	18.960
1ª SRPRF-GO	150	7	2.498.698	16.658

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais – 1ª SRPRF/GO

d) Plano de substituição da frota

Cabe ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília a elaboração do plano de substituição da frota.

e) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A principal ferramenta de trabalho do policial rodoviário federal é a viatura operacional, que apresenta características singulares em razão da atividade que exerce.

As características estabelecidas pelo artigo 29, inciso VII da Lei 9.503/97 (dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente), bem como compartimento para presos são essenciais e imprescindíveis para esta atividade. Senão por outro motivo, as viaturas policiais são classificadas como veículos especiais, o que difere do padrão dos veículos utilizados nas locações comuns. Assim, justifica-se, a aquisição em detrimento da locação dos veículos destinados ao serviço operacional.

f) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle e gestão da frota é realizada pelo Núcleo de Serviços Gerais, subordinado a Seção Administrativa e Financeira, com atribuições regimentais específicas, tais como: *manter atualizada a documentação de veículos, promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição.*

Neste passo, o NUSEG/GO dispõe de 04 (quatro) contratos administrativos celebrados com empresas especializadas na manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores.

A frota regional conta, assim, com processo próprio de manutenção e fiscais dos respectivos contratos, cujo trabalho visa garantir que estes veículos permaneçam em boas condições de segurança e trafegabilidade.

g) Outras informações:

TABELA 43 - VIATURAS NOVAS RECEBIDAS – 2012

Nº	PLACA	ANO	MARCA/MODELO
1	OGI-3612	2011/2012	FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX
2	OGI-3672	2011/2012	FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX
3	OGL-7614	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4
4	OGL-7664	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4
5	OGP-6151	2011/2012	PEUGEOT/BOXER M330M 23S
6	OGW-7685	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4
7	OGX-0995	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4
8	OGX-1055	2012/2013	NISSAN/FRONTIER XE 4X4

9	OMN-4927	2012/2013	RENAULT/MASTER11M3 25DCI
---	----------	-----------	--------------------------

Fonte: NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais - 1ª SRPRF/GO

As viaturas novas recebidas em 2012 são oriundas de Pregões Eletrônicos efetuados regionalmente, no caso de veículos administrativos. As viaturas operacionais são adquiridas por meio de Pregão Eletrônico SRP deflagrados pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Brasília/DF e distribuídas pelo país consoante num cronograma de entrega a ser cumprido em contrato.

7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

O objetivo específico deste tópico é analisar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locados de terceiros.

7.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF = GO	18	18
	Anápolis	1	1
	Catalão	1	1
	Goiânia	7	7
	Hidrolândia	1	1
	Itumbiara	1	1
	Jataí	1	1
	Morrinhos	1	1
	Porangatu	2	2
	Rio Verde	1	1
	São Simão	1	1
	Uruaçu	1	1
	Subtotal Brasil		18
EXTERIOR	PAÍS	-	-
	Não há ocorrências	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		18	18

Fonte: NUPAT - Núcleo de Patrimônio e Material – 1ª SRPRF/GO

7.2.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Não houve ocorrências desta natureza nos exercícios de 2012 e 2011, motivo pelo qual não houve o preenchimento do Quadro A.7.2.

7.2.3. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200121	9221.00052.500-0	21	Regular	R\$ 547.683,34	01/08/11	R\$ 1.152.153,41	-	-
200121	9301.00023.500-4	21	Regular	R\$ 138.800,04	11/07/11	R\$ 501.108,67	-	-
200121	9373.00220.500-2	21	Regular	R\$ 132.379,72	01/08/11	R\$ 439.212,57	-	-
200121	9373.00288.500-3	21	Regular	R\$ 487.773,63	15/08/11	R\$ 634.504,88	-	-
200121	9373.00289.500-9	21	Regular	R\$ 496.197,63	15/08/11	R\$ 634.504,88	-	-
200121	9373.00290.500-4	21	Regular	R\$ 486.306,63	15/08/11	R\$ 634.504,88	-	-
200121	9373.00330.500-0	21	Regular	R\$ 2.527.751,89	15/08/11	R\$ 3.688.367,00	-	-
200121	9373.00332.500-1	21	Regular	R\$ 1.492.623,81	01/08/11	R\$ 2.084.637,57	-	-
200121	9373.00411.500-0	21	Regular	R\$ 960.000,00	15/08/11	R\$ 1.200.000,00	-	-
200121	9389.00004.500-4	21	Regular	R\$ 65.134,31	11/07/11	R\$ 150.961,73	-	-
200121	9425.00007.500-0	21	Regular	R\$ 240.677,46	17/05/11	R\$ 1.335.850,89	-	-
200121	9433.00018.500-1	21	Regular	R\$ 388.974,17	11/07/11	R\$ 849.538,04	-	-
200121	9473.00041.500-6	21	Regular	R\$ 614.073,50	11/07/11	R\$ 451.495,85	-	-
200121	9555.00006.500-3	21	Regular	R\$ 888.208,88	11/07/11	R\$ 1.042.145,11	-	-
200121	9555.00012.500-6	21	Regular	R\$ 48.304,80	11/07/11	R\$ 380.964,92	-	-
200121	9571.00022.500-2	21	Regular	R\$ 151.307,81	11/07/11	R\$ 228.612,57	-	-
200121	9605.00002.500-1	21	Regular	R\$ 39.053,06	11/07/11	R\$ 841.787,21	-	-
200121	9633.00020.500-5	21	Regular	R\$ 73.075,20	11/07/11	R\$ 405.717,37	-	-
Total							-	-

Fonte: NUPAT - Núcleo de Patrimônio e Material – 1ª SRPRF/GO

De uma forma geral, numa análise crítica, a gestão dos Bens Imóveis de Uso Especial da UJ, tem realizada com algumas dificuldades, em função das restrições orçamentárias para melhorar o estado de conservação destes bens. Todavia, no findar do exercício de 2012, conseguimos concluir com êxito 02 (dois) Pregões Eletrônicos, sendo um visando a execução de obras com reforma e adequação de 03 (três) Bases Operacionais, quais sejam, Posto PRF Leônidas Sisterolli (1ª. Del), Posto PRF de Jataí (5ª. Del) e Posto PRF de Catalão (6ª. Del) e o outro pregão visando a execução de serviços com manutenção predial em 5 (cinco) Bases Operacionais, quais sejam, Postos PRF de Anápolis e Posto PRF de Jaraguá, Postos PRF de Morrinhos e Itumbiara e Posto PRF de São Simão.

Todavia, como os contratos foram celebrados no findar do exercício de 2012, não houve nenhuma execução físico/financeira neste exercício, iniciando-se todas as obras em janeiro de 2013.

8. PARTE A – ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012**8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)**

Não se aplica à UJ, motivo do não preenchimento do Quadro A.8.1. Toda a gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC é feita pela Alta Administração da UJ, localizada em Brasília/DF. Todavia, em âmbito regional, durante o exercício de 2012, dentro da gestão da Tecnologia da Informação (TI), a UJ buscou contemplar os seguintes aspectos: *a) Planejamento da área; b) Perfil dos Recursos Humanos Envolvidos; c) Segurança da Informação; d) Desenvolvimento e Produção de Sistemas; e e) Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI.*

a) Planejamento da Área: como já mencionado, todo o planejamento da área é fruto da gestão participativa em que a Alta Administração da UJ promove a cada exercício, com apoio dos Núcleos de Telemática de todas as UJs no país.

Todas as Unidades Jurisdicionadas seguem as diretrizes estipuladas pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Brasília, por intermédio da DITEL – Divisão de Telemática. Todavia, cada UJ apresenta suas demandas que são analisadas num contexto amplo e à medida que os recursos orçamentários vão sendo descentralizados todas as UJ executam suas despesas em âmbito regional, como Unidades Gestoras. Dentro deste planejamento regional, a Unidade Jurisdicionada 1ª SRPRF/GO apresentou as seguintes metas:

TABELA 44 – METAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI

METAS - 2012
Aquisição de Notebooks
Aquisição de Estações de Trabalho (computadores)
Aquisição de Nobreaks
Contratação de empresa especializada na manutenção corretiva de equipamentos de informática (no breaks) e de ambiente de rede.
Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de Telecomunicações.
Aquisição de Material de Consumo, como teclado, mouse, cabos de rede, conectores RJ-45, etc
Aquisição de linhas com aparelhos celulares para uso dos chefes de Delegacia, Superintendente, chefes de Seção e Núcleos da 1ª SRPRF/GO.
Aquisição de material permanente para uso do NUTEL no cumprimento de suas atribuições regimentais, tais como switches, computadores, telefones VOIP, enlace de dados ponto-a-ponto, monitores de vídeo, servidor de rede e caixas protetoras de equipamentos de informática.

Fonte: NUTEL - Núcleo de Telemática – 1ª SRPRF/GO

b) Perfil dos Recursos Humanos Envolvidos: no exercício de 2012, o Núcleo de Telemática – NUTEL contou apenas com 02 (dois) policiais rodoviários federais e 03 (três) terceirizados, sendo 02 (dois) Técnicos em Informática e 01 (um) Técnico em Telecomunicações. A área carece de mais 01 (um) servidor com capacitação ou formação acadêmica na área de informática e/ou telecomunicações.

c) Segurança da Informação: a segurança da informação é provida pelo DPRF/MJ e o acompanhamento, no âmbito da UJ, é feito pelo NUTEL – Núcleo de Telemática.

d) Desenvolvimento e Produção de Sistemas: o desenvolvimento dos diversos sistemas de apoio às atividades da UJ é feito pelo DPRF/MJ, tais como a Intranet, o ROD *On Line*, BR – BRASIL, SIGER, Sistema de Alerta, Sistema de Multas, SILVER, Sistemas Móveis, entre outros sistemas. A UJ, em âmbito regional, apenas utiliza-se destes vários sistemas, seja para consulta ou alimentá-los com os dados pertinentes.

e) Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI:

No exercício de 2012, as principais *aquisições de bens* foram as seguintes:

TABELA 45 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE TI

ITEM	TIPO DO BEM	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL	CONTRATADA
1	Monitores TIPO I – marca/modelo: AOC/E950SWDA	46	255,45	11.750,70	Informática.com Ltda - ME
2	Servidores de Rede Tipo II – HP/DL120	2	8.000,00	16.000,00	Ação Informática Brasil Ltda
3	Servidores de Rede Tipo III – HP/DL380	1	13.000,00	13.000,00	Ação Informática Brasil Ltda
4	Torre autoportante de 40 m para instalação junto ao Posto PRF Clayton Santos, sito a BR – 153, município de Hidrolândia/GO.	1	72.999,00	72.999,00	JBT – Jost & Borges Telecomunicações Ltda
5	Licenças do Windows Server Standard 2012	4	2.047,00	8.188,00	Supera – Soluções Integradas Ltda

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

No exercício de 2012, as principais *aquisições de serviços* foram as seguintes:

TABELA 46 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TI

ITEM	TIPO DO SERVIÇO	VLR MENSAL ESTIMADO	VLR GLOBAL	CONTRATADA
1	Telefonia Móvel Celular	20.697,52(*)	248.370,23	Claro S.A
2	Telefonia Móvel Celular – LDN	23.980,22(*)	287.762,60	Embratel S.A
3	Telefonia Fixa – LDN – Emergencial	1.333,14	7.998,84	OI – Brasil Telecom

4	Manutenção de No Breaks	3.574,47	42.893,75	Elo – Laboratório de Reparos Ltda
5	Manutenção de Rádio e Torres de Comunicação	16.922,57	203.070,81	Elo – Laboratório de Reparos Ltda

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

(*) Embora o valor estimado seja considerado elevado, a média mensal de gastos para Telefonia Móvel Celular com a empresa Claro S.A é de R\$ 1.800,00 para um total de 47 (quarenta e sete) linhas habilitadas e distribuídas estrategicamente em toda a estrutura da UJ no Estado de Goiás, que compreende 13 postos policiais, 7 Delegacias e 1 sede administrativa em Goiânia. Os serviços de LDN para telefonia celular são executados pela Embratel S.A e o custo médio mensal gasto é de R\$ 1.600,00.

8.2. ANÁLISE CRÍTICA

Dentro da Gestão da Tecnologia da Informação, a estrutura de governança, o desempenho institucional, o Plano Diretor de TI, a gestão e segurança da informação, contratação de bens e serviços e os serviços disponibilizados ao cidadão, são ações emanadas do órgão central, qual seja, o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/DPRF/MJ, cabendo à UJ apenas o cumprimento das metas e diretrizes estipuladas em âmbito regional, não nos permitindo realizar uma análise crítica detalhada.

9. PARTE A – ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1. - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ✓ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ✓ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ✓ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		X			

QUADRO A.9.1. - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação			
✓	Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				
7.	No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ✓ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X	
8.	Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ✓ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X			
9.	Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X	
10.	Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X	
11.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
12.	Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ✓ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X			
13.	Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ✓ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1º SRPRF/GO

A Unidade Jurisdicionada, na realização de licitações, tem procurado optar por exigências permitidas e exigidas por Lei com relação ao que segue:

TABELA 47 – LICITAÇÃO COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

TIPO DE CONTRATAÇÃO	EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS
Manutenção da Frota	a) Licenças Ambientais; b) Destinação adequada para resíduos sólidos (óleos lubrificantes e

	peças);
Aquisição de Papel A4	a) Que o papel seja de origem reciclada.
Obras e/ou Manutenções Prediais	a) Impacto Ambiental; b) Destinação adequada para resíduos sólidos resultantes das obras.

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA						Valores em R\$ 1,00
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Não houve		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1700	1500	1120	17.935,00	11.865,00	13.440,00
Água	4983	5519	2275	39.610,70	39.957,64	21.245,30
Energia Elétrica	775682	733049	750458	332.306,97	312.615,49	348.923,90
TOTAL				389.852,67	364.438,13	383.609,20

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais – NUSEG / Núcleo de Patrimônio e Material – NUPAT/1ª SRPRF/GO

A UJ não possui nenhuma política para estimular o uso racional dos recursos, como papel, água e energia elétrica, bem como não participa de nenhum programa de gestão da sustentabilidade ambiental. Todavia, existem as orientações de praxe que são seguidas quanto ao desligamento de equipamentos de ar condicionado e os interruptores de energia quando não há a permanência de servidores no local, em horários de almoço e após o expediente. Quanto ao consumo de papel, existe a boa prática de imprimir os documentos utilizando-se do recurso frente e verso, ou seja, em vez de consumirmos duas resmas de papel A4, economizamos uma com esta simples prática.

10. PARTE A – ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/01/2012

10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

O objetivo específico é conhecer as providências adotadas pelas UJ para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU ou às recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI) que fiscaliza a UJ ou as justificativas para o seu não cumprimento.

10.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa					Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					002820
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.984/2011-3	4496/2012 – TCU -2ª Câmara	1	RE	Ofício nº 632/2012-TCU/SECEX-GO, de 16.07.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					002820
Descrição da Deliberação					
<p>“1. Processo TC-026.984/2011-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS – Exercício: 2010)</p> <p>1.1. Responsáveis: Clodoaldo José da Silva Júnior (440.609.121-15); Ivone Pinto Caldeira (333.310.141-68); Célio Constantino da Costa (CPF 517.269.551-68)</p> <p>1.2. Entidade: 1ª. Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Goiás.</p> <p>1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz</p> <p>1.4. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:</p> <p>1.5.1. com fundamento no art. 10 da IN TCU 63/2010 c/c a DN TCU 107/2010, incluir no rol de responsáveis o Sr. Célio Constantino da Costa (CPF 517.269.551-68) e excluir os Srs. Murilo Moraes (CPF 448.918.491-34) e Jairo Braga (835.701.101-25);</p> <p>1.5.2. julgar regulares as contas, referentes ao exercício de 2010, dos Srs. Clodoaldo José da Silva Júnior, Ivone Pinto Caldeira e Célio Constantino da Costa, dando-lhes quitação plena;</p> <p>1.5.3.1. determinar à Anatel que exerça suas atribuições de órgão regulador do setor de telefonia, de sorte a garantir o perfeito funcionamento do serviço de emergência 191 do DPRF, comunicando ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as ações depreendidas nesse sentido; e</p> <p>1.5.3.2. recomendar à Anatel que avalie a possibilidade de autorizar a utilização das torres das operadoras de telefonia celular para a instalação de unidades repetidoras de rádio da PRF, comunicando o resultado ao TCU;</p> <p>1.5.4. remeter cópia da instrução de peça 11 dos autos à 3ª. Secex, para que seja examinada a conveniência e oportunidade de recomendar ao DPRF que:</p> <p>1.5.4.1. ao efetuar a definição dos programas do próximo exercício, ajuste a metodologia utilizada no indicador de sensação de segurança nas rodovias federais para conferir maior representatividade e esse indicador;</p> <p>1.5.4.2. em função dos elevados percentuais apurados de veículos fiscalizados que foram multados, e de multas graves e gravíssimas expedidas, faça constar no seu planejamento orçamentário ações que busquem reduzir tais percentuais;</p> <p>1.5.4.3. de sorte a subsidiar o exame das contas do próximo exercício, que faça constar no Relatório de Gestão as quantidades de multas graves e gravíssimas agrupadas por tipos de infrações; e</p> <p>1.5.4.4. avalie o impacto das decisões relativas à priorização de dispêndios nas atividades primordiais do órgão, quando do contingenciamento de despesas;</p> <p>1.5.5. dar ciência da presente deliberação à 1ª SRPRF/GO, ao DPRF e à ANATAL; e</p> <p>1.5.6. determinar o arquivamento do presente processo.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás					002820
Síntese da Providência Adotada					
a) Quanto ao subitem 1.5.1 e 1.5.2 uma cópia do Acórdão nº 4496/2012 – TCU – 2ª Câmara foi remetida aos servidores Clodoaldo José da Silva Jr, Célio Constantino da Costa e Ivone Pinto Caldeira, dando-lhes ciência da					

regularidade de suas contas referentes ao exercício de 2010. b) Demais subitens do Acórdão referem-se a determinações e recomendações da 1ª Secex para que sejam cumpridas pela Anatel e pelo DPRF/MJ, não cabendo à 1ª SRPRF/GO a gestão sobre os mesmos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não aplicável à UJ, uma vez apesar do Acórdão nº 4496/2012, em seu subitem 1.5, conter determinações/recomendações/orientações, a natureza do Ofício nº 632/2012-TCU/SECEX-GO, de 16/07/2012 é de uma Comunicação apenas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não houve nenhum fator positivo ou negativo que facilitasse ou predicasse a adoção de providências pelo gestor, tendo em vista que a natureza do expediente é apenas de comunicar à UJ sobre a regularidade de contas de gestores e as recomendações e determinações foram direcionadas à ANATAL e ao DPRF/MJ, pois fogem à alçada da gestão da UJ.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					002820
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	-	-	-	-	Ofício nº 3019/2012 – Secex/GO, de 30.01.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS					002820
Descrição da Deliberação					
“O Tribunal de Contas da União solicita que sejam designados pelo menos dois responsáveis pelo envio do Relatório de Gestão da UJ, devendo estes serem cadastrados junto ao Portal TCU. O prazo máximo para envio dos nomes foi de 15/02/2012.”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás					002820
Síntese da Providência Adotada					
<p>“Ofício nº 0312/2012/1ª SR/DPRF/MJ</p> <p style="text-align: right;">Goiânia/GO, 09 de Fevereiro de 2012</p> <p>Ao Senhor, Dr. Paulo Henrique Nogueira Secretário do TCU em Goiás Secretaria de Controle Externo – GO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO Av. Couto Magalhães, nº 277 – Setor Bela Vista CEP 74823-410 Goiânia/GO</p>					

<i>Senhor Secretário,</i>
1. <i>Em função do contido no Ofício nº 3019/2012 - Secex/GO, de 09 de fevereiro de 2012, a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal vem respeitosamente perante V. Sª informar os nomes dos servidores MARCELO GOMES MARTINS, chefe da Seção Adm e Financeira da 1ª SR/DPRF/MJ, inscrito no CPF sob o nº 471.987.451-72 e Murilo Morais, chefe da Substituto da Seção Adm e Financeira da 1ª SR/DPRF/MJ, inscrito no CPF sob o nº 448.918.491-34, como responsáveis pelo envio do Relatório de Gestão 2011 dentro do prazo limite estipulado pelo Anexo I da DN TCU nº 108/2010.</i>
2. <i>Os referidos servidores já possuem cadastro junto ao Portal do TCU conforme determinado.</i>
3. <i>Por fim, esclarecemos que o citado Relatório de Gestão 2011 está em fase inicial de elaboração, onde estamos aguardando informações importantes das áreas da UJ e que deverão compor seu conteúdo.</i>
<i>Respeitosamente,</i> JÚLIO SÉZAR GOMES FERREIRA <i>Superintendente da 1ª SRPRF/GO”</i>
Síntese dos Resultados Obtidos
Não se aplica, pois houve apenas uma informação.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não se aplica, pois não houve nenhum fato positivo ou negativo que tenha facilitado ou prejudicado a adoção da providência.

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

10.1.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não houve ocorrências no exercício de 2012.

10.1.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS			002820
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	-	-	Ofício – Circular nº 073/2012/GAB/CGU – Regional/GO, de 10.04.2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS			002820
Descrição da Recomendação			

<i>“A CGU – Controladoria Geral da União em Goiás comunica ao Superintendente da 1ª SRPRF/GO, Insp Júlio César Gomes Ferreira que realizará um treinamento no âmbito do Programa de Capacitação aos Gestores Federais, com o tema “Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Nível Básico, nos dias 13 a 15 de junho, em período integral.”</i>	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS	002820
Síntese da Providência Adotada	
Foram inscritos no treinamento os servidores Edvaldo Vieira Filho – Mat. 1465941, chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças e Roberto Ferreira Barbosa – Mat. 1502973, chefe do Núcleo de Patrimônio e Material.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não se aplica.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não se aplica.	

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS			002820
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201202137-001, 13/06/2012	1	Solicitação de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS			002820
Descrição da Recomendação			
<p><i>“1) Pregão 03/2012:</i> <i>Em análise ao Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2012, disponível no sítio do “Comprasnet”, verificou-se a inclusão de exigências, em relação à Qualificação Técnica, que podem gerar restrição de competitividade entre as empresas interessadas, em desacordo com o artigo 30 da Lei nº 8.666/93. Solicita-se, então, esclarecimentos técnicos da CPL da 1ª SRPRF quanto ao descrito a seguir, dentro do prazo máximo de 03 dias, haja vista a abertura da sessão estar programada para ocorrer em 20/06/2012:</i></p> <p><i>a) Exigência de técnico com cursos realizados junto à Motorola Industrial Ltda;</i> <i>Comentário CGU-R/GO: Em que pese os equipamentos da 1ª SPRF serem da marca Motorola, conforme descrito no Termo de Referência, não se vislumbrou justificativa técnica adequada para tal exigência. Soma-se a isso o fato do Edital já prever penalidade para o caso da empresa vencedora do certame fornecer empregado sem qualificação técnica para executar os serviços contratados.</i></p> <p><i>b) Exigência de experiência mínima de 01 (um) ano para o técnico a ser disponibilizado pela empresa;</i> <i>c) Exigência de que o funcionário esteja devidamente registrado na empresa.</i> <i>Comentário CGU-R/GO: da forma como redigida, esta exigência pareceu exigir do licitante que mantenha em seus</i></p>			

quadros um técnico com registro em carteira de trabalho, por exemplo. E, conforme entendimentos do Tribunal de Contas da União, um simples contrato de prestação de serviços, assinado pelas partes e regido pela legislação civil em vigor, seria suficiente para suprir a exigência de comprovação de vínculo empregatício para fins de participação de uma determinada empresa nas licitações com o poder público.

Prazo para Resposta: até 15/06/2012

Responder o questionário em anexo, em que as respostas apresentadas estarão passíveis de confirmação por meio de inspeção física e entrevistas in loco. Para as perguntas respondidas com “Não”, informar que medidas estão sendo tomadas no sentido de atendê-las. Caso ache necessário, manifeste-se quanto às boas práticas de TI que são executadas na 1ª SRPRF/GO. Registra-se, por fim, que o presente questionamento é uma atualização, com maior detalhamento, das respostas preenchidas pela 1ª SRPRF sem eu Relatório de Gestão 2011, quadro A.12.1.

Solicita-se, por fim, que as justificativas apresentadas pela 1ª SRPRF/GO, além do meio impresso, sejam encaminhadas, também, para o seguinte e-mail: fabrizio.vieira@cgu.gov.br.”

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS	002820

Síntese da Providência Adotada

“Ofício nº 1.150/2012/Gabinete/1ª SRPRF/GO/MGM

Goiânia/GO, 13 de Junho de 2012.

Ao Senhor

FABRIZIO DI ALMEIDA VIEIRA

Analista de Finanças e Controle

Coordenador da Equipe de Auditoria

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO EM GOIÁS

Goiânia(GO)

Senhor Coordenador,

1. Consoante o contido na SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA Nº 201202137-001, de 13/06/2012 seguem as justificativas a seguir, acerca dos tópicos 1) Pregão 03/2012 e 2) Tecnologia da Informação:

1) Pregão 03/2012:

Com relação às exigências editalícias constantes dos subitens 11.1.2 e 11.1.4, relativas à CAPACITAÇÃO TÉCNICO – PROFISSIONAL, informo que as mesmas, após análise e apreciação de alguns questionamentos feitos por empresas licitantes, foram excluídas do edital em referência e um novo edital foi reenviado ao site www.comprasnet.gov.br quando a equipe de auditoria poderá constatar.

As exigências feitas no Termo de Referência elaborado ainda em novembro de 2008 foram mantidas, todavia, com o passar do tempo, não revisamos tais exigências se ainda eram válidas e necessárias. De fato, a Seção Adm e Financeira, responsável pela elaboração dos editais, em análise junto com o Pregoeiro Oficial da UJ e com o chefe do Núcleo de Telemática, ponderaram e, por unanimidade, concordam plenamente com os apontamentos feitos por essa controladoria.

2) Tecnologia da Informação:

Com relação à Tecnologia da Informação informamos que, conforme consta do item 12.1. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI), constante da página 106 do Relatório de Gestão – 2011 da UJ 200121, o planejamento quanto as aquisições, segurança da informação, desenvolvimento e produção de sistemas e diretrizes sobre terceirização é centralizado na Coordenação Geral de Planejamento e Modernização/DPRF/MJ, sendo que a UJ não possui gestão sobre estas atividades, motivo do não preenchimento do Quadro A.12.1.

2. Por fim, colocamo-nos à disposição dessa equipe de auditoria para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, onde indicamos ainda o servidor Marcelo Gomes Martins – Matrícula 1072942, chefe da Seção Administrativa e Financeira, telefone 3216-8820 para atendimentos das demandas por parte da Controladoria Geral da União em Goiás, no que se refere a área de licitações e contratos.

Atenciosamente,

JÚLIO SÉZAR GOMES FERREIRA

“Superintendente da 1ª SRPRF/GO”

Síntese dos Resultados Obtidos

A solicitação foi atendida e as justificativas foram devidamente apresentadas no tempo devido, bem como os

encaminhamentos por e-mail e em meio físico junto à sede da CGU/GO.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve ocorrência de fator positivo ou negativo que tenha facilitado ou prejudicado a adoção da providência.

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS			002820
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201202137-002, de 19/06/2012	1 a 5	Solicitação de Auditoria
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS			002820
Descrição da Recomendação			
<p>“1) Pregão Eletrônico nº 01/2012 (SRP): <i>Pré-análise do resultado de certame em referência, realizada pela Sede da CGU em Brasília/DF, verificou que o vencedor dos itens 13, 20, 31, 35, 59 e 68, a empresa CHEVROMAIS – COMÉRCIO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES LTDA., CNPJ 09.017.325/0001-51, não se enquadra dentro do limite máximo de faturamento de R\$ 3.600.000,00 para Empresas de Pequeno Porte e Micro Empresas, estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006. Solicita-se maiores esclarecimentos dessa 1ª SRPRF sobre a suposta impropriedade verificada.</i></p> <p>2) Registro de Contratos no Comprasnet: <i>Em análise aos Contratos Administrativos, incluindo termos aditivos, celebrados pela 1ª SRPRF/GO, entre 01/01/2012 e 14/06/2012, não foi possível encontrar o registro dos Contratos 16/2012 e 17/2012, celebrados, respectivamente, com diana Paolucci SA Indústria e Comércio e Colup Ind. E Com. de Uniformes Ltda, no sítio do Comprasnet. Solicita-se correção ou o devido esclarecimento.</i></p> <p>3) Indicadores Institucionais: <i>Em análise aos indicadores institucionais descritos pela 1ª SRPRF/GO sem eu Relatório de Gestão 2011, não se localizou descrição pormenorizada quanto ao indicador “Procedimentos de Fiscalização”, vinculado ao Programa Finalístico 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.</i></p> <p>4) Restos a Pagar Não Processados a Liquidar: <i>Em consulta à base de dados do Siafi relativa a todo o exercício de 2011, com dados fechados até junho de 2012, identificaram-se ocorrências de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, descritos a seguir de acordo com amostra selecionada pela CGU-R/GO, que representa 82,53% do valor total da referida inscrição:</i></p>			
Conta-corrente Original	Natureza da Despesa	Descrição	Restos a Pagar Não – Proc a Liquidar
2011NE800597	449052	Equipamentos e Material Permanente	110.400,00
2011NE800608	339030	Material de Consumo	43.532,72
2011NE800617	339030	Material de Consumo	48.452,88
2011NE800647	339030	Material de Consumo	75.592,80
2011NE800576	449052	Equipamentos e Material Permanente	40.867,00
2011NE800590	449052	Equipamentos e Material Permanente	2.413,20

Fonte: 2011/2012.

Assim, solicita-se justificativas da 1ª SRPRF/GO para as ocorrências acima listadas, encaminhando eventual documentação comprobatória (fotocópias são aceitas), a fim de averiguações quanto aos seus enquadramentos nas exceções permitidas pelo Decreto nº 93.872/86, artigo 35.

5) Despesa x Programa/Ação

Em análise às notas de empenho emitidas entre 06/01/2012 e 13/06/2012, verificou-se **supostos** enquadramentos indevidos daquelas nos Programas/Ações que dão origem à despesa, conforme descrições a seguir:

Item	NE	Motivo
1	0000192	Despesa com diária para encontro nacional de agentes de infraestrutura predial 2012 na ação 20IC do Programa 2070.
2	800002 a 800006, 800018, 800023, 800028, 800045, 800046, 800145, 800230, 800232, 800258	Despesas com fornecimento de sinais telefônicos fixo, celular e internet e locação de impressoras e fotocopiadoras para 1ª SRPRF na ação 8698 do Programa 2070.
3	800009, 800274	Despesa com taxa de administração de combustível para a frota da 1ª SRPRF na ação 2723 do Programa 2070.
4	800047, 800186 e 800297	Despesa com pagamento de diárias a servidores da 1ª SRPRF por ocasião da Operação Sentinela na ação 20IC do Programa 2070.
5	800269	Despesa com taxa de administração para gerenciamento da manutenção de viaturas da 1ª SRPRF na ação 2723 do Programa 2070.
6	800110	Despesa com taxa de administração na contratação de empresa para manutenção de viaturas da 1ª SRPRF na ação 2723 do Programa 2070.
7	800116, 800224	Despesa com passagens aéreas no Programa 0663/Ação 14M3.

Fonte: Siafi 2012

Em relação às despesas descritas acima, faz-se as seguintes considerações:

a) Item 2: Tem-se o entendimento de que a Ação 8698 do Programa 2070 não faz relação com o fornecimento de sinal para o funcionamento dos equipamentos de TI, aparentemente mais adequado à Ação 2000 do Programa 2012, que traz em sua descrição, dentre outras atividades, a Tecnologia da Informação sob a ótica meio;

b) Itens 3, 5 e 6: Taxas Administrativas, a princípio, não fazem parte das despesas permitidas nas Ações descritas nas atividades-fim do DPRF;

c) Item 4: a descrição das atividades vinculadas à ação 20IC do Programa 2070 não contempla, a princípio, o pagamento de diárias a servidores;

d) Item 7: Não localizado, no Cadastro de Ações 2012, emitido pela Secretaria Federal de Orçamento, vinculada ao MPOG, o Programa 0663/Ação 14M3, utilizado para enquadramento das referidas Notas de Empenho.

Solicita-se, por fim, que as justificativas apresentadas pela 1ª SRPRF/GO, além do meio impresso, sejam encaminhadas, também, para o seguinte e-mail: fabrizio.vieira@cgu.gov.br; em arquivo editável.

Prazo para atendimento: 22/06/2012”

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS

002820

Síntese da Providência Adotada

“Ofício nº 1.203/2012/Gabinete/1ª SRPRF/GO

Goiânia/GO, 19 de Junho de 2012.

Ao Senhor

FABRIZIO DI ALMEIDA VIEIRA

Analista de Finanças e Controle

Coordenador da Equipe de Auditoria

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO EM GOIÁS

Goiânia(GO)

Senhor Coordenador,

1. Encaminho a V. S^a, consoante o contido na SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA Nº 2012-02137-002, de 19/06/2012 as justificativas feitas pelas áreas envolvidas.

2. Com relação aos itens 1, 2, 3 e 4, os esclarecimentos foram prestados pelo chefe da Seção Administrativa e Financeira, Inspetor Marcelo Gomes Martins (3216-8820) e com relação ao item 5, pelo chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças, Inspetor Edvaldo (3216-8834).

Atenciosamente,

JÚLIO SÉZAR GOMES FERREIRA

Superintendente da 1ª SRPRF/GO”

“Memorando nº 045/2012/SAF

Goiânia/GO, 20 de Junho de 2012.

Ao Superintendente

Inspetor Júlio Sézar Gomes Ferreira

Assunto: Solicitação de Auditoria nº 2012-02137 – 002, de 19/06/2012.

Senhor Superintendente,

1. Consoante o contido na SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA Nº 2012-02137 - 002, de 20/06/2012 seguem os esclarecimentos e as justificativas pertinentes, acerca dos seguintes tópicos:

1) Pregão 01/2012 (SRP):

Com relação a suposta impropriedade no não enquadramento dentro do limite máximo de faturamento de R\$ 3.600.000,00 para ME/EPP referente à empresa Chevromais – Comércio de Peças, Acessórios e Lubrificantes Ltda esclareço que a empresa, quando da participação no referido Pregão, declarou na sessão pública perante o Pregoeiro Oficial ser uma ME/EPP/Cooperativa conforme documento anexo obtido junto ao site www.comprasnet.gov.br. Da análise da documentação anexada percebe-se que a empresa é uma ME – Micro Empresa, todavia, ao analisarmos o Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada recentemente pela de nº 139/2011, observamos que de fato os novos valores da receita bruta, para fins de enquadramento, são de até R\$ 360.000,00 para ME e partindo deste valor até R\$ 3.600.000,00 para EPP – Empresa de Pequeno Porte.

Observamos ainda que no §1º do Art. 3º da referida Lei Complementar considera a receita bruta, para fins do disposto no caput do referido artigo, o produto da venda de bens e serviços (grifo nosso), ou seja, entendemos que se para fins do enquadramento no Inciso I do referido artigo a empresa teve uma receita bruta superior a R\$ 360.000,00, automaticamente ela se enquadraria no Inciso II, caso essa receita fosse maior que este valor. Todavia, presumiria que a empresa forneceria o bem (pneu) num montante superior a este, o que não posso deduzir, por tratar-se de uma Ata de Registro de Preços, ou seja, existe apenas a intenção de compra futura.

Como a Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão SRP nº 001/2012 foi firmada recentemente, somente no exercício seguinte é que a Receita Federal teria condições de aferir a receita bruta efetiva da empresa em função das vendas realizadas no exercício anterior. Como já mencionado, a ata de registro de preços é apenas uma intenção de compra, não há nenhuma garantia, nem para o Governo e nem para a Empresa que iremos adquirir o montante do valor registrado. Pode ser que, por falta de dotação orçamentária, se efetive a aquisição de apenas R\$ 290.000,00 em pneus, por exemplo. Ou seja, o enquadramento então voltaria para uma ME – Micro Empresa. Pode ocorrer ainda o oposto, como é um registro de preços para todas as Superintendências Regionais da Polícia Rodoviária Federal no país e se todas empenharem seus quantitativos aliando-se ainda ao fato de possíveis adesões (carona), oriundas de outros órgãos da Administração Pública, que aliás já ocorreram na referida ata, pode-se prever talvez que a receita bruta auferida pela empresa, ou seja, o produto da venda dos bens, ultrapasse por exemplo a R\$ 4.000.000,00 e a empresa fornecedora não enquadraria em ME e tampouco em EPP.

Somente no exercício de 2013 é que a Receita Federal poderá verificar a nova situação da empresa, se ME ou EPP ou nenhuma destas. Como informado no início, a empresa declara ao Pregoeiro, no momento da sessão pública que é uma ME/EPP/Cooperativa. Não há como Administração da 1ª SRPRF/GO conhecer a receita bruta da empresa uma vez que o fornecedor não efetuou a venda dos bens (receita bruta) no valor de R\$ 1.759.082,77 à 1ª SRPRF/GO e demais Superintendências Regionais, mas apenas e tão somente firmou uma ata que registra a

intenção futura de aquisições parceladas, sem nenhuma garantia que a venda se concretizará no seu todo.

Todavia, de forma diligente e visando o esclarecimento da situação do possível não enquadramento, enviamos e-mail à empresa para que ela mesma promovesse os esclarecimentos necessários, sendo-nos remetidos alguns documentos que consideramos importantes, visando subsidiar o entendimento por parte da nossa CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO em Goiás.

Desta feita, a empresa enviou-nos um documento onde a mesma protocoliza na data de 17/03/2011, uma solicitação de alteração de ME para EPP na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO PARANÁ – JUCEPAR, sendo a mesma aprovada.

Toda a documentação relativa ao fato encontra-se no ANEXO I.

2) Registro de Contratos no Comprasnet:

Com relação a estes registros, esclareço que os mesmos não são feitos no Comprasnet, até porque no próprio site www.comprasnet.gov.br não existe nenhum campo para inserção de contratos. Os mesmos eram registrados até junho de 2011 junto ao Portal da Transparência do Ministério da Justiça por servidor da 1ª SRPRF/GO devidamente habilitado e cadastrado. Ocorre que, com o advento do SIPAC – SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS, no âmbito do DPRF/MJ, desenvolvido e mantido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, abarcando ainda a Polícia Federal, todos os nossos contratos, termos aditivos, notas de empenho, extratos de publicação no DOU, etc são inseridos em formato .pdf, sem exceção.

Os comprovantes dos registros dos Contratos nº 16 e 17/2012, bem como suas respectivas Notas de Empenho e extratos de publicação no DOU – Seção 3 seguem no ANEXO II.

O Portal da Transparência do MJ informou que todos os dados dos contratos até então publicados no www.mj.gov.br > Transparência > Contratos, pertencentes ao DPRF/MJ, estão sendo importados diretamente do SIAPC a partir de julho de 2011.

3) Indicadores Institucionais:

Quanto aos Procedimentos de Fiscalização constantes dos Indicadores Institucionais mencionado no subitem 2.4.7. do Relatório de Gestão de 2011, informamos que estes procedimentos não possuem uma descrição pormenorizada, consistindo apenas, como o próprio nome diz, dos procedimentos pelos quais os policiais rodoviários federais realizam, nas rodovias federais, as abordagens a pessoas, veículos e os testes de alcoolemia (bafômetro), com a finalidade de fiscalizá-los, etc, com vistas a diminuir os índices de acidentes e de mortes nas rodovias. De fato os indicadores são apenas a Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais mensurados e apurados em decorrência dos procedimentos de fiscalização mencionados.

4) Restos a Pagar Não Processados a Liquidar:

QUADRO I

Conta-corrente Original	Natureza da Despesa	Descrição	Restos a Pagar Não-Proc a Liquidar	Contrato/Data assinatura	Prazo de Execução/Status
2011NE800597	449052	Equipamentos e material permanente	110.400,00	Ata de Registro de Preços nº 001/2011	02 meses/finalizando Instalação – procedimento moroso em função de definição das localidades
2011NE800608	339030	Material consumo	43.532,72	Contrato nº 007/12, de 04/01/2012	04 meses/entrega prevista para 05/07/12 – problemas na grade de numeração
2011NE800617	339030	Material consumo	48.452,88	Contrato nº 008/12, de 04/01/2012	04 meses/entrega prevista para Set/12 – empresa será penalizada
2011NE800647	339030	Material consumo	75.592,80	Contrato nº 010/12, de 03/01/2012	02 meses/atraso na entrega em função da grade de numeração. Problema causado pela Administração e não pela empresa.
2011NE800576	449052	Equipamentos e	40.867,00	Contrato nº	04 meses/material

		<i>material permanente</i>		011/12, de 04/01/2012	de entregue, aguardando liquidação e pagamento da NF.
2011NE800590	449052	<i>Equipamentos e material permanente</i>	26.413,20	Contrato nº 015/12, de 05/01/2012	01 mês/problemas sérios na entrega. Possivelmente a empresa será penalizada e a NE cancelada. Aguardando diretriz do DPRF/MJ em Brasília.

Observação: Todas as aquisições acima mencionadas, com exceção da primeira, onde atuamos por adesão, decorreram de Pregões SRP deflagrados ou pelo DPRF/MJ em Brasília/DF ou por alguma Superintendência Regional, em que a 1ª SRPRF/GO figurou como PARTICIPANTE no Pregão, por isso os prazos para entrega são mais dilatados dos que usualmente concedidos em editais, uma vez que a entrega envolve todo o território nacional.

Esclareço que todos os fornecimentos acima são de extrema importância para a 1ª SRPRF/GO e vão impactar diretamente na atividade finalística do órgão. Desta feita, acredito que a circunstância e a necessidade dos materiais enquadram-se nos Inciso I e II do Decreto nº 93.872/86. Visando a análise da importância dos materiais adquiridos em decorrência dos empenhos listados, relacionamos no quadro seguinte estes materiais:

QUADRO II

<i>Conta-corrente Original</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Descrição</i>	<i>Materiais</i>
2011NE800597	449052	<i>Equipamentos e material permanente</i>	<i>Enlace de dados por rádio digital ponto-a-ponto visando melhoria na comunicação de dados e voz entre os postos policiais.</i>
2011NE800608	339030	<i>Material de consumo</i>	<i>1.528 calças operacionais (fardamento) para todos os policiais no Estado de Goiás</i>
2011NE800617	339030	<i>Material de consumo</i>	<i>1.528 gandas operacionais (fardamento) para todos os policiais no Estado de Goiás.</i>
2011NE800647	339030	<i>Material de consumo</i>	<i>368 jaquetas policiais para uso de todos os policiais no Estado de Goiás.</i>
2011NE800576	449052	<i>Equipamentos e material permanente</i>	<i>60 coletes balísticos de tamanhos diversos para uso dos policiais.</i>
2011NE800590	449052	<i>Equipamentos e material permanente</i>	<i>92 aparelhos de comunicação tipo VOIP para uso da Superintendência, 7 Delegacias e 14 postos policiais.</i>

Acreditamos que a Inscrição em Restos a Pagar poderia ser evitada talvez não na totalidade, mas havendo um planejamento maior por parte da Unidade Orçamentária, no nosso caso o DPRF/MJ, facilitaria as ações das Unidades Gestoras. Esse fato ocorre todo fim de exercício e acredito que não seja somente no âmbito do DPRF/MJ.

Esclareço também que todos os contratos listados no QUADRO I encontram-se registrados no SIPAC, bem como suas respectivas Notas de Empenho e Extratos de Publicação junto ao DOU – 3.

2. Por fim, colocamo-nos à disposição da equipe de auditoria para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários para atendimento das demandas por parte da Controladoria Geral da União em Goiás.

Atenciosamente,

Marcelo Gomes Martins

Seção Administrativa e Financeira – Port. 1.470/2011”

“Ofício nº 1.216/2012/Gabinete/1ª SRPRF/GO/MGM

Goiânia/GO, 27 de Junho de 2012.

Ao Senhor
FABRIZIO DI ALMEIDA VIEIRA
 Analista de Finanças e Controle
 Coordenador da Equipe de Auditoria
 CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO EM GOIÁS
 Goiânia(GO)

Prezado Senhor,

1. Consoante o contido na SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA Nº 201202137-002, de 19/06/2012 seguem as justificativas a seguir; acerca do tópico 5) Despesa x Programa/Ação, exaradas pela nossa DIVISÃO DE PLANEJAMENTO do DPRF/MJ em Brasília:

2. Segundo a DIPLAN/DPRF/MJ, nossa Divisão responsável pelas descentralizações orçamentárias e financeiras, em relação às despesas descritas no quadro constante do Item 5) Despesa x Programa/Ação, faz-se necessário promover os seguintes esclarecimentos à CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO em Goiás:

ITEM 1: As despesas com diárias e passagens do Encontro Nacional de Agentes de Infraestrutura Predial estão vinculadas ao Plano Interno FRONTEIRA17 - REFORMA E CONTRUCAO DE UNIDADES, no qual devem ser apropriadas as despesas decorrentes da execução de reformas e construção de bases policiais e Delegacias de Polícia existentes em área de fronteira, previstas no Descritor da Ação. No aludido evento, serão traçadas diretrizes para execução dos recursos previstos para tal finalidade, bem como será proporcionada capacitação para os gestores atuarem na instrução dos processos licitatórios, em especial na elaboração dos Projetos Básicos/Termos de Referência e na fiscalização das obras.

ITEM 2: A PRF concentra todas as despesas com TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação em uma única ação, por entender que tal procedimento viabiliza maior controle na execução das citadas despesas. Entendemos que as despesas com sinais telefônicos fixo, celular e internet e locação e impressoras e fotocopiadoras para 1ª SPRF estão relacionadas ao seguinte item do Descritor da Ação 8698: ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão.

ITENS 3, 5 e 6: As despesas citadas pelos apontamentos da Auditoria estão relacionadas à manutenção e abastecimento da frota, previstas no Descritor da Ação 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais. Entendemos não ser coerente apropriar parte da despesa em outra ação orçamentária.

ITEM 4: Os recursos previstos para cobrir as despesas decorrentes da Operação Sentinela foram alocados inicialmente na Ação 20IC na LOA/2012. No entanto, não serão mais alocados recursos para tal finalidade na citada ação. Esclarecemos ainda que durante a fase quantitativa da elaboração da proposta orçamentária de 2012, o cadastro da ação ainda estava sendo formulado.

ITEM 5: O cadastro da ação 14M3 não consta na LOA 2011, nem na LOA 2012, pois trata-se crédito especial concedido em 2011 e reaberto em 2012. Lembramos que a responsabilidade em manter o cadastro de ações atualizado é da SOF/MP - Secretaria de Orçamento Federal. Os recursos destinados à PRF são para cobrir essencialmente as despesas com diárias, passagens, manutenção e abastecimento da frota, aquisição de materiais e equipamentos específicos de fiscalização e policiamento.

3. Qualquer esclarecimento adicional informo que estamos totalmente à disposição dessa CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO em Goiás.

Atenciosamente,
JÚLIO SÉZAR GOMES FERREIRA
 Superintendente Regional"

Síntese dos Resultados Obtidos

A solicitação foi atendida e as justificativas foram devidamente apresentadas no tempo devido, bem como os encaminhamentos por e-mail e em meio físico junto à sede da CGU/GO.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não houve ocorrência de fator positivo ou negativo que tenha facilitado ou prejudicado a adoção da providência.

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

10.1.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não houve ocorrências no exercício de 2012.

10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A UJ não possui em seu organograma uma área encarregada especificamente da atuação da Unidade de Auditoria Interna. Esta estruturação se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, por intermédio da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MJ. Esta UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle encontra-se estruturado no âmbito do DPRF/MJ, a qual esta UJ é subordinada. O DPRF/MJ criou o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização – GAAP, que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada, encaminhando às UJs as demandas referentes a seus atos de gestão internos.

Cabe ressaltar que a Direção do DPRF/MJ, em Brasília, nossa Alta Gerência, tem não tem poupado esforços no sentido de dotar a instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme projeto de reestruturação do DPRF/MJ, cujas tratativas encontravam-se em análise na Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para posterior encaminhado à Casa Civil da Presidência da República.

10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

O objetivo deste tópico é o de obter informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento, pelas unidades jurisdicionadas (UJ), das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no Art. 1º da Lei nº 8.730/93.

10.3.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
-	-			
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1	1	1
-	Entregaram a DBR	-	-	-
-	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
-	Entregaram a DBR	-	-	-

-	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	32	14	25
-	Entregaram a DBR	32	14	25
-	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Fonte: SRH - Seção de Recursos Humanos – 1ª SRPRF/GO				

10.3.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

Segundo os registros de recebimento da DBR existentes nesta UJ, todos os servidores obrigados a entregar da mesma no exercício de 2012, cabendo a execução da atividade de recebimento dos formulários à SRH/1ª SRPRF/GO. O trato com a informação de entrega das declarações de bens dos servidores da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encontra-se a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que criou um formulário nominado "Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física", encaminhado aos servidores.

Toda a documentação através da impressão da declaração, incluindo o recibo de envio, com os arquivos digitais da declaração e do recibo são gravados por meio digital e arquivados, conforme Estatuto dos Servidores Públicos aplicado à PRF. Com exceção de 01 (um) servidor, que preferiu entregar em meio físico a DBR, os demais autorizaram o acesso a declaração de ajuste anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

10.4. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

A finalidade do tópico é a de obter dos gestores responsáveis a declaração de que a totalidade dos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres tem seus dados inseridos e atualizados nos bancos de dados dos Sistemas Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e de Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, nos termos da Lei nº 12.465/2011.


10.4.1. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **MARCELO GOMES MARTINS, CPF nº 471.987.451-72**, Policial Rodoviário Federal, chefe da Seção Administrativa e Financeira – FG-01, exercido na 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Goiânia/GO, 31 de março de 2013.


MARCELO GOMES MARTINS
 CPF 471.987.451-72
 Policial Rodoviário Federal/1ª SRPRF/GO

11. PARTE A – ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012**11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

O objetivo deste tópico é o de levantar informações quanto à elaboração e à fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis elaboradas pelas UJ, bem como acompanhar a implementação dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

No âmbito da UJ, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU/GO realiza nossas avaliações dos Bens Imóveis da União, todavia, o Núcleo de Patrimônio e Material desconhece se os servidores desta Secretaria, ao realizar as avaliações em 2011 ou em anos anteriores, adotaram ou não as normas de contabilidade aplicáveis (NBC T 16.9 e NBC T 16.10).

A UJ não possui servidores capacitados na área e tampouco uma área gerenciada por servidores contadores. A Setorial de Contabilidade, no âmbito de nosso órgão central e UJ subordinadas, concentra-se junto ao edifício-sede do Ministério da Justiça em Brasília.

11.1.1. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A Unidade Jurisdicionada está em desacordo com as normas vigentes em se tratando de Reavaliação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos. Tal fato já foi apontado em auditorias realizadas tanto pela CGU/GO como pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça.

A UJ não possui um sistema que promova a depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos.

A situação foi repassada ao nosso Órgão Central em Brasília/DF e nos informaram que só será possível o atendimento da demanda após a implantação do SIPAC – SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS. Assim, informamos que esta UJ deverá contatar a SPU/GO para a realização das adequações apontadas.

11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta declaração visa evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis da Unidade Jurisdicionada.

11.2.1. DECLARAÇÃO PLENA

Não houve ocorrências no exercício de 2012.

11.2.2. DECLARAÇÃO COM RESSALVA

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		Código da UG	
Denominação completa (UJ)		200121	
1º SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 106- FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.; b) 115- FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/BE.MJ
Coordenador

11.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008

Não se aplica.

11.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976

Não se aplica.

11.5. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Não se aplica.

11.5.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL COMO INVESTIDA

Não se aplica, motivo pelo não preenchimento do Quadro A.11.3.

11.5.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA

Não se aplica, motivo pelo não preenchimento do Quadro A.11.4.

11.6. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Não houve ocorrências no exercício de 2012.

12. PARTE A – ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

12.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Este tópico se destina a colher informações que o gestor considere relevantes e que não estão contempladas nos itens e subitens anteriores deste Relatório de Gestão.

12.1.1. NURAM – NÚCLEO DE REGISTRO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA - SPF

Resumidamente, o Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária atua de forma a coordenar, planejar, orientar e executar as atividades de saúde ao longo das rodovias federais. Mesmo com atribuições extensas, um fato que ainda prejudicou substancialmente o bom desempenho do planejamento das atividades de saúde foi o baixo efetivo de policiais rodoviários federais, mesmo com concursos anuais para provimento de seus quadros.

O que tem contribuído ainda para o bom desempenho da Polícia Rodoviária Federal no cumprimento da atividade fim, além da intensificação de sua presença ostensiva nas rodovias, são os trabalhos de conscientização e educação para o trânsito, desenvolvidos junto às instituições de ensino e às empresas privadas no ramo de transporte de pessoas e de cargas, bens e valores, através das constantes palestras e seminários sobre segurança no trânsito intuito de conscientizar a população sobre sua responsabilidade no trânsito.

A intensificação dos comandos nos feriados prolongados com o apoio do efetivo da sede da 1ª SRPRF/GO e o bom trabalho da mídia regional, tem realmente colaborado com a diminuição do índice de acidente, mortos e feridos nas rodovias do estado de Goiás.

Outro fator que continua contribuindo na queda do índice de acidente foi a colocação dos radares eletrônicos ao longo dos perímetros urbanos e nos pontos negros das rodovias federais/GO.

TABELA 48 - ACIDENTES/MORTOS/ FERIDOS

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%) 2011/2012
ACIDENTES REGISTRADOS	4985	5629	6030	5999	5822	-2,95
MORTOS	270	314	363	346	358	3,47
FERIDOS GRAVES/LEVES	2910	3962	4338	4062	3920	-3,5
ACIDENTES SEM VÍTIMAS	2774	3090	3212	3378	3214	-4,85
ACIDENTES COM VÍTIMAS	2005	2258	2532	2362	2545	7,75
ACIDENTES COM MORTOS	206	250	286	259	270	4,25

VEÍCULOS ENVOLVIDOS	7980	9052	8349	9427	9912	5,14
OCUPANTES ENVOLVIDOS	17336	10508	11345	10508	12806	21,87

Fonte: NURAM - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária/1ª SRPRF/GO

GRÁFICO 10 - NÚMERO DE MORTOS – 2006 - 2012

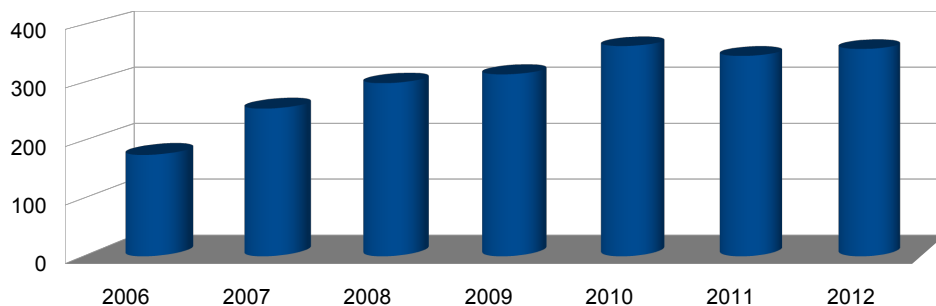


GRÁFICO 11 - NÚMERO DE FERIDOS – 2006 - 2012

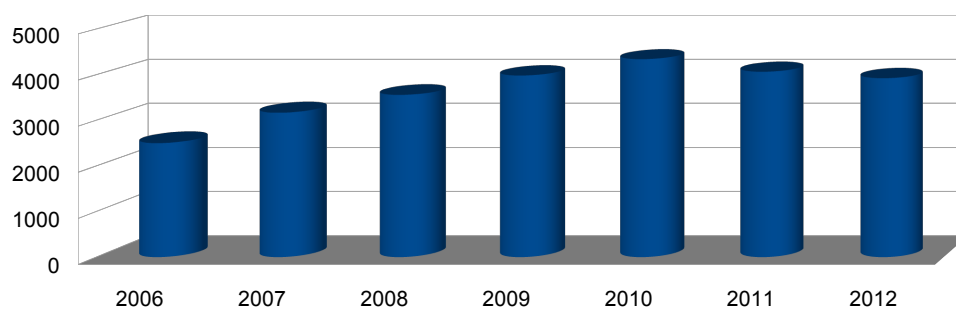


GRÁFICO 12 - NÚMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS – 2006 - 2012

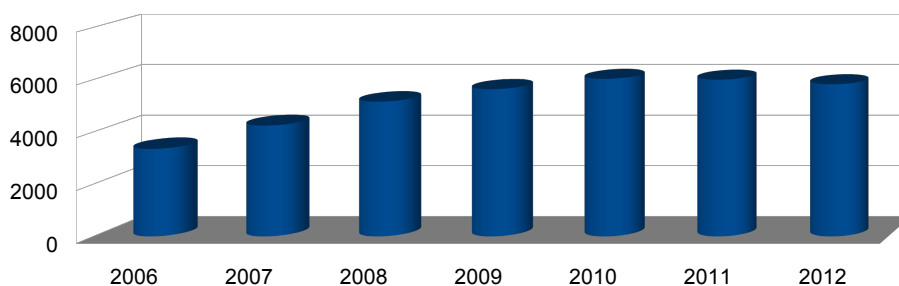


TABELA 49 - DETALHAMENTO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

TIPOS DE ACIDENTE		TRAÇADO DA VIA		DADOS DOS CONDUTORES	
Colisão Traseira	1669	Reta	4529	Masculino	5487
Colisão Lateral	936	Curva	958	Feminino	927
Colisão Frontal	222	Cruzamento	335	Não Identificado	304

Colisão Transversal	548	Não Definido	0	TOTAL	6718
Colisão c/ Objeto Fixo	181	TOTAL	5822	DADOS DAS VÍTIMAS	
Colisão c/ Bicicleta	22	TIPOS DE VEÍCULOS		MORTOS – SEXO	
Atropelamento de Pessoa	99	Bicicleta	34	Masculino	280
Atropelamento de Animal	139	Motoneta	105	Feminino	75
Tombamento	192	Motocicleta	810	Não informado	3
Capotamento	290	Ciclomotor	29	TOTAL	358
Incêndio	33	Automóvel	3528	MORTOS – CONDIÇÃO	
Saída de Pista	1176	Camionetes	1176	Condutor	197
Danos Eventuais	29	Micro ônibus	42	Passageiro	129
Colisão c/ Objeto Móvel	56	Ônibus	164	Pedestre	31
Queda de Motocicleta	212	Caminhão	1106	Outros	1
Derramamento de Carga	18	Reboque/Semirreboque	9	TOTAL	358
TOTAL	5822	Caminhão Trator	1325	FASES DO DIA	
FATORES CONTRIBUINTES		Tração Animal	2	Amanhecer	299
Velocidade Incompatível	366	Máquina Agrícola	7	Pleno Dia	3473
Ultrapassagem Indevida	204	Não Identificado	65	Anoitecer	418
Ingestão de Álcool	296	outros	64	Noite	1632
Desobediência à Sinalização	232	TOTAL	8466	Não Informado	0
efeito Mecânico no Veículo	315			TOTAL	5822
Defeito na Via	114	Bom	3182	RESUMO	
Animais na Pista	140	Sol	831	Total de Acidentes s/ Vítimas	3214
Falta de Atenção	1936	Nevoeiro/Neblina	27	Total de Acidentes c/ Feridos	2545
Dormindo	240	Chuva	873	Total de Acidentes c/ Mortos	270
Distancia de Segmento	525	Vento	17	Total de Acidentes	5822
Outras	2981	Nublado	737	Total de Veículos Envolvidos	9912
TOTAL	5822	Céu Claro	3182	Total de Feridos	3920
		ignorado	155	Total de Mortos	358
		Granizo	0	Total de Ilesos	8528
		TOTAL	5822	Total Ocupantes Envolvidos	12806

Fonte: NURAM - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 1ª SRPRF/GO

12.1.2. NUAAT – NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO - GABINETE

O Núcleo de Apoio Técnico atua de forma genérica, visando respaldar técnica e juridicamente as decisões do Superintendente. O NUAAT acompanha os processos judiciais em que há o envolvimento da 1ª SRPRF/GO, além de elaborar e orientar a confecção de documentos a serem assinados pelo Superintendente.

Presta o auxílio jurídico necessário junto às diversas áreas de atuação da 1ª SRPRF/GO, manifestando-se e orientando acerca dos questionamentos encaminhados, proporcionando a necessária segurança na execução dos atos administrativos do órgão, dentre outras funções estabelecidas no Regimento Interno do DPRF (Portaria nº 1.375/2007/MJ).

O ano de 2012 foi proveitoso para o NUAT obtendo os seguintes resultados:

TABELA 50 – DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELA ÁREA TÉCNICA DA UJ

Nº	ATO	DESTINATÁRIO	QTDE - 2012	QTDE - 2011
01	Ofícios	Procuradoria da União - AGU	35	42
		Núcleo de Assessoramento Jurídico - AGU	15	13
		Justiça Federal	05	26
		Justiça Estadual	18	06
		Justiças especializadas (Trabalho, Eleitoral, Militar, Juizado Especial, etc)	03	05
		Ministério Público Federal	14	04
		Ministério Público Estadual	03	01
		Polícia Civil	04	02
		Polícia Militar	02	03
		Polícia Federal	03	02
		Departamento Estadual de Trânsito	02	01
		Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes	05	04
		Diversos	37	26
		TOTAL		146
02	Mandados de Segurança	ANTT	08	21
		Multas aplicadas pela PRF	06	04
		Outras	05	01
		TOTAL	19	26
03	Outras ações judiciais	Diversos órgãos jurisdicionais	-	06

04	Orientações Técnicas	Diversos	22	34
05	Recursos de decisão da JARI	JARI	03	07
	Despacho – Decisão da JARI	JARI	72	321
06	Processo para Aplicação de Sanção por descumprimento contratual - licitações	SAF	03	05
07	Memorandos	Diversos	36	31
08	Portarias	Superintendente	80	75
09	Despachos	Diversos	95	30
10	Boletins de Serviço	Superintendente	66	64
11	Recursos de multas recebidas pelas viaturas da 1ª SR	Diversos	05	03

Fonte: NUAT – Núcleo de Apoio Técnico – 1ª SRPRF/GO

No ano de 2012, ao contrário dos anos anteriores, houve diminuição na demanda judicial em virtude de Mandados de Segurança impetrados por empresas de transporte de passageiros contra as retenções de ônibus de transporte interestadual que transitavam irregularmente, cuja liberação é condicionada ao pagamento de transbordo, conforme legislação da ANTT, ao contrário dos Mandados de Segurança contra a imposição da penalidade imposta pela 1ª SRPRF/GO referente às infrações de trânsito. Ressaltamos que a queda no número de ofícios expedidos à Justiça Federal, ocorreu em função da instalação do processo virtual no âmbito do TRF.

O grande decréscimo na quantidade de recursos contra às decisões da JARI verificado no ano de 2011 e repetido no ano de 2012, deve-se à assessoria prévia que este núcleo tem prestado no sentido de solucionar as dúvidas jurídicas nos membros da comissão, sem, contudo, interferir em sua autonomia funcional e decisória. Nesse contexto, caiu de 328 para 75 o número de recursos deferidos pela JARI e de 07 para 03 o número de recursos elaborados em razão das decisões do órgão julgador em comento.

Foram prestadas informações às Delegacias, Núcleos e Seções da 1ª SRPRF/GO, além de solicitações do DPRF, conforme foram surgindo as respectivas demandas. Foram prestadas diversas informações ao Poder Judiciário, Ministério Público Federal e Estadual, e outros órgãos, acerca de questões envolvendo as atribuições da Polícia Rodoviária Federal.

Para o ano de 2013, o principal objetivo do NUAT/GO é operacionalizar a lavratura de TCO's pela PRF em razão do Termo de Cooperação Técnica nº 009/2012 firmado entre a 1ª SRPRF/GO e o MP/GO.

12.1.3. NUDOC – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO - SAF

No exercício de 2012, o Núcleo de Documentação teve como metas e resultados o que segue:

TABELA 51 – META E RESULTADO DA ÁREA DE PROTOCOLO DA UJ

META	RESULTADO
1. Manutenção da locação de máquinas multifuncionais para reprografia e impressão de documentos.	Alcançado.
2. Manutenção do contrato de serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada (malote).	Alcançado.
3. Manutenção do contrato de serviços postais, telemáticos e convencionais.	Alcançado.
4. Reorganização do arquivo documental da 1ª SRPRF/GO.	Alcançado parcialmente, em função das restrições orçamentárias para compra de prateleiras para armazenamento dos processos e falta de espaço físico.

Fonte: NUDOC – Núcleo de Documentação – 1ª SRPRF/GO

As atividades desenvolvidas internamente pelo núcleo foram:

TABELA 52 – ATIVIDADES DE PROTOCOLO

DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES - 2012	QTDE
Processos Autuados	8954
Processos Registrados	8954
Malotes Enviados DPRF/MJ	95
Malotes Recebidos DPRF/MJ	95
Total Fotocópias e Impressões	40792
Portarias Expedidas	182

Fonte: NUDOC - Núcleo de Documentação - 1ª SRPRF/GO

12.1.4. NUINT – NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA – GABINETE

O Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal visa, além de atender ao descrito na Portaria Ministerial nº 1.375, de 2007, Artigo 78, desenvolver trabalhos de inteligência, buscando a prevenção e combate aos crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se referem aos assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos. Além do constante acompanhamento de movimentos sociais e de combate à exploração sexual infantojuvenil, ao longo da circunscrição das rodovias federais.

A área de inteligência do órgão atua de forma sigilosa, no sentido de planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência da instituição. Tem como objetivo principal as atividades

de inteligência na atuação preventiva do combate ao crime organizado nas suas mais diversas formas, dando subsídios para que o órgão promova suas ações policiais de segurança pública, buscando combater de modo eficaz o crime, seja o assalto a ônibus, roubo de cargas, etc.

Dentro desse objetivo, o Núcleo de Inteligência da UJ, promove e mantém o intercâmbio em atividades com as áreas de inteligências da própria instituição em outros estados da União, da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Goiás, além do DPF em Goiás, ABIN/GO, Receita Federal em Goiás e Forças Armadas, e ainda promove o suporte às demandas oriundas do Ministério Público Estadual em Goiás. As atividades de inteligência desenvolvidas recentemente pela PRF/GO têm logrado grande êxito no combate ao crime. Os resultados destas ações, embora tenha havido restrições orçamentárias, limitações de pessoal e de meios de trabalho (viaturas adequadas, equipamentos etc), podem ser considerados bastante positivo.

No exercício de 2012 houve a execução das seguintes atividades:

a) 16 (dezesesseis) Planos de Operações de Inteligência – documentos de inteligência, que estabelecem o foco da atuação sobre um determinado assunto. Tratam de assuntos relativos ao narcotráfico, roubo de carga e veículo de carga, assalto a ônibus, combate à exploração sexual infanto-juvenil, contrabando e descaminho, dentre outros pertinentes à criminalidade dentro do Estado de Goiás e seus vizinhos;

b) 19 (dezenove) Ordens de Missão – documentos de inteligência que motivam um deslocamento para cumprimento de um determinado trabalho. Normalmente é vinculado a um plano de operação anteriormente estabelecido, do mesmo modo sendo usual a confecção da mesma quantidade de relatórios de missão;

c) 27 (vinte e sete) Relatórios de Inteligência – documentos de inteligência que sintetizam a produção do conhecimento elaborado, proveniente das informações resultantes dos relatórios de missão ou de assuntos de interesse e/ou relevância;

d) 49 (quarenta e nove) Mensagens – documentos de inteligência, que tratam de uma transmissão de uma informação ou dado com maior urgência, interesse ou relevância;

e) 17 (dezessete) deslocamentos de PRFs para atendimento à convocações determinadas pela Coordenação de Inteligência/DPRF; e

f) 09 (nove) deslocamentos de PRFs para atendimento à convocações determinadas pela Coordenação de Ensino/DPRF.

Em 2012, houve relevante participação de policiais do NUINT/1ªSRPRF/GO, em demandas oriundas do DPRF, como a Conferência Rio +20, e do Curso de Formação da Turma do Concurso PRF 2009. Os principais dispêndios públicos das ações do NUINT/1ªSRPRF/GO, ocorreram com o pagamento de diárias e passagens aéreas aos servidores em decorrência das várias Ordens de Missão.

12.1.5. NMP – NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES – SPF

O Núcleo de Multas e Penalidades assumiu outras atribuições, em parte por serem relativas às competências regimentais ou um prolongamento delas, em parte porque detém

experiência em atividade correlata. No grupo das atribuições extrarregimentais, destacam-se as seguintes:

- Cadastrar servidores da Polícia Rodoviária Federal no Serviço Federal de Processamento de Dados;
- Habilitar servidores da Polícia Rodoviária Federal nos sistemas Registro Nacional de Carteiras de Habilitação e Registro Nacional de Veículos Automotores;
- Orientar, controlar e executar as atividades relativas às autuações referentes ao convênio com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, mormente os de transporte interestadual de passageiros e do registro nacional dos transportadores rodoviários de carga. Aqui se incluem a atualização e interpretação da legislação correlata; controle e distribuição dos talonários de autos de infração; elaboração de mapas gerenciais e demonstrativos de autuações; e preparação das informações técnicas atinentes aos processos judiciais; e
- Orientar, controlar e executar as atividades relativas às autuações referentes à venda de bebidas alcoólicas às margens das rodovias federais. Aqui se incluem a atualização e interpretação da legislação correlata; elaboração de mapas gerenciais e demonstrativos de autuações; e preparação das informações técnicas atinentes aos processos judiciais.

Todas estas atividades que o Núcleo de Multas e Penalidades exerce visam colaborar para que a Polícia Rodoviária Federal tenha sucesso no cumprimento da sua missão: *“Fiscalizar diariamente mais de 61 mil quilômetros de rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção.”*

Para que a circulação de pessoas e bens pelas rodovias federais seja segura, além de uma adequada estrutura viária, é necessário que todos aqueles que as utilizam observem as regras estipuladas no ordenamento jurídico, especialmente na legislação de trânsito. Com este intuito, a Polícia Rodoviária Federal trabalha em três frentes: *educação dos usuários das rodovias, prevenção e repressão das infrações de trânsito*. O Núcleo de Multas e Penalidades tem papel relevante em todas elas.

Na educação, o Núcleo de Multas e Penalidades fornece dados estatísticos para a elaboração de campanhas ou para divulgação na mídia televisiva e impressa, cujos objetivos mais comuns são comunicar ao público em geral alguma alteração na legislação, relatar as infrações de trânsito com maior potencial de causar acidentes e alertar sobre a grave situação enfrentada nas vias públicas diante a imprudência e irresponsabilidade de muitos dos seus usuários.

Trabalhando na prevenção das infrações de trânsito, o Núcleo de Multas e Penalidades abastece os setores responsáveis por gerir o policiamento e fiscalização com as estatísticas sobre as infrações cometidas. Mapeando a incidência das infrações, é possível planejar o policiamento e a fiscalização e direcioná-los para determinados horários e locais, tornando-os mais eficientes.

Apesar de colaborar nas duas etapas anteriores, é na repressão às infrações de trânsito que o Núcleo de Multas e Penalidades revela-se mais essencial na consecução da missão da Polícia Rodoviária Federal de promover a segurança no trânsito. A ocorrência da infração de trânsito é registrada pelo policial rodoviário federal num auto de infração. Contudo, para que o infrator seja penalizado, é necessário antes a execução de um procedimento administrativo de imposição de

penalidade, composto de diversos atos e formalidades, em que se deve preservar sempre o direito de defesa do autuado. O Núcleo de Multas e Penalidades participa, direta ou indiretamente, de todas as etapas desse procedimento administrativo de imposição de penalidade. Sem este setor, o trabalho de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal seria infrutífero.

Feitas essas considerações, é importante verificar os ANEXOS II, III e IV, que expressam números importantes acerca das atividades realizadas pelo Núcleo de Multas e Penalidades no ano de 2012, de modo a possibilitar uma parca visualização do trabalho realizado neste núcleo. É preciso ressaltar que a percepção que se extrai dessas estatísticas não reflete a exata realidade, pois muitas das atividades que são realizadas pelo Núcleo de Multas e Penalidades não têm condições de serem registradas em números.

12.1.6. DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO REALIZADAS PELA UJ DURANTE O EXERCÍCIO

Em 2011 foram realizadas 22 (vinte e duas) despesas nas modalidades Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. No exercício de 2012 foram realizadas 16 (dezesesseis) destas despesas, fato que representa uma redução de cerca de 28 % (vinte e oito por cento) deste tipo de dispêndio. Temos que a dispensa é uma exceção à regra de contratação, devendo ser evitada ao máximo, optando-se pela realização do Pregão Eletrônico. A partir de 2013, será intensificado o uso da Cotação Eletrônica como ferramenta de aquisições mais ágil e menos burocrática. No exercício de 2012 não houve a ocorrência de cotação eletrônica.

Para exemplificar os casos de dispensa e inexigibilidade, citamos o fornecimento de energia elétrica, saneamento básico, publicação de matérias junto ao Diário Oficial da União, licenciamento anual de veículos oficiais, aferição de equipamentos pelo INMETRO (radares, bafômetros e balanças de pesagem), serviços executados com exclusividade por estatais que detêm sua concessão. Abaixo segue a relação de todas as dispensas e inexigibilidade de licitação realizadas em 2012.

TABELA 53 - DISPENSAS DE LICITAÇÃO – 2012

Nº	PROCESSO	FORNECEDOR - ASSUNTO	CNPJ	VALOR
001/2012	08.662.006.468/2011-97	Garfilm Insulfilm Imperm e Tapetes Ltda	04.778.125/0001-06	R\$ 2.332,80
002/2012	08.662.000.377/2012-29	Markos Comunicação Visual	05.965.635/0001-47	R\$ 2.011,60
003/2012	08.662.007.608/2011-44	Top Net Soluções Inteligentes Ltda	07.012.664/0001-10	R\$ 2.452,50
004/2012	08.662.001.321/2012-91	SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE	73.471.963/0064-20	R\$ 1.800,00
005/2012	08.662.000.167/2012-31	CHAVEIRO BOUGAINVILLE LTDA.	05.444.743/0001-74	R\$ 5.670,00
006/2012	Não cadastrada			
007/2012	08.662.003.816/2012-55	OI – BRASIL TELE COM S/A	76.535.764/0001-43	R\$ 7.998,85
008/2012	08.662.004.326/2012-76	PRS – PROJETOS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	06.265.390/0001-08	R\$ 6.182,40

009/2012	08.650.001.087/2012-31.	Expresso Alencar Transportes Ltda - ME	12.826.554/0001-21	R\$1.490,00
010/2012	Não cadastrada			
011/2012	08.662.005.849/2012-30	Expresso Alencar Transportes Ltda	12.826.554/0001-21	R\$ 4.200,00
012/2012	08.662.006.181/2012-48	R.A. De Figueiredo (ACONSULT – Treinamento & Eventos	08.116.955/0001-10	R\$ 1.250,00
013/2012	08662006746/2012-97	Parreira e Marques LTDA-EPP	Parreira e Marques LTDA-EPP	R\$ 2.500,00

Fonte: NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais - 1ª SRPRF/GO

TABELA 54 - INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO – 2012

Nº	PROCESSO	FORNECEDOR – ASSUNTO	CNPJ	VALOR
001/2012	08.662.001.980/2012-28	Ribco do Brasil Importação e Exportação Ltda EPP-Contratação de serviço para manutenção e calibração de etilômetro (bafômetro), marca/modelo Intoximeters/ Alco Sensor IV, bem como de seus acessórios, pertencentes a 1ª SR/DPRF/MJ.	05.591.590/0001-98	R\$ 39.355,00
002/2012	08.662.001.980/2012-28	Ribco do Brasil Importação e Exportação Ltda EPP-Contratação de aquisição de peças para manutenção e calibração de etilômetro (bafômetro), marca/modelo Intoximeters/ Alco Sensor IV, bem como de seus acessórios, pertencentes a 1ª SR/DPRF/MJ.	05.591.590/0001-98	R\$ 22.665,00
003/2012	Não cadastrada			
004/2012	08.662.005.658/2012-78	J.CAMARA & IRMÃOS S/A	01.536.754/0001-23	R\$ 478,80
005/2012	08.662.004.534/2010-11	IN – IMPRENSA NACIONAL-Aquisição de serviço de publicação de matérias oficiais de interesse da 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO	04.196.645/0001-00	R\$ 26.956,57

Fonte: NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais - 1ª SRPRF/GO

12.1.7. CONTRATOS CELEBRADOS NO EXERCÍCIO PELA UJ

No exercício de 2012 foram celebrados 47 (quarenta e sete) contratos, originados de Pregões Eletrônicos deflagrados pela UJ ou por participação ou adesão a Pregões Eletrônicos deflagrados por outros órgãos que integram a Administração Pública Federal, conforme detalhamento a seguir:

TABELA 55 - CONTRATOS CELEBRADOS PELA UJ

Nº DO CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	VALOR GLOBAL
----------------	--------	------------	--------------

001/2012	Contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e rodoviárias a serem utilizadas pela 1ª SRPRF/GO.	DISTAK AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	102.000,00
002/2012	Automóvel marca: Peugeot – Modelo: Boxer Minibus 2.3, 16 lugares.	PRESTIGE VEÍCULOS LTDA	85.499,00
003/2012	Caixa Protetora para Equipamento Eletrônico – Rack 42U.	SAFESYSTEM INFORMÁTICA LTDA	11.898,00
004/2012	Aquisição de equipamento de informática para atender às necessidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações, exigências, condições e quantitativos estabelecidos no Edital.	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA	57.959,00
005/2012	Aquisição de equipamento de informática para atender às necessidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações, exigências, condições e quantitativos estabelecidos no Edital.	CAMPOTEL COMÉERCIO ELETRO – FONIA LTDA	6.740,00
006/2012	Aquisição de equipamento de informática para atender às necessidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações, exigências, condições e quantitativos constantes no Edital.	RRL COMÉRCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMÁTICA LTDA	1.161,00
007/2012	Contratação de empresas especializadas no fornecimento de Uniformes Operacionais.	DIANA PAOLUCCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.	43.532,72
008/2012	Contratação de empresas especializadas no fornecimento de Uniformes Operacionais	COLUP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA	48.452,88
009/2012	Contratação de empresas especializadas no fornecimento de Uniformes Operacionais.	FNG CONFECÇÕES LTDA	11.460,00
010/2012	Contratação de empresas especializadas no fornecimento de Uniformes Operacionais.	ESPECIALISTA CONFECÇÕES LTDA	75.592,80
011/2012	Aquisição de coletes balísticos nível III-A de uso policial.	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	40.867,00
012/2012	Aquisição de Monitores de Vídeo.	Houter do Brasil Ltda	13.271,00
013/2012	NÃO CELEBRADO		
014/2012	Contratação de empresas especializadas no fornecimento de Botas Táticas Policiais.	GEO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA	52.117,20
015/2012	Aquisição de equipamentos de informática para aplicação em VoIP com a finalidade de atender às necessidades da 1ª SRPRF/GO.	CIBX TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA	26.413,20
016/2012	Contratação de empresas especializadas no fornecimento de Uniformes Operacionais.	DIANA PAOLUCCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	10.883,18

017/2012	Contratação de empresas especializadas no fornecimento de Uniformes Operacionais.	COLUP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA	12.113,22
018/2012	Contratação de empresas especializadas no fornecimento de Uniformes Operacionais.	FNG CONFECÇÕES LTDA	2.865,00
019/2012	Contrato é fornecimento futuro, através do Sistema de Registro de Preços, de MATERIAL PERMANENTE – Mobiliário.	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	67.474,26
020/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Agente de Integração para o preenchimento de vagas para estagiário, com a atribuição de intermediar junto a instituições de ensino médio e superior.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE	14.784,00
021/2012	Aquisição de cópias de chaves, instalações de fechaduras, aberturas de fechaduras, troca de segredos, confecção de carimbos, encadernação e cartão de visita para uso da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/MJ.	CHAVEIRO BOUGAINVILLE LTDA.	5.670,00
022/2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção dos aparelhos etilômetros da marca INTOXIMETERS, modelo ALCO SENSOR IV e das impressoras acopladas aos equipamentos pertencentes à 1ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal – Goiás, doravante designada pela 1ª SRPRF/GO.	RIBCO DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	39.355,00
023/2012	Contratação de empresa especializada na substituição de peças e acessórios específicos, dos aparelhos etilômetros da marca INTOXIMETERS, modelo ALCO SENSOR IV e das impressoras acopladas aos equipamentos pertencentes à 1ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal – Goiás, doravante designada pela 1ª SRPRF/GO.	RIBCO DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	22.665,00
024/2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, a fim de atender à demanda do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em todas as Unidades da Federação.	Claro S.A.	248.370,23
025/2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, a fim de atender à demanda do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em todas as Unidades da Federação	Embratel S.A	287.762,60
026/2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Administração e Gerenciamento de Manutenção Preventiva e Corretiva de Veículos Automotivos da 1ª Superintendência de Polícia	TICKET SERVIÇOS S/A	189.139,56

	Rodoviária Federal em Goiás		
027/2012	Aquisição de torres para radiocomunicação com sistema de proteção de descargas atmosféricas e sistema de iluminação/balizamento inclusos.	JBT – JOST & BORGES TELECOMUNICAÇÕES LTDA	72.999,00
028/2012	Contratação de concessionária ou empresa autorizada, em regime de empreitada por preço unitário, para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN), Intra-regional e Inter-regional, em chamadas originadas a partir de estações fixas das unidades da 1ª SRPRF/GO, instalados nos seguintes municípios do Estado de Goiás: Goiânia, Abadia de Goiás, Hidrolândia, Anápolis, Jaraguá, Morrinhos, Itumbiara, Rio Verde, Jataí, São Simão, Santa Rita do Araguaia, Catalão, Porangatu e Uruaçu.	OI – BRASIL TELECOM S/A	7.998,85
029/2012	Contrato é a contratação de serviços na área de Tecnologia da Informação para a 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS.	ELO - Laboratório de Reparos Ltda	42.893,75
030/2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em Equipamentos de Rádio Comunicação (fixos, móveis e portáteis), equipamentos eletroeletrônicos (fontes de alimentação, conversores de tensão, e outros), torres metálicas de radiocomunicação e elementos irradiantes e sinalizadores.	ELO – Laboratório de Reparos Ltda	203.070,81
031/2012	Contratação de serviço de engenharia, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital, visando a elaboração de projeto básico e complementares para reparação do telhado do edifício-sede da Delegacia 1/7 – Porangatu/GO.	J. MULLER ARQUITETURA E URBANISMO LTDA	15.880,04
032/2012	Aquisição de um veículo policial descaracterizado, tipo furgão, para uso da 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás.	RENAUTO VEÍCULOS E PEÇAS LTDA	90.000,00
033/2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO, consistindo no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem à 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás.	Skymeter Engenharia e Telecomunicações Ltda	9.930,00
034/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Recepcionista, com fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, para atender a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás.	Não celebrado em função de uma LIMINAR da Justiça Federal determinando a suspensão da contratação até o resultado definitivo da lide.	55.896,51

035/2012	Contrato é fornecimento futuro, através do Sistema de Registro de Preços, de MATERIAL PERMANENTE – Mobiliário.	TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	103.915,00
036/2012	Aquisição de cadeiras, poltronas e sofás, de acordo com a tabela abaixo, tudo conforme as especificações e condições contidas no Termo de Referência.	ALBERFLEX INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA.	28.125,00
037/2012	Aquisição e instalação de ar condicionado tipo Split em unidades da 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS, conforme especificações e condições contidas no Anexo I do Edital.	CONFIAR REFRIGERAÇÃO E SOLUÇÕES LTDA	25.296,36
038/2012	Contratação de empresa especializada na recuperação de veículos acidentados de propriedade da 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás.	CICAL VEÍCULOS LTDA	11.408,89
039/2012	Contrato tem por objeto o fornecimento de material permanente para tecnologia da informação.	INFORMÁTICA.COM LTDA – ME	11.750,70
040/2012	Contrato tem por objeto o fornecimento de material permanente para tecnologia da informação.	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA	29.000,00
041/2012	Contratação de empresa especializada na execução dos serviços visando a Reforma e Adequação de Unidade Operacional de propriedade da 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.	COBRETUDO SERVIÇOS LTDA	519.659,34
042/2012	Contratação de empresa de engenharia para a execução dos serviços de conservação e manutenção dos bens imóveis da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás.	PIEMONTE ENGENHARIA LTDA	170.380,36
043/2012	Contrato tem como objeto a aquisição de Cintos de Guarnição, visando atender às necessidades da 1ª SRPRF/GO.	MAYNARD'S INDÚSTRIA TÁTICA LTDA	102.240,00
044/2012	Contratação de empresa especializada na execução dos serviços visando a Reforma e Adequação de Unidade Operacional de propriedade da 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.	OBJETIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM CONSTRUÇÃO - ME,	1.156.910,00
045/2012	Licença de Windows Server Standard 2012	SUPERA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA	8.188,00
046/2012	Aquisição de equipamentos de proteção individual	INDÚSTRIA DE	2.100,00

	para os policiais motociclistas que compõem o Corpo de Motociclismo do DPRF e de suas regionais.	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA MAC LTDA	
047/2012	Contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de proteção individual para os policiais motociclistas que compõem o Corpo de Motociclismo do DPRF.	WHITE LAKE EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA	7.699,65
048/2012	Contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de proteção individual para os policiais motociclistas que compõem o Corpo de Motociclismo do DPRF.	VERGINIA VIEIRA ÓTICA EPP	11.900,00
049/2012	Contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de proteção individual para os policiais motociclistas que compõem o Corpo de Motociclismo do DPRF.	LAF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOTOCICLISTAS LTDA	1.410,50

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

12.1.8. PREGÕES ELETRÔNICOS DEFLAGRADOS PELA UJ NO EXERCÍCIO

No exercício de 2012, a UJ deflagrou 18 (dezoito) Pregões Eletrônicos, dentre eles 02 (dois) por intermédio de Registro de Preços sendo um para aquisição de pneus de uso automotivo e outro para aquisição de material de consumo. A seguir o resumo dos Pregões deflagrados:

TABELA 56 – PREGÕES ELETRÔNICOS DEFLAGRADOS PELA UJ

Nº PREGÃO ELETRÔNICO	OBJETO	SITUAÇÃO
001/2012	Aquisição de pneus de uso automotivo por intermédio de Registro de Preços a todas as UJ e o órgão central do órgão.	Preços Registrados
002/2012	Aquisição de serviços para recuperação de 03 (três) viaturas acidentadas em serviço.	Não contratado. Licitação deserta.
003/2012	Contratação dos serviços de manutenção em equipamentos de rádio comunicação (fixos e móveis) e torres de comunicação.	Contratado
004/2012	Aquisição de água mineral, café, chá, açúcar e gás GLP para cozinha por intermédio de Registro de Preços.	Preços Registrados
005/2012	Aquisição dos serviços de clipagem eletrônica, consistindo no rastreamento de matérias televisivas de interesse da 1ª SRPRF/GO.	Contratado
006/2012	Contratação dos projetos de engenharia, arquitetura, memoriais descritivos, planilhas de custos e o cronograma de obra visando a reforma da sede da 7ª Delegacia PRF no município de Porangatu/GO.	Contratado
007/2012	Aquisição de um veículo tipo Furgão para uso nas atividades administrativas da 1ª SRPRF/GO e em apoio às atividades operacionais do	Contratado

	órgão.	
008/2012 - Repetição do Edital nº 002/2012	Aquisição de serviços para recuperação de 03 (três) viaturas acidentadas em serviço.	Não contratado.
009/2012	Contratação dos serviços de recepcionistas totalizando 03 (três) recepcionistas para desempenho de atividades junto à sede da 1ª SRPRF/GO e sede da 1ª Delegacia PRF de Goiânia.	Não contratado. Suspendido por liminar na Justiça Federal. Aguardando decisão.
010/2012	Contratação de empresa especializada na fiscalização de futura obra a ser realizada em 03 (três) Bases Operacionais da 1ª SRPRF/GO.	Não contratado.
011/2012 – Repetição do Edital nº 008/2012	Aquisição de serviços para recuperação de 02 (duas) viaturas acidentadas em serviço.	Contratado
012/2012	Contratação de Reforma de 03 (três) Bases Operacionais da 1ª SRPRF/GO.	Não contratado. Licitação deserta.
013/2012	Contratação do fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres para uso da 1ª SRPRF/GO.	Serviços contratados, todavia, por intermédio de uma participação de uma IRP deflagrada pela 4ª SRPRF/MG.
014/2012	Aquisição de materiais elétricos por intermédio de Registro de Preços para uso da 1ª SRPRF/GO, Delegacias e Bases Operacionais.	Preços ainda não registrados.
015/2012	Contratação dos serviços de Manutenção Predial em 05 (cinco) Bases Operacionais da 1ª SRPRF/GO.	Contratado
016/2012	Contratação dos serviços de Telefonia Fixa Comutada na modalidade LDN para uso da 1ª SRPRF/GO, 07 Delegacias e 13 Bases Operacionais.	Não contratado no exercício de 2012, devendo ser celebrado o contrato em janeiro de 2013.
017/2012 – Repetição Edital nº 012/2012	Contratação de Reforma de 03 (três) Bases Operacionais da 1ª SRPRF/GO.	Contratado apenas 01 (uma) Base Operacional.
018/2012 - Repetição Edital nº 017/2012	Contratação de Reforma de 02 (duas) Bases Operacionais da 1ª SRPRF/GO.	Contratado 02 (duas) Bases Operacionais.

Fonte: SAF – Seção Administrativa e Financeira – 1ª SRPRF/GO

Goiânia/GO, 31 de Dezembro de 2012.

JÚLIO SÉZAR GOMES FERREIRA
Superintendente Regional – 1ª SRPRF/GO

ANEXOS

ANEXO I – QUALIDADE TÉCNICA DAS CORREGEDORIAS

1ª SR/GO	31/dez/2011	JAN/12	% em relação aos pendentes	FEV/12	%	MAR/12	%	ABR/12	%	MAI/12	%	JUN/12	%
1. Em Investigação Preliminar	4	2	22,22%	2	22,22%	4	36,36%	5	45,45%	3	27,27%	3	33,33%
2. Em análise – exame de admissibilidade	3	2	22,22%	2	22,22%	2	18,18%	2	18,18%	4	36,36%	3	33,33%
3. Aguardando instauração	1	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
4. SAI em Andamento	0	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
5. SAD em Andamento	4	3	33,33%	3	33,33%	3	27,27%	4	36,36%	3	27,27%	2	22,22%
6. PAD em Andamento	0	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	9,09%	1	11,11%
7. Processos em Andamento	4	3	33,33%	3	33,33%	3	27,27%	4	36,36%	4	36,36%	3	33,33%
8. Aguardando Julgamento	0	2	22,22%	2	22,22%	2	18,18%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

JUL/12	% em relação aos pendentes	AGO/12	%	SET/12	%	OUT/12	%	NOV/12	%	DEZ/12	%
5	38,46%	5	55,56%	8	66,67%	9	64,28%	11	68,75%	10	66,67%
5	38,46%	2	22,22%	3	25,00%	2	14,28%	3	18,75%	3	20,00%
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2	15,38%	1	11,11%	1	8,33%	1	7,14%	0	0,00%	0	0,00%
1	7,69%	1	11,11%	0	0,00%	2	14,28%	2	12,50%	2	13,33%
3	23,08%	2	22,22%	1	8,33%	3	21,42%	2	12,50%	2	13,33%
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

1ª SR/GO	31/dez/2011	JAN/12	% em relação às Punições	FEV/12	% em relação às Punições	MAR/12	% em relação às Punições	ABR/12	% em relação às Punições	MAI/12	% em relação às Punições	JUN/12	% em relação às Punições
Total de Punições/ Absoluções	8	1	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	2	50,00%	2	50,00%
1. % “Absoluções” em relação ao total de punições	25,93%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	100,00%	1	50,00%	1	50,00%
2. % Advertências em relação ao total de punições	22,22%	1	100,00%	1	100,00%	1	100,00%	1	100,00%	2	100,00%	2	100,00%
3. % Suspensões em relação ao total de punições	7,41%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
4. % Demissões em relação ao total de punições	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
5. % Cassações de aposentadoria em relação ao total de punições	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
6. % Notas de Culpa em relação ao total de punições	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
7. % Penalidades prescritas em relação ao total de punições	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	100,00%	1	100,00%	1	50,00%	1	50,00%

JUL/12	% em relação às Punições	AGO/12	% em relação às Punições	SET/12	% em relação às Punições	OUT/12	% em relação às Punições	NOV/12	% em relação às Punições	DEZ/12	% em relação às Punições
2		4		4		4		4		4	
1	50,00%	2	50,00%	3	75,00%	3	75,00%	3	75,00%	3	75,00%
2	100,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%
0	0,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1	50,00%	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%

Fonte: CR – Corregedoria Regional – 1ª SRPRF/GO

ANEXO II – ARRECAÇÃO DE MULTAS – 2012

ARRECAÇÃO DE MULTAS	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Baixa manual Detran	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio PRF/DETRAN (R\$líquido)	6.233,63	2.066,94	5.795,47	4.357,17	4.256,24	3.665,56	1.745,75	2.865,91	2.800,80	4.834,05	1.909,75	1.135,54	41.666,81
RENAINF (R\$líquido)	495.559,66	481.915,43	800.267,23	984.009,83	973.151,32	906.974,83	994.037,26	999.845,41	834.041,12	1.003.632,96	949.399,51	981.678,41	10.404.512,97
VALOR TOTAL	501.793,29	483.982,37	806.062,70	988.367,00	977.407,56	910.640,39	995.783,01	1.002.711,32	836.841,92	1.008.467,01	951.309,26	982.813,95	10.446.179,78

Fonte: NMP – Núcleo de Multas e Penalidades – 1ª SRPRF/GO

ANEXO III – ENTRADA E SAÍDA DE PROCESSOS – NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES - 2012

MOVIMENTAÇÃO PROC - NMP	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
ENTRADA DE PROCESSO	467	906	793	753	986	804	734	838	487	659	423	550	8.400
SAÍDA DE PROCESSO	805	618	1.170	750	490	171	768	246	716	840	817	773	8.164

Fonte: NMP – Núcleo de Multas e Penalidades – 1ª SRPRF/GO

ANEXO IV – DADOS SOBRE AUTOS DE INFRAÇÃO - 2012

1ª SRPRF /GO	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
AUTOS DE INFRAÇÃO													
AUTOS SERIE B (planilha lotação)	849	1.378	582	752	597	550	915	512	693	880	1.739	876	10.323
Com abordagem	789	1.184	489	634	489	455	590	349	512	763	1.412	714	8.380
Sem abordagem	60	194	93	118	108	95	325	163	181	117	327	162	1.943
AUTOS SERIE T (planilha lotação)	9.730	14.655	14.133	14.000	10.112	13.533	10.999	5.427	11.593	10.633	9.448	11.899	136.162
Com abordagem	4.854	5.397	5.172	4.030	2.943	2.953	2.933	1.760	3.081	3.615	2.753	3.364	42.855
Sem abordagem	4.876	9.258	8.961	9.970	7.169	10.580	8.066	3.667	8.512	7.018	6.695	8.535	93.307
AUTOS SERIE R (planilha circunsc)	0	1.406	1.423	2.998	2.385	2.049	3.170	1.159	1.366	638	968	0	17.562
* TOTAL DE AUTOS	10.579	17.439	16.138	17.750	13.094	16.132	15.084	7.098	13.652	12.151	12.155	12.775	164.047
TOTAL AI por circunscrição	10.326	16.881	16.100	17.535	14.126	16.132	15.084	7.098	13.652	12.151	12.155	12.775	164.015
TOTAL AI por lotação (sem série R)	10.579	16.033	14.716	14.752	10.709	14.083	11.914	5.939	12.286	11.513	11.187	12.775	146.486

AUTOS CANCELADOS	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Autos insub. (falha EDA/SISTEMA)	383	584	533	498	349	393	441	203	406	453	413	371	5.027
Autos insub. (erro preenchimento)	15	23	42	4	9	38	31	21	12	5	12	31	243
Autos insub. (s/NA, duplic. e outros)	60	38	12	25	30	23	20	8	5	11	13	35	280
Autos (erro de digitação)	2	1	1	1	3	0	0	0	0	1	0	0	9
Autos (prescritos)	20	14	2	23	12	29	10	19	7	13	5	14	168
Autos (inutilizados)	93	118	73	93	72	86	81	60	38	40	48	210	1.012
TOTAL	573	778	663	644	475	569	583	311	468	523	491	661	6.739

AUTOS OUTROS STATUS	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Autos Pendentes (sistema)	335	376	298	310	330	300	288	308	315	340	369	345	3.914
AUTOS VENCIDOS	34	8	16	7	6	-	-	-	-	-	-	-	71
* Recuperados	5	0	6	1	1	-	-	-	-	-	-	-	13
* Não Recuperados	29	8	10	6	5	-	-	-	-	-	-	-	58

* O processo mensal de autos vencidos foi descontinuado em maio/2012.

GRAVIDADE DAS INFRAÇÕES	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Gravíssima	3.624	6.174	4.765	4.735	3.382	3.991	4.027	1.817	3.934	4.073	4.074	3.979	48.575
Grave	4.031	5.752	5.354	5.548	4.720	5.879	4.786	2.763	4.787	4.238	4.587	4.895	57.340
Media	2.531	5.295	5.240	9.946	4.686	6.035	6.011	2.371	4.630	3.458	3.206	3.521	56.930
Leve	329	430	464	362	306	227	260	147	301	380	282	380	3.868

Fonte: NMP – Núcleo de Multas e Penalidades – 1ª SRPRF/GO